

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

DISSERTAÇÃO

DESENVOLVIMENTO E DINÂMICA SOCIOECONÔMICA NA
REGIÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

Jade Gama Diniz

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**DESENVOLVIMENTO E DINÂMICA SOCIOECONÔMICA NA
REGIÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP**

Jade Gama Diniz

Sob a Orientação do Professor Robson Dias da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre** no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

Seropédica - RJ
Abril de 2018

D585d Diniz, Jade Gama, 1990-
Desenvolvimento e Dinâmica Socioeconômica da Região
de São José dos Campos - SP / Jade Gama Diniz. - 2018.
107 f.: il.

Orientador: Robson Dias da Silva.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Desenvolvimento Territorial e
Políticas Públicas, 2018.

1. Desenvolvimento Regional. 2. Dinâmica
Socioeconômica. 3. Região de Governo de São José dos
Campos. I. Silva, Robson Dias da, 1976-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Jade Gama Diniz

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT, como parte dos requisitos para obtenção do grau de **Mestre**.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/04/2018

Banca examinadora

Prof. Dr. Robson Dias da Silva – PPGDT/UFRRJ

Prof. Dr. César Augusto Miranda Guedes – PPGDT/UFRRJ

Prof. Dra. Déborah Werner – IPPUR/UFRRJ

AGRADECIMENTOS

À Deus, meu protetor, agradeço e dedico minha vida.

À minha mãe Eliane Gama (In memoriam), agradeço pelo amor incondicional, por todos os conselhos, pelos sacrifícios e grande dedicação todos estes anos para que eu me tornasse a pessoa e a profissional que sou. Com sua luz e sabedoria me ensinou a seguir os caminhos da transformação e da resistência, como um projeto de amor. Gratidão por nosso laço de união e companheirismo. Gratidão por ser o amor da minha vida. Saudades Eternas Mãe!

A meu pai Alan Diniz agradeço toda dedicação, alegria e amizade, inclusive nos momentos difíceis pelos quais temos passado. Obrigada por me apoiar nos momentos de tristeza e saudade. Junto somos mais fortes! Obrigada Pai!

Ao Gabriel Rodrigues, gostaria de agradecer os momentos de felicidade, carinho, conhecimento e partilha. Todos têm sido muito importantes para nós. Entre o consenso e o conflito temos desenhado nossa história, e cada dia tem sido um momento de novas descobertas e reflexões. Obrigada Gabi.

À minha avó, Inez Toledo, por sempre me apoiar, agradeço pelas orações e pelo carinho nos últimos 27 anos.

À minha Bisavó Maria de Lourdes Gama que se fez presente nos dias difíceis e dolorosos dos últimos meses. Agradeço a mensagem de amor e luz que me foi concebida.

Às minhas amigas-irmãs, agradeço todos os abraços, conselhos, carinhos e todos esses anos de amizade. Vocês têm sido meu apoio. Obrigada por acreditarem em mim e fazerem de mim o melhor que posso ser.

A Nadine Abrahão agradeço todo o carinho, a partilha de experiências e trocas de saberes. Os ensinamentos sobre o olhar pelo outro e para si mesmo. Obrigada pela irmandade e pelo acolhimento familiar que me foi proporcionado, afinal, para ser família não é preciso ter conta sanguínea, é preciso só um pouco mais de sintonia!

Ao meu orientador e professor Robson Dias, agradeço, por partilhar seu vasto conhecimento comigo, pela contribuição na construção do pensamento crítico, pela oportunidade de ter desenvolvido este trabalho e pela amizade e respeito nesses dois últimos anos. Gratidão Robson!

À Stella Pieve, amiga e conterrânea, agradeço o incentivo de expansão para olhar e o afeto sobre o meio rural. Obrigada por me fazer enxergar mais do que eu conseguia ver.

À todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas– PPGDT/UFRRJ, que contribuíram para a construção do meu pensamento crítico e do meu conhecimento sobre o mundo, Brasil, sociedade e desenvolvimento (nas suas diferentes faces). O mestrado abriu minhas janelas de oportunidades e a minha forma de encarar o mundo. Viva ao Território! Viva a diversidade! Viva a multidisciplinaridade!

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento dos meus estudos e sonhos. Sem esse incentivo as realizações não teriam sido as mesmas. Muito obrigada pela experiência de crescimento dentro deste processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma me ajudaram e me incentivaram para que meu sonho se tornasse realidade.

*Sou livre quando sou capaz
de amar o instante de vida
que tenho nas mãos.
Sou livre quando tento
fazer do meu trabalho
um ato de criação.*

Juan Arias

RESUMO

DINIZ, Jade Gama. **Desenvolvimento e Dinâmica Socioeconômica na Região de São José dos Campos – SP**. 2018. 107p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

A Região de Governo de São José dos Campos (RGSJC) compreende uma das mais importantes e dinâmicas porções do território da economia do Estado de São Paulo, abrigando parte considerável do PIB estadual e investindo em setores importantes para a economia brasileira. Em 2017, a região apresentou uma população de pouco mais de 1 milhão de habitantes, representando 43% da população da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e 2,4% da população do Estado de São Paulo. Essa sub-região abriga uma parte considerável da estrutura industrial, viária e científico-tecnológica regional e do próprio Estado de São Paulo; com atividades produtivas diversificadas e dinâmicas diferentes em cada município. Entretanto, o acelerado crescimento industrial em alguns municípios da região, a partir de 1950, contribuiu para o intenso processo de urbanização e para profundas transformações socioeconômicas e do mercado de trabalho regional. Assim, o objetivo geral deste trabalho é descrever e analisar a dinâmica socioeconômica contemporânea, na Região de Governo de São José dos Campos (RGSJC) entre 2000-2017, frente às transformações da estrutura urbano-produtiva. Para isso, será utilizada uma perspectiva histórico-estrutural sobre o desenvolvimento regional, junto à análise de dados secundários sobre a dinâmica socioeconômica regional. Os resultados mostraram que o município-sede mantém-se como a principal localização de empregos e serviços, atraindo o maior fluxo populacional e comercial da região metropolitana; o que acaba por levar boa parte dos municípios da RGSJC a depender de São José dos Campos para dinamizar a estrutura produtiva e o mercado de trabalho regional.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento Regional; São José dos Campos; Estrutura Produtiva

ABSTRACT

DINIZ, Jade Gama. **Development and Socioeconomic Dynamics in the Region of São José dos Campos - SP**. 2018. 107p. Dissertation (Master in Territorial Development and Public Policies). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

The Region of Government of São José dos Campos (RGSJC) comprises one of the most important and dynamic portions of the economy of the State of São Paulo, housing a considerable part of the state GDP and investing in important sectors for the Brazilian economy. In 2017, the region had a population of just over 1 million inhabitants, representing 43% of the population of the Metropolitan Region of the Paraíba Valley and North Coast and 2.4% of the population of the State of São Paulo. This sub region houses a considerable part of the regional industrial, road and scientific-technological structure and of the State of São Paulo itself; with diversified productive activities and different dynamics in each municipality. However, the accelerated industrial growth in some municipalities in the region since 1950 has contributed to the intense urbanization process and to deep socioeconomic and regional labor market transformations. Thus, the general objective of this work is to describe and analyze the contemporary socioeconomic dynamics in the Region of Government of São José dos Campos (RGSJC) between 2000 and 2017, facing the transformations of the urban-productive structure. For this, a historical-structural perspective on regional development will be used, along with the analysis of secondary data on regional socioeconomic dynamics. The results showed that the host city remains the main location of jobs and services, attracting the greater population and commercial flow of the metropolitan region; which ends up leading many of the municipalities of RGSJC to depend on São José dos Campos to boost the productive structure and the regional labor market.

Key-words: Regional Development; São José dos Campos; Productive Structure

ABREVIATURAS

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
CODIVAP - Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba
CTA – Centro Técnico Aeroespacial
DCTA – Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A
EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica
EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações
GM – General Motors
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
OPEP -Organização dos Países Produtores de Petróleo
PEA – População Economicamente Ativa
PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A
PIB – Produto Interno Bruto
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PROINDE – Programa de Interiorização do Desenvolvimento
PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar
PSI – Processo de Substituição de Importações
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RGSJC – Região de Governo de São José dos Campos
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo
RMVPLN – Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados
SIDERBRÁS - Siderurgia Brasileira S.A
VTI – Valor da Transformação Industrial

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Figura 1: Desmembramentos de Municípios da Região de Governo de São José dos Campos – 1653-2000	34
Figura 2: Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	70
Figura 3: Mancha Urbana da RMVPLN	72

Lista de Quadros

Quadro 1: Principais autores e conceitos levantados na Revisão Bibliográfica	17
Quadro 2: Fonte de dados	18

Lista de Tabelas

Tabela 1: Instalação de Indústrias no Município de São José dos Campos – 1940-2000.....	49
Tabela 2: Número de estabelecimentos e operários na indústria do Vale do Paraíba em 1959...	51
Tabela 3: Mudanças espaciais da indústria de transformação do Estado de SP	61
Tabela 4: Evolução do emprego formal por ramos de atividade na RGSJC (1991 -2000)	66
Tabela 5: Participação dos empregos formais por setor de atividade no total dos empregos formais na RGSJC (Em %).....	69
Tabela 6: População Total, Urbana e Rural por Sub-regiões da RMVPLN.....	71
Tabela 7: Densidade demográfica e Taxa de Urbanização.....	71
Tabela 8: População Total da RG de São José dos Campos em 2017.....	73
Tabela 9: População e Taxas de Crescimento Anual- Anos 2000, 2010 e 2017	74
Tabela 10: População Urbana e Rural da RGSJC – Ano 2000 e 2017	75
Tabela 11: Densidade demográfica e taxa de urbanização – Ano 2017	77
Tabela 12: Produto Interno Bruto – Ano 2015.....	78
Tabela 13: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) nos municípios da Região de Governo de São José dos Campos.....	79
Tabela 14: Participação dos setores no Valor Adicionado Total - RGSJC	80
Tabela 15: IDHM – ano de 2010	82
Tabela 16: Taxa de Natalidade e Mortalidade.....	83
Tabela 17: Proporção de moradores abaixo da linha da pobreza e indigência por município da RGSJC.....	84
Tabela 18: Saneamento básico na RGSJC – 2000/2010	85
Tabela 19: Participação percentual dos setores nos empregos formais da RGSJC.....	86
Tabela 20: Mercado de Trabalho: Empresas, Pessoal Ocupado e Salário Médio - Ano 2015.....	88
Tabela 21: Rendimento médio mensal por setor na RGSJC – Ano de 2015	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Apresentação	13
Abordagem Metodológica e Estrutura da Dissertação	15
CAPÍTULO 1 - APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	20
1.1.Desconcentração Produtiva e a Interiorização da Indústria Paulista.....	20
1.2.Metropolização	22
1.3.Desindustrialização	24
1.4.Tipologias de Desenvolvimento Regional: Uma proposta de sistematização realizada por Carlos Brandão	26
CAPÍTULO 2 - A REGIÃO DE GOVERNO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS	33
2.1. Breve contextualização do processo de industrialização no Brasil e no	35
Estado de São Paulo	35
2.2. História econômica e urbana na Região de Governo de São José dos Campos	43
2.2.1. Da formação do “Complexo Cafeeiro” à Crise do Café.....	43
2.2.2. Processo de Industrialização: 1930-1980	48
CAPÍTULO 3 - ECONOMIA, INDÚSTRIA E MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 1980 E 1990.....	54
3.1. Economia Brasileira: Panorama	54
3.2. Desconcentração Produtiva Brasileira e Paulista: O processo e seus desdobramentos	57
3.3. Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho: Região de Governo de São José dos Campos.....	64
CAPÍTULO 4: REGIÃO DE GOVERNO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: DINÂMICA SOCIOECONÔMICA CONTEMPORÂNEA (2000-2017)	70
4.1. Contexto Metropolitano: População e Estrutura urbana	70
4.2. Aspectos Demográficos da RGSJC	73
4.3. Análise de Dados Estatísticos Socioeconômicos.....	77
4.3.1. Dados Econômicos	77
4.3.2. Dados Sociais	81
4.3.3. Informações sobre o Mercado de Trabalho Regional.....	85
4.4. Metropolização da Região de Governo de São José dos Campos: Apontamentos e Desafios.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS	100

INTRODUÇÃO

Apresentação

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) foi criada em 09 de janeiro de 2012 pela Lei Complementar 1.166/2012¹. Atualmente, a região é composta por 39 municípios e dividida em cinco sub-regiões². Uma delas, a Região de Governo de São José dos Campos (RGSJC) é formada pelos municípios de Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos; sub-região esta que será o objeto de estudo do presente trabalho.

Segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), para o ano de 2017, a RGSJC apresentou uma população de pouco mais de 1 milhão de habitantes, representando 43% da população da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e 2,4% da população do Estado de São Paulo.

Nessa sub-região se localiza uma parte considerável da estrutura industrial, viária e científico-tecnológica da RMVPLN, bem como uma considerável concentração de pessoas ocupadas em atividades ligadas às finanças (em São José dos Campos e Jacareí), indústria e ao comércio/serviços; há também novas implantações de cunho científico-tecnológico e instalações ligadas ao turismo, como em Monteiro Lobato, Paraibuna e Igaratá. Pode-se dizer, portanto, que tal sub-região vem apresentando atividades produtivas diversificadas, o que tem influenciado a dinâmica socioeconômica, os fluxos migratórios e o mercado de trabalho regional.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem sua justificativa apoiada na possibilidade de ofertar conhecimento à sociedade valeparaibana, em especial, e a toda comunidade interessada no planejamento e desenvolvimento regional. Pode-se dizer que cada vez mais estudos de zoneamento socioeconômico tem se mostrado fundamental no planejamento e desenvolvimento das regiões; e nesse contexto os estudos feitos acerca

¹SÃO PAULO. Lei nº. 1.166 de 09 de janeiro de 2012. Cria a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, e dá providências correlatas. Assembleia Legislativa do Estado de Rio de São Paulo. São Paulo, 2012.

²Sub-região 1: Caçapava, Igaratá, Jacareí, Santa Branca, Paraibuna, Jambuí, São José dos Campos e Monteiro Lobato; Sub-região 2: São Bento do Sapucaí, Campos do Jordão, Santo Antônio do Pinhal, Pindamonhangaba, Tremembé, Taubaté, Lagoinha, Redenção da Serra, São Luiz do Paraitinga e Natividade da Serra; Sub-região 3: Potim, Roseira, Aparecida, Guaratinguetá, Piquete, Lorena, Canas, Cachoeira Paulista e Cunha; Sub-região 4: compreende Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, Silveiras, Areias, São José do Barreiro, Arapeí e Bananal; Sub-região 5: São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba.

da RGSJC podem se tornar uma oportunidade para o poder público buscar novas alternativas e propostas para o desenvolvimento regional através de políticas públicas e propostas de intervenção, criando novos caminhos de planejamento e de gestão urbana e ambiental, contrariamente ao que muitos municípios brasileiros têm colocado em prática até agora.

Esta dissertação traz uma descrição histórica e de formação socioeconômica da RGSJC, de boa parte do século XX, contudo, é para um período mais recente que será feita uma análise mais complexa da dinâmica socioeconômica regional. Dessa forma, foi priorizado o período de 2000 a 2017 para análise devido às mudanças econômicas e institucionais, iniciadas em meados dos anos de 1990 e com grandes impactos nos anos 2000, como por exemplo, a reforma monetária iniciada em 1994 com a implantação do Real, a abertura comercial brasileira e processo de reestruturação produtiva mundial e nacional; mudanças estas que tiveram grande influência no desenvolvimento da economia e sociedade contemporânea da RGSJC.

Dessa forma, o presente trabalho pretende responder ao seguinte questionamento: A integração produtiva e socioeconômica na Região de Governo de São José dos Campos tem se dado de forma regionalmente equilibrada?

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo geral, analisar e detalhar a dinâmica socioeconômica contemporânea da Região de Governo de São José dos Campos, frente às transformações econômicas, produtivas e urbanas, iniciadas no Brasil à partir dos anos de 1970.

Já os objetivos específicos são: (1) descrever a história econômica e de urbanização da região no período que vai desde o início do Século XX até a os anos de 1970; (2) analisar as principais questões relacionadas aos processos de reestruturação produtiva e do mercado de trabalho durante as décadas de 1980 e 1990 na RGSJC; (3) identificar e avaliar, por meio de indicadores socioeconômicos, a dinâmica recente e os impactos da formação urbana da Região de Governo de São José dos Campos e (4) analisar alguns desafios e entraves ao desenvolvimento regional.

Ao analisar o questionamento proposto, pretende-se apontar a hipótese de que: O processo de integração produtiva regional de São José dos Campos ocorreu com a concentração dos investimentos industriais, de infraestrutura e de equipamentos urbanos, muito mais no município-sede do que de forma regionalmente equilibrada; ou seja, a desconcentração produtiva paulista durante a década de 1970 até hoje, não tem conseguido anular a forte concentração econômica em termos regionais e intra-

regionais. Dentro desse contexto, pode-se dizer que os municípios da região de estudo parecem estar enfrentando uma extensão de desigualdades locais e regionais que, de alguma forma, acabam por criar um conjunto de problemas e questões – não necessariamente positivos - sobre a qualidade de vida de suas populações, até mesmo no longo prazo.

Pode-se dizer que o acelerado crescimento industrial, a partir dos anos 1950, principalmente, no Município de São José dos Campos e, posteriormente em Caçapava e Jacareí, acabou por contribuir no processo de urbanização da Região, e nas profundas transformações socioeconômicas do território. Porém, como descrito por Gonçalves (1999), a concentração industrial e o forte processo de urbanização em diversas localidades do Brasil, tem gerado situações de vulnerabilidade, sobretudo, para a parcela mais pobre da população que, na maioria das vezes, reside em áreas de risco, poluídas e com baixo acesso a políticas públicas.

Abordagem Metodológica e Estrutura da Dissertação

A metodologia a ser utilizada na presente pesquisa será uma combinação de um estudo histórico-estrutural sobre o desenvolvimento regional, junto à análise de dados secundários sobre a dinâmica socioeconômica, mercado de trabalho e a estrutura produtiva da região em estudo. Assim, pode-se dizer que como técnica de pesquisa será utilizada a pesquisa bibliográfica nas áreas de desenvolvimento urbano e regional; economia brasileira e história econômica. E ainda, pesquisa de levantamento, a partir da coleta de dados secundários em fontes oficiais, dentro de uma perspectiva econômica, social e do mercado de trabalho regional.

Pode-se dizer que ao longo desta dissertação buscou-se seguir uma abordagem histórico-estruturalista cronológica; o que leva a uma conexão entre os capítulos, que buscam apresentar o tema em um sentido de retrospectiva histórica, desde meados do século XIX até o presente momento. Além do mais, busca acrescentar, em alguns momentos, uma abordagem interdisciplinar, interligando diferentes áreas das ciências humanas, como a história, a geografia, a economia, o planejamento urbano e outras, a fim de associar o tema ao contexto nacional e internacional no decorrer do tempo.

A partir dos trabalhos de Prebisch e Furtado, torna-se nítida a ênfase nas estruturas, sejam elas econômicas, políticas ou sociais. Assim, no campo dos estudos sobre desenvolvimento, o estruturalismo normalmente é associado à Comissão

Econômica para América Latina (CEPAL), tendo entre seus economistas fundadores Raul Prebisch, Celso Furtado, Osvaldo Sunkel e Anibal Pinto, cujos trabalhos deram origem no final da década de 1950 a esta escola de pensamento.

Conceitualmente, a principal contribuição da escola de pensamento estruturalista foi a criação do Método histórico-estrutural; que busca analisar o subdesenvolvimento periférico latino-americano e entender as raízes dos problemas de desenvolvimento da América Latina. O estruturalismo propõe alguns diagnósticos quanto às "deficiências estruturais" ou aos "desajustes internos" de um país (ou regiões) como responsáveis pelas defasagens no desenvolvimento da América Latina.

Estes desequilíbrios podem ser divididos entre os de origem externa, como os efeitos adversos do comércio (nacional ou internacional) e da restrita capacidade para importar; e entre os de origem interna, que podem estar relacionados ao crescimento populacional acelerado, a urbanização prematura e excludente, a expansão dos setores dos serviços, a limitada dimensão dos mercados internos e a existência de sistemas tributários ineficientes (Street, 1967, p. 55).

Já dentro de uma perspectiva “neoestruturalista”, com o marco teórico “Transformação Produtiva com Equidade” elaborada pela CEPAL em 1990, tem-se uma nova abordagem por parte desta escola até o ano de 2008 (devido à crise internacional); resgata-se a atenção às relações macro-micro, ao desenvolvimento produtivo e social e às “assimetrias internacionais”. Já a partir de 2010, a CEPAL passou a lançar diversos documentos acerca da teoria neoestruturalista pós-crise de 2008, demonstrando sua nova configuração teórica frente as mudanças globais e estruturais das sociedades contemporâneas.

A partir dessas publicações, a CEPAL passou a considerar, portanto, uma nova agenda transnacional latino-americana atuante em três diferentes dimensões, sendo estas: global, regional e nacional. Nesse sentido, a comissão passou a fortalecer o papel crítico do espaço regional e impulsionar estratégias regionais dentro do âmbito da globalização. O que se pode perceber então fora uma afirmação da dimensão local-regional como um espaço privilegiado para a reflexão sobre o desenvolvimento (BENKO e LIPIETZ, 1994).

Nesse sentido, esta dissertação traz fragmentos do método estruturalista e, também, neoestruturalista, uma vez que valoriza e contribui com reflexões acerca do desenvolvimento da Região de Governo de São José dos Campos; elucidados por uma ampla pesquisa bibliográfica e de levantamento estatístico.

Assim, o quadro 1 descreve os principais autores utilizados nesta dissertação e os principais conceitos tratados por tais autores que, justificam e corroboram a visão de mundo defendida nesta pesquisa. Toda a revisão bibliográfica desta dissertação foi realizada por meio da leitura e fichamento de livros, artigos, dissertações e teses; e com uma seleção pertinente às seguintes palavras chaves: Complexo Cafeeiro, Concentração Industrial, Industrialização, Urbanização, Desconcentração Produtiva, Interiorização da Indústria Paulista, Estrutura Produtiva, Tercearização, Desindustrialização, Metropolização e Desenvolvimento Regional.

Quadro 1: Principais autores e conceitos levantados na Revisão Bibliográfica

Teoria/conceito	Referência
Complexo Cafeeiro	Cano (1990); Furtado (1977); Tavares (1998)
Concentração Industrial/Produtiva	Cano (1990)
Processo de Substituição de Importações	Benatti (2010); Tavares (1972)
Industrialização	Abreu (1989); Dean (1991); Suzigan (2000)
Urbanização	Maricato (2000); Reis (1996)
Desconcentração/ Produtiva	Caiado (2002); Cano (2008)
Interiorização da Indústria Paulista	Caiado (2002)
Desenvolvimento Poligonal	Diniz (1993)
Estrutura Produtiva/Tercearização	Caiado (2002); Kon (1997)
Desindustrialização	Bresser-Pereira (2008); Drach (2016); Nassif (2008)
Metropolização	Moura & Kornin (2002); Moura (2004)

Fonte - Elaboração Própria

Já com relação à fonte de dados, inicialmente, serão coletados nas bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Portal de Estatística de São Paulo (SEADE). O quadro 2 contém os principais indicadores a serem utilizados para a pesquisa, além da fonte de tais indicadores e instituições responsáveis pela disponibilidade de dados.

Quadro 2: Fonte de dados

Indicador	Fonte	Instituição	Período disponível	Desagregação espacial
Composição e distribuição populacional; Evolução da população; Infraestrutura Urbana	- Censo demográfico - Informações dos Municípios Paulistas	IBGE SEADE	1940 -2010	Brasil, Estados e Municípios
Produto Interno Bruto e sua evolução.	- Informações dos Municípios Paulistas	SEADE	2002-2014	Estado de São Paulo e Municípios
Natalidade e Mortalidade infantil; IDHM; Proporção de moradores abaixo da linha da pobreza e indigência; Saneamento Básico.	- Informações dos Municípios Paulistas - Censo Demográfico	SEADE IBGE	1980-2015 2000-2010	Estado de São Paulo e Municípios
Evolução dos empregos formais; Empregos formais por setor de atividade.	- Informações dos Municípios Paulistas	SEADE	1991-2015	Estado de São Paulo e Municípios
Número de Empresas Pessoal ocupado Salário Médio Rendimento Médio Mensal	- Cidades - RAIS	IBGE MTE	2006-2015 1976-2016	Municípios

Fonte - Elaboração Própria

Depois da revisão bibliográfica e do levantamento dos dados; na segunda parte do procedimento metodológico, foi realizada uma triagem das informações obtidas na revisão bibliográfica e na coleta dos dados, segundo as necessidades da pesquisa e da disponibilidade de dados. Por fim, o presente trabalho tratará da interpretação e análise integrada das informações obtidas nas correlações realizadas das fases anteriores, para isso tais dados serão agrupados e descritos em tabelas e depois analisados em conjunto com a história e teoria estudada através da revisão bibliográfica.

Pode-se dizer que ao longo desta dissertação, os três primeiros capítulos contam com uma perspectiva qualitativa baseada em vasto levantamento bibliográfico e revisão de literatura, onde, apesar de haver inserções interpretativas, a apresentação do tema se dá de uma forma mais expositiva. Já o último capítulo busca dar continuidade a apresentação cronológica da dissertação, porém a abordagem, apesar de ainda ser qualitativa, terá o apoio de diversos dados estatísticos de fontes oficiais, como IBGE, SEADE e MTE, por exemplo. Para elucidar essa diferenciação apresenta-se a estrutura e o conteúdo dos capítulos a seguir.

No primeiro capítulo, inicialmente, é apresentado uma revisão de literatura sobre os conceitos mais representativos para esta dissertação, sendo estes: concentração e desconcentração produtiva, interiorização da indústria paulista, metropolização, desindustrialização e tipologias de desenvolvimento regional por Antônio Carlos Brandão. A intenção, no entanto, não é se aprofundar demasiadamente nestes, mas localizar o leitor sobre a formação histórica nacional e as bases dos conceitos que serão mencionadas ao longo desta dissertação, contribuindo para a melhor compreensão da temática.

Já o segundo capítulo será apresentado uma contextualização da história econômica da Região de Governo de São José dos Campos à partir de meados do século XIX até o início da década de 1980; de forma a compreender as especificidades do processo de industrialização brasileira focalizado em nível regional. Para a elaboração do capítulo foram utilizadas obras consagradas de diversos autores, especialmente de Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Wilson Suzigan, Wilson Cano, Marcelo Abreu, Boris Fausto, entre outros.

O terceiro capítulo, denominado “Economia, Indústria e Mercado de Trabalho nos anos 1980 e 1990” procura descrever o contexto e as políticas econômicas para o período em questão, como forma de compreender os principais fatores que estiveram ligados ao processo de desconcentração produtiva, interiorização da indústria paulista e reestruturação produtiva; e dessa forma, fazer uma análise sobre o panorama econômico/industrial e o mercado de trabalho da Região de Governo de São José dos Campos para tais décadas.

No quarto e último capítulo, denominado “Região de Governo de São José dos Campos: Dinâmica Socioeconômica Contemporânea (2000-2017)” tem-se um zoneamento socioeconômico regional a partir de dados obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com recorte temporal que vai dos anos 2000 a 2017. Os dados obtidos vão permitir uma análise econômica, social e do mercado de trabalho regional.

A abordagem estruturalista cronológica prossegue, porém, agora trazendo e evidenciando novos temas que passaram a exercer grande influência nos estudos do desenvolvimento regional: o desenvolvimento poligonal, a desindustrialização e os principais desafios a esse tipo de desenvolvimento.

CAPÍTULO 1 – APONTAMENTOS TEÓRICOS SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Este capítulo recupera alguns elementos teóricos e conceituais sobre a dinâmica regional do desenvolvimento capitalista no Brasil. Não se espera esgotar o assunto, tampouco realizar uma profunda revisão sobre o tema, mas tão somente assinalar os principais conceitos e entendimentos sobre a temática de modo a subsidiar a compreensão do desenvolvimento do território de análise do trabalho, a saber, a Região de Governo de São José dos Campos.

1.1.Desconcentração Produtiva e a Interiorização da Indústria Paulista

Para Cano (1998) o processo de concentração produtiva, especialmente industrial, no Estado de São Paulo teve suas bases assentadas antes de 1930, antes, portanto, do processo de industrialização nacional. Segundo Silva (2004) antes do protagonismo econômico de São Paulo, o Estado do Rio de Janeiro, principalmente sua Região Metropolitana, fora a principal região industrial do país no início do século XX, com grande destaque tanto para a produção industrial quanto para a população economicamente ativa (PEA) empregada no setor.

Contudo, ao longo de sua análise no livro “Raízes da concentração industrial em São Paulo”, Cano (1998) descreve como fatores específicos influenciaram uma acumulação propícia à consolidação do Estado de São Paulo como centro industrial nacional. Para o autor a capacidade de gerar excedente, estabelecer relações capitalistas de trabalho/propriedade e estimular o processo de acumulação levaram o Estado de São Paulo a se tornar uma das porções mais industrializadas e economicamente dinâmicas do território brasileiro.

Pode-se dizer que essa dinâmica concentradora das atividades industriais na cidade de São Paulo, comparada a outras regiões do país, passou a perder intensidade na maior parte dos setores produtivos de bens intermediários e de capital na virada dos anos 1960 para 1970. Este processo pode ser denominado de desconcentração produtiva, conceito este que, desde os anos 1980, tem fomentado debates acadêmicos nos principais centros de ensino e pesquisa em economia regional no Brasil. Dentre os principais autores deste debate, encontram-se os autores Wilson Cano e Carlos Roberto Azzoni.

Cano (2008) descreve que este processo de desconcentração produtiva pode ser entendido como um ganho de participação, seja no setor primário, secundário ou terciário, de uma região em relação a outra, previamente mais concentrada ou com maior participação nestes mesmos setores. Além disso, o autor descreve que este processo de desconcentração ocorreu de maneira diferente em períodos diferentes.

No período compreendido de 1970 a 1980 tem-se a desconcentração virtuosa, que pode ser entendida como um aumento na participação produtiva de uma região em relação a outra no total nacional, porém ambas estão crescendo e ampliando sua estrutura produtiva. Pode-se dizer que o desenvolvimento do mercado nacional, os efeitos de encadeamento da produção, do comércio entre regiões e o aumento nos investimentos incentivados pelas políticas de desenvolvimento regional estimulavam de forma virtuosa o crescimento econômico dos três setores produtivos em regiões até então pouco dinamizadas economicamente.

Já partir dos anos 1980, se inicia o que o autor vai chamar de desconcentração espúria. Segundo Cano (2008) a desconcentração espúria acontece quando existem ganhos de participação produtiva de uma região em relação a outra no total nacional, porém esse aumento se dá devido a menores quedas nas taxas de crescimento de uma das regiões. “Esta desconcentração, está mais associada ao movimento do capital para outras regiões, seja pelo traslado de plantas, estabelecimentos e investimentos, ou pelas perdas de participação devido a quedas de produtividade, rentabilidade ou dinamismo das regiões de maior concentração produtiva em relação às demais” (MORAES, 2017, p. 23).

A partir dos anos 1990, a desconcentração continuou tendo um caráter espúrio em vários setores produtivos, contudo de uma maneira mais branda, como mostra Cano (2008). Pode perceber que entre 1990 e 1999, o PIB nacional cresceu a uma taxa média de apenas 1,6% a.a., enquanto o estado de São Paulo registrou apenas 1% no mesmo período. “O vetor de desconcentração para o interior paulista se manteve forte. Entre 1989 e 2004, a participação no PIB nacional da RMSP caiu de 29% para 17%, ao passo que a participação do interior paulista subiu de 21% para 26% no mesmo período” (MORAES, 2017, p. 79).

Aqui neste subcapítulo ainda cabe destacar o Processo de Interiorização Paulista, processo este que se iniciou ainda durante a fase de desconcentração virtuosa. Pode-se dizer que os investimentos realizados em alguns municípios do estado com ações voltadas para infraestrutura e crescimento industrial, de articulação da agricultura com o

setor secundário, além do próprio dinamismo do mercado de produção e consumo do estado paulista podem ser caracterizados como alguns dos motivos para este processo de interiorização das atividades industriais no Estado de São Paulo (CANO, 1992).

São visíveis as ações do setor público e privado na garantia e extensão das condições gerais de produção urbano-industrial para além da RMSP, ou seja, em direção ao interior paulista. Nos termos de Santos (1994), pode-se afirmar que o processo de interiorização se assemelha com o que o autor chamou de metropolização contemporânea da desmetropolização, um conceito relevante para a caracterização do Município de São José dos Campos, que atualmente se configura como o município metrópole dentre os 39 municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN).

No processo de interiorização, de acordo com Caiado (2002), verificou-se que os setores industriais mais dinâmicos, inicialmente localizados na capital e em seu entorno imediato, se direcionaram as regiões de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Baixada Santista. Juntas, tais regiões representavam 78,63% do valor de transformação industrial (VTI) do interior em 1980 (CAIADO, 2002). Dessa forma, pode-se dizer que tanto o processo de desconcentração produtiva quanto a interiorização da indústria paulista levaram à algumas repercussões em diversas regiões e municípios brasileiros e, principalmente, paulistas.

1.2. Metropolização

O acelerado processo de urbanização no Brasil propiciou o surgimento de grandes conglomerados, em várias regiões, nos quais os limites municipais tornaram-se indefinidos. As cidades começaram a coexistir de maneira integrada, de modo que a população de vários municípios próximos passou a interagir no território de mais de uma administração municipal.

Souza (2005) enfatiza que o termo metrópole é utilizado para se referir as cidades centrais de áreas urbanas formadas por cidades ligadas entre si fisicamente ou através de fluxos de pessoas e serviços que assumem importante posição econômica, política e cultural na rede urbana da qual fazem parte. A metrópole é a sede e a origem de todo processo de metropolização, “detentora da universalidade dos processos sociais” (DAMIANI, 2000, p. 31).

Dessa forma, Lencioni (2006) descreve que a metropolização contemporânea deve ser compreendida como uma metamorfose do processo de urbanização. Moura (2012) acredita que “as configurações espaciais da metropolização transcendem a noção do urbano ou do urbano aglomerado e incorporam a dimensão regional, postulando-se como categorias híbridas” (MOURA, 2012, p.5). Na mesma linha, Pereira (2008) fala de uma transição metropolitana, que orienta um movimento para além da urbanização.

Nesse sentido, Moura et al (2004, p.4) descreve que a metropolização pode ser compreendida como “um momento de maior complexidade do processo de urbanização; um fenômeno que se refere muito mais aos modos de vida e de produção que à própria dimensão territorial das metrópoles”. Assim, pode-se dizer que a metropolização é um fenômeno que acontece no mundo todo e é caracterizado pelo alto grau de concentração populacional e de atividades econômicas, em áreas urbanas, além da intensificação de funções terciárias e institucionais.

Souza (2014) descreve:

“Novas paisagens, edifícios e redes são produzidas e envolvidas pela ordem metropolitana. Condomínios fechados, shopping centers, redes metropolitanas de transporte, condomínios empresariais, bairros planejados, hipermercados, condomínios resorts, entre outros marcam a materialidade espacial da economia política da metropolização” (SOUZA, 2014, p.4173).

A metropolização é mais do que a taxa de habitantes das regiões metropolitanas, envolve um aumento dos conteúdos metropolitanos, das aglomerações urbanas e a racionalização do urbano, que reproduz as contradições do espaço. “A urbanização é marcada pela produção de centralidades e a metropolização pela reprodução das centralidades em rede, das policentralidades. Portanto, a passagem da urbanização à metropolização é a transição da centralidade à policentralidade” (SOUZA, 2014, p. 4175).

Ao mesmo tempo, é importante lembrar que esse processo de metropolização cresce influenciado pelo capital financeiro (hegemônico) e segundo Robira (2005) destrói diversas estruturas e relações socioculturais para impor outras de caráter muito mais precário, além disso, substituem os modos de alimentação, lazer e de viver, por outros progressivamente padronizados e produzidos em massa. Refletindo sob esta perspectiva, pode-se perceber a metropolização como negócio, já que a mesma tende a possibilitar novos “ajustes espaciais”, aceleração do giro do capital e a produção de novas necessidades criadas.

Deste modo, pode-se dizer que a metropolização não se resume apenas a formas de concentração, dessa forma, não deve ser confundida com suas formas espaciais de expressão concentrada, tais como: cidade global, metápole, megalópole e região metropolitana, por exemplo. Enquanto a ideia de metrópole se relaciona à de cidade, a de metropolização a ultrapassa. Quando falamos em metropolização, estamos falando de um processo socioespacial, de um processo que imprime ao espaço características metropolitanas (LENCIONI, 2006, p. 47).

1.3.Desindustrialização

Um dos temas de grande relevância nos debates regionais recentes é acerca do processo de desindustrialização decorrente da chamada doença holandesa (Dutch Disease). Este nome pode ser explicado por uma descoberta de grandes quantidades de gás natural na Holanda durante os anos 1970, que provocou uma realocação dos recursos da economia deste país. Os primeiros autores a estudarem esse processo foram Corden e Neary (1982), tais autores acreditavam que uma economia estaria sofrendo da doença holandesa quando a rentabilidade de um ou mais setores fosse fortemente comprimida em decorrência de um *boom* ocorrido em determinadas indústrias produtoras de bens ou serviços especializados.

Na consolidação do conceito elaborada por Rowthorn e Wells (1987), a desindustrialização é definida como um fenômeno caracterizado principalmente pela retração relativamente expressiva do emprego no setor manufatureiro vis-à-vis os demais setores, notadamente o de serviços. Já Rowthorn e Ramaswany (1999) acreditavam que desindustrialização era um processo de diminuição persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Também descrevem que a desindustrialização pode ser causada por fatores internos e externos a uma determinada economia. Os fatores internos podem estar relacionados a mudança na relação entre a elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados e serviços, além do crescimento mais rápido da produtividade na indústria do que no setor terciário.

Mais recentemente, Tregenna (2009) redefiniu o conceito dizendo que a desindustrialização é um processo no qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente.

Dentro desse contexto Oreiro e Feijó (2010) acrescentam:

“Uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ou de valor adicionado para uma determinada economia. Dessa forma, a simples expansão da produção industrial (em termos de *quantum*) não pode ser utilizada como “prova” da inexistência de desindustrialização” (OREIRO e FEIJÓ, 2010, p. 221).

Com relação à questão da desindustrialização brasileira, podem ser observadas duas posições distintas. De um lado, estão os economistas que acreditam em um processo de desindustrialização no Brasil nos últimos 30 anos, causado pela combinação perversa entre abertura financeira, valorização dos termos de troca e câmbio apreciado. Do outro lado, estão os economistas que afirmam que as transformações pelas quais a economia brasileira passou nas últimas décadas não tiveram um efeito negativo sobre a indústria e que a apreciação do câmbio real resultante dessas reformas favoreceu a indústria ao permitir a importação de máquinas e equipamentos tecnologicamente mais avançados, o que permitiu a modernização do parque industrial brasileiro e, conseqüentemente, a expansão da própria produção industrial.

Depois da apresentação de alguns autores importantes na literatura econômica brasileira, Nassif (2008) conclui seu trabalho fazendo uma ótima colocação sobre o processo de desindustrialização nacional:

“A literatura existente não é conclusiva em relação ao tema da desindustrialização no Brasil. Feijó e Carvalho (2005) não detectam evidências de retração intempestiva da indústria brasileira. Nakahodo e Jank (2006) contestam “a ideia de que haveria um processo de desindustrialização em curso” no Brasil. Para Palma (2005), ao contrário, há “um processo de desindustrialização prematura atualmente em curso no Cone Sul da América Latina e no Brasil” (NASSIF, 2008, p.76).

Ao apresentar o conceito de desindustrialização, este trabalho pretende fazer um link do fenômeno em questão com as dinâmicas derivadas deste na Região de Governo de São José dos Campos; como ferramenta na construção de um diagnóstico socioeconômico regional acessível e com informações atuais.

Depois de apresentar os conceitos mais relacionados à temática desta dissertação, o subcapítulo a seguir procura contextualizar um trabalho de Antônio Carlos Brandão, no qual o autor elabora uma tipologia relacionada à dinâmica

socioeconômica para os diferentes territórios brasileiros conforme o tipo de investimento já implementado ou em processo de implementação.

1.4. Tipologias de Desenvolvimento Regional: Uma proposta de sistematização realizada por Carlos Brandão

Diante das novas realidades regionais no Brasil, Brandão (2017) fez uma análise para as macrorregiões do país através de duas dimensões principais: diagnóstico e política pública. A dimensão de diagnóstico teve o intuito de averiguar os fenômenos econômicos, sociais e políticos mais recentes como ferramenta na compreensão das reconfigurações que vem ocorrendo no território brasileiro. Já a dimensão de política pública buscou analisar como se deu a operacionalização e monitoramento dessas políticas frente aos fenômenos citados anteriormente.

Nesse sentido, o autor construiu uma tipologia de desenvolvimento regional de acordo com o tipo de investimento e, também, com o território. Como forma de “apreender e sistematizar, em traços largos, as recentes e mais gerais transformações territoriais, pelas vias dos gastos públicos e dos investimentos públicos e privados nos territórios distintos” (BRANDÃO, 2017, p.45).

De acordo com o autor, pôde-se identificar cinco diferentes tipos de territórios, sendo estes: (I) Territórios predominantemente impactados e (re)definidos pela demanda mundial de *commodities*; (II) Territórios predominantemente impactados e (re)definidos pelos investimentos realizados ou orientados pelo Estado em infraestrutura de transportes e energia; (III) Territórios predominantemente impactados e (re)definidos pela força inercial dos fatores de aglomeração e de urbanização (litoral, RMs e capitais) e das vantagens locacionais produtivas na rede urbana do Sul-Sudeste; (IV) Territórios predominantemente impactados e (re)definidos pela implantação de investimentos pontuais, com tendência a se constituírem em polos isolados ou enclaves com baixa indução do entorno e da hinterlândia; e (V) Territórios predominantemente impactados e (re)definidos pelos impulsos das políticas sociais, melhorias das condições de vida e nos equipamentos sociais, ampliação do mercado interno de consumo (BRANDÃO, 2017, p. 45).

No Brasil, sabe-se que as regiões com maior presença e, também, com maior influência do mercado de *commodities* são as Regiões Centro-Oeste, Norte e de Bioma Cerrado. Essas regiões, ao longo do século XX, foram ganhando cada vez dinamismo econômico, principalmente por meio dos investimentos agroindustriais que passaram a

se consolidar nessas localidades. Esses são os territórios do tipo I segundo essa tipologia elaborada por Brandão (2017).

Os setores com maior destaque para tais regiões são: soja, gado de corte e de leite, manufaturas de couro e algodão, milho, feijão e extração de minérios, como mármore, nióbio e quartzito. Diversidade esta, que se torna fundamental nas discussões e análises sobre as especificidades e ramificações do setor primário (agrícolas, minerais, metálicas, energéticas).

Contudo, de acordo com Brandão (2017, p.47) “a alta especialização em atividades extrativas e produtivas de commodities colocam limitações estruturais à dinâmica endógena de sua economia”. Ou seja, a produção e comercialização de produtos de baixo valor agregado acabam por diminuir as vantagens competitivas regionais, impondo diversas dificuldades infraestruturais e de desenvolvimento regional, uma vez que a exploração massiva desses territórios tem levado a uma perda da biodiversidade muito grande, com impacto nos solos e águas e nos dois ecossistemas presentes nessas regiões: o Cerrado e o Pantanal.

Este tipo de dinâmica econômica e urbana acabou influenciando a construção de uma sociedade moderna, complexa e conflituosa; que vive tempos de “metropolização” ao mesmo tempo em que vive conflitos agrários e de terras muito desastrosos e contrários a vida e a dignidade humana.

Segundo Brandão (2017):

“Estão presentes vulnerabilidades políticas e de crescimento econômico em regiões de grande especialização, posto que a dependência de commodities agrícolas, pecuárias e minerais estão sujeitas à fortes e reiteradas flutuações de seus preços e níveis de demanda, que são basicamente definidos na escala mundial” (BRANDÃO, 2017, p.48).

Já os territórios de tipo II são os que necessitam de um suporte infraestrutural para dar continuidade aos seus eixos de crescimento, expansão, integração e até mesmo competitividade. Este suporte é essencial e faz parte do processo de desenvolvimento dessas localidades.

Nas palavras de Brandão (2017):

“O suporte de infraestrutura física e econômica ao processo de desenvolvimento territorial pode ser orientado por uma visão mais ampla, para além da mera abordagem de logística, localização, geração e distribuição, e mais próxima de uma abordagem de conjuntos ou sistemas de utilidade pública e de coerência sistêmica de redes de integração territorial, econômica e social (transporte,

telecomunicações, energia, água, saneamento [...] os serviços de utilidade pública e os meios de reprodução de consumo coletivo, desempenham a função de conferir energia e potencializar a formação ampliada das forças produtivas humanas presentes em determinado território” (BRANDÃO, 2017, p.50).

O autor acredita que todas as regiões necessitam de investimentos, contudo o bioma Amazônia precisa de uma condução econômica, social e de investimentos de forma diferenciada. As potencialidades desta região, decorrente da sua biodiversidade e resiliência a transforma em um território de disputa, conflitos e interesses que na maior parte da história e do tempo não estiveram em consonância com o bem comum, muito menos com os direitos territoriais dos povos originários desta região.

Brandão (2017) enfatiza:

“A riqueza da biodiversidade, dos serviços ecossistêmicos providos, do conhecimento específico local, da diversidade cultural e dos modos de vida tradicionais acumulados deveriam dar vazão à construção de outro padrão de desenvolvimento para este enorme “mundo regional” brasileiro” (BRANDÃO, 2017, p. 54).

Os territórios do tipo III, segundo o autor, se encontram em um nível mais denso de desenvolvimento urbano-industrial, sobretudo ao longo das aglomerações metropolitanas do litoral, com destaque para o Sul-Sudeste e Nordeste, o que inclui o Bioma Mata Atlântica. “Nessas regiões que se consolidaram plataformas urbano-industriais de maior nível de desenvolvimento das forças produtivas e inovativas” (BRANDÃO, 2017, p.54).

Nesses territórios de porte metropolitano vivem, aproximadamente, 70 milhões de pessoas, cativas por um mercado de produtos e serviços dinamizado e moderno. Além disso, se tornaram o principal elo com o Cone-Sul, exercendo o papel de núcleo de integração sul-americana.

Brandão (2017) acredita que mesmo com uma leve e não tão dinâmica integração regional brasileira, diversas economias regionais continuam dependentes em algum nível de alguma localidade inserida na Macrorregião Sudeste, concentrado principalmente, no litoral, nas regiões metropolitanas, capitais estaduais e em alguns polos intermediários, com porte de 250 a 500 mil habitantes.

Assim, como diversos autores da literatura, o autor concorda que:

“Historicamente, a região Sudeste, sobretudo o Estado de São Paulo, tornou-se o centro de acumulação de capital no país

concentrando a produção industrial e os serviços mais sofisticados, a urbanização mais complexa e o núcleo decisório econômico nacional. Apesar de perdas na participação relativa, o Sudeste continua a ser o grande polo industrial, comercial e financeiro do país” (BRANDÃO, 2017, p. 56).

Como já descrito em subcapítulo anterior, essas perdas na participação relativa do estado estavam associadas ao processo de desconcentração produtiva nacional desde os anos de 1970, que na realidade aconteceu de uma forma ainda concentrada, principalmente, no sentido do sul do país e algumas regiões do Nordeste mais metropolitanas. Alguns autores destacam diversos processos relacionados a essa formação urbano-industrial acelerada e desordenada, “como marcas de desindustrialização, perda de diversificação produtiva, especialização regressiva e desadensamento de várias cadeias produtivas, expansão do terciário (tradicional e moderno) e das atividades de turismo de veraneio e de negócios e nos serviços financeiros” (BRANDÃO, 2017, p.57).

Para além desses efeitos de mercado e de mudanças na estrutura produtiva, a forte acumulação baseada no aumento de produtividade, característica do capitalismo moderno, fez intensificar-se a busca pela aceleração dos processos e recuperação rápida do capital investido (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). A insustentabilidade, ao longo desse processo, foi gerada devido ao intenso crescimento da acumulação de capital contra os ritmos lentos de resiliência da natureza.

Acerca deste tema, pode-se observar que o desenvolvimento da indústria foi durante algum tempo considerado, por muitos, como sinônimo de desenvolvimento econômico. No entanto, esse processo não acontece, necessariamente, de forma natural, muitas vezes é necessário um conjunto de medidas e ações governamentais que vêm na indústria o caminho para se alcançar o desenvolvimento.

De acordo com Oliveira (2002) a ideia de que o desenvolvimento é alcançado por meio da industrialização é reforçada pela atuação das nações mais industrializadas do mundo, como é o caso da Inglaterra e dos Estados Unidos, por exemplo, que alcançaram altos níveis de crescimento e de qualidade de vida. Assim, a partir de modelos ditos desenvolvimentistas, esperava-se que o efeito multiplicador da indústria fosse capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico e social, inclusive em escala regional. Em algumas localidades isto até pode ser visto, mas para grande parte dos conglomerados urbano-industriais nacionais, a realidade tem sido bem diferente. Para

tanto, a busca por soluções para tais problemas deve passar, obrigatoriamente, pela construção de um novo paradigma científico e de um novo modelo de desenvolvimento, o que sem dúvida, implica uma nova sociedade, menos desigual e menos artificial/racional.

Os territórios do tipo IV estão associados ao que o autor vai chamar de desenvolvimento polarizado, com a presença de grandes projetos dispostos no território em grandes plantas e em grande escala. Pode-se dizer que tais projetos geralmente são definidos ou apoiados por financiamentos e investimentos externos com grande influência das coalizões políticos-estatais.

Porém, esses projetos financiados por diferentes instituições, costumam ser em setores que possuem baixo poder de indução ou encadeamento para frente e/ou para trás (Hirschman, 1958). Além disto, as grandes decisões sobre tais projetos nesses territórios, na maior parte do tempo veem de alguma localidade distante, porém com mais estrutura política, econômica e de poder; detendo a região receptora de tais investimentos, pouca capacidade de controle sobre sua dinâmica e estrutura política, econômica e social. Este é um dos fatores que reforça a tendência ao projeto se desenvolver com pouca ou nenhuma interação virtuosa com seu entorno, consolidando precárias relações de complementaridade e articulação com o sistema econômico regional.

De acordo com o autor:

“São plataformas altamente intensivas em território e em meio ambiente, que elaboram produtos semimanufaturados, da agroindústria, mineração e metalurgia, provendo insumos básicos, tais como bens siderúrgicos, celulose, minerais não metálicos etc., e insumos energéticos, tais como prospecção e extração de petróleo e gás, refino e hidroeleticidade, eólica, solar. Em suma são decisivos na matriz industrial brasileira, representando grande parte de nossas especializações produtivas, comerciais exportadoras e nossas maiores vantagens competitivas comparativas reveladas” (BRANDÃO, 2017, p. 59).

Pode-se citar como exemplo desses projetos: o Pré-Sal; a Transnordestina; a Transposição do Rio São Francisco; o uso e o aproveitamento mais intensivo de grandes sítios minerais; a exploração de extensos polos turísticos, a implantação de portos e zonas de processamento de exportações, como a zona franca de Manaus.

Como apresentado pelo autor:

“Geralmente são poucas e grandes unidades empresariais, com as características de oligopólio concentrado, produzindo bens mais ou

menos homogêneos ou pouco diferenciados, com relevantes escalas técnicas de produção e orientadas tanto ao mercado externo, quanto ao doméstico. Estão inseridas em segmentos maduros, com menores capacidades de agregação de valor e baixos conteúdos e sofisticação tecnológica” (BRANDÃO, 2017, p. 60).

É importante lembrar que essas estruturas de beneficiamento, produção, armazenamento e logística, de certa forma, engendram diversos impactos territoriais e socioeconômicos nesses territórios receptores de grandes investimentos, com elevadas escalas técnicas de produção, detentoras de vantagens diferenciais de custos, orientadas por produção em larga escala e submetidas à forte concorrência internacional. Tais impactos vão desde atração de mão de obra que não será absorvida, aumento do custo de vida até forte especulação imobiliária.

Os investimentos realizados nesses territórios a partir de meados do século passado tiveram enorme influência no processo de desconcentração produtiva nacional, contudo, o autor destaca que “o processo de desconcentração para as regiões menos desenvolvidas deixou muito a desejar, quando se compara algumas experiências internacionais que lograram maior espraiamento da atividade econômica com posterior enraizamento regional em áreas periféricas em maior grau” (BRANDÃO, 2017, p.62).

Por fim, o autor vai contextualizar os territórios do tipo V, dizendo que estes são os territórios que conseguiram ter algum nível de crescimento e/ou desenvolvimento socioeconômico por meio de políticas públicas, tais como políticas de transferência de renda, crescimento formal do emprego, valorização do salário mínimo, a expansão do volume e das linhas de crédito (inclusive o consignado) e a expansão do ensino superior; como resultado tem-se os programas como Minha Casa, Minha Vida; PRONAF; Bolsa Família, entre outros.

Decorrente dessas políticas e programas por parte do Estado brasileiro pôde-se ver o aumento da estrutura de consumo das famílias e a demanda por diversos bens de consumo durável e não durável, portanto, “a expectativa era de que se engendrasse permanentemente um ciclo virtuoso entre consumo, investimento e produção ampliados e regionalizados, que seriam capaz de, pelo menos no médio e longo prazos, transformar as estruturas produtivas e socioeconômicas das regiões menos desenvolvidas”(BRANDÃO, 2017, p. 67).

Contudo, grande parte dos efeitos multiplicadores e aceleradores de expansão e massificação do consumo dos mercados domésticos acabaram influenciando o aumento

dos bens importados do exterior ou os ofertados pelas empresas localizadas no Brasil, mas de regiões distantes das localidades periféricas. O que se pôde perceber foi uma fuga de renda e até mesmo de capital, pois segundo Brandão (2017) “essas regiões não desenvolveram ou desdobraram relações de inter-ramificações, inter-regionalidades e interurbanidades potentes”.

As principais indicações conceituais e teóricas tratadas até aqui reafirmaram a relevância dos conceitos sobre industrialização e transformações na estrutura produtiva. São esses arcabouços conceituais que irão subsidiar a melhor compreensão da formação econômica e da dinâmica socioeconômica contemporânea na Região de Governo de São José dos Campos (RGSJC) e dos principais processos atrelados a essa formação regional.

CAPÍTULO 2 - A REGIÃO DE GOVERNO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O Brasil passou por dois fenômenos que merecem destaque quando se refere a ambientes urbanos: rápida industrialização, principalmente a partir do pós-guerra e um intenso processo de urbanização, inicialmente, mais concentrado nas regiões sul e sudeste do país. Com este processo de industrialização, grande parte da economia brasileira passou a ter seu movimento determinado pela dinâmica do capital advindo das indústrias, seguindo uma trajetória de expansão e contração ao longo do Século XX. Dentro deste processo, as aglomerações urbanas passaram a constituir, portanto, a base e o palco das transformações da sociedade e também de sua economia.

Nesse sentido, se faz de grande importância alguns aportes teóricos à respeito do processo de industrialização brasileira como ferramenta na construção do conhecimento sobre a formação e história econômica regional. Pode-se dizer, portanto, que o processo de industrialização no Brasil, segundo autores como Abreu (1989), Dean (1991) e Suzigan (2000) pode ter se iniciado por diferentes motivos. Mas, para grande parte destes autores, o café e a formação de um complexo produtivo estiveram bastante relacionados a este processo.

Segundo Vieira (2009) a crise cafeeira, pelo qual passou o Brasil, por conta da crise do setor importador, guerra mundial e crise econômica internacional de 1929 (choques adversos) assim como o aumento da concorrência na produção de café com outros países, contribuíram para a aceleração do processo de desenvolvimento industrial no país; que ocorreu via Processo de Substituição de Importações (PSI), em três fases distintas, como mecanismo de indução ao crescimento econômico e proteção do mercado interno (ABREU, 1989).

Com o avanço e aceleração da industrialização e, posterior, saturação do setor industrial nas grandes cidades, este processo acabou avançando para o interior (principalmente no estado de São Paulo, onde isso ocorreu de forma mais intensa) trazendo profundas mudanças sobre a organização econômica e social das localidades. Em alguns municípios, como São José dos Campos, alguns fatores geográficos, territoriais e políticos acabaram por influenciar determinados investimentos, tanto privados quanto estatais.

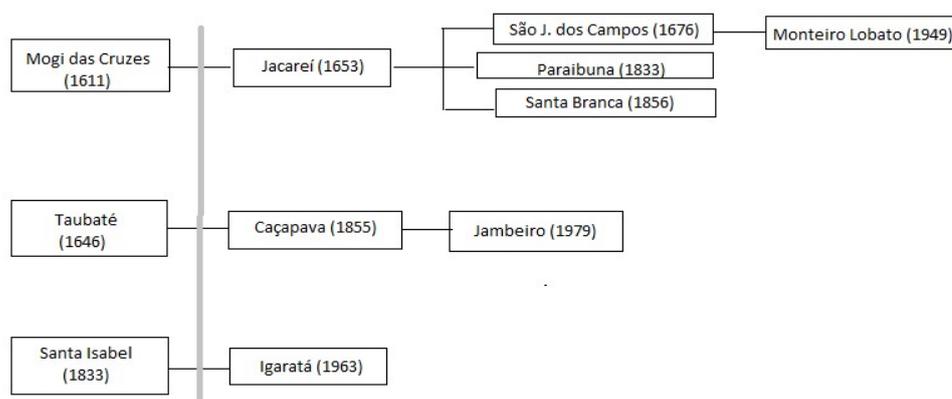
Pode-se dizer que o Município-sede de sua Região de Governo e da própria Região Metropolitana obteve uma dinâmica muito diferente de outras localidades ao seu

entorno e, nesse sentido, acabou se transformando em centralizador das funções urbanas da região. A partir dos anos 1950, alguns dos municípios no entorno passaram a ter sua dinâmica econômica bastante dependente de São José dos Campos; em relação à mercado de trabalho, investimentos, infraestrutura, entre outros.

Contudo, toda esta influência sobre outros municípios somente se iniciou no Século XX, com a formação do complexo sanatorial no município, à partir dos anos 1940, para tratamento de pessoas com tuberculose. Para os séculos anteriores, tanto o surgimento quanto a hierarquia de cidades resultou em destaque para outros Municípios, como Jacareí e Paraibuna, durante a formação e consolidação do complexo cafeeiro, por exemplo.

Aqui cabe destacar que a região do Vale do Paraíba é considerada uma das regiões mais antigas do Estado de São Paulo e por isso se configura como fundamental para o desenvolvimento estadual e também nacional. Assim, reconhecer as cidades pioneiras no surgimento do Estado de São Paulo e suas ramificações é bastante significativo para o entendimento dos processos de migração e urbanização estadual e regional. Assim, a figura 1 traz o desmembramento das cidades da RGSJC, sendo Mogi das Cruzes e Taubaté os municípios pioneiros no desenvolvimento da região.

Figura 1: Desmembramentos de Municípios da Região de Governo de São José dos Campos – 1653-2000



Fonte - Fundação Seade (2016)

Segundo a Fundação Seade (2016), Mogi das Cruzes criada em 1611 possibilitou a formação de 17 ramificações; uma delas gerou Jacareí (1653) que resultou em outros cinco desmembramentos, entre eles Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos, que gerou apenas Monteiro Lobato. Já Taubaté, criada em 1645, aparece com

dez desmembramentos, sendo responsável pelo surgimento de cidades como Caçapava, Pindamonhangaba e Tremembé, que depois se ramificaram em municípios como Lagoinha, São Bento do Sapucaí e Jambeiro.

Assim, percebe-se que a questão da hierarquia das cidades sempre esteve ligada à cultura e a história do Vale do Paraíba e, em certa medida, do Estado de São Paulo. Tal fator se mostrou significativo nas transformações econômicas, sociais e populacionais dos municípios vale-paraibanos ao longo dos dois últimos séculos. Dessa forma, entender os processos históricos e econômicos dos municípios da Região de Governo de São José dos Campos se faz necessário na construção do conhecimento sobre a dinâmica socioeconômica contemporânea e o desenvolvimento regional e metropolitano.

O subcapítulo à seguir traz uma contextualização, de maneira simplificada, do processo de industrialização no Brasil e no Estado de São Paulo, com o intuito de oferecer informações sobre a origem e especificidades do processo de industrialização e urbanização que levaram a formação da Região de Governo de São José dos Campos.

2.1. Breve contextualização do processo de industrialização no Brasil e no Estado de São Paulo

Vieira (2009) descreve que o Estado de São Paulo obteve um papel diferenciado no processo de industrialização brasileira, devido a dois fatores importantes: a acumulação de capital durante o complexo cafeeiro que possibilitou, por um lado, inúmeros investimentos nas atividades econômicas industriais e comerciais posteriores e, por outro lado, proporcionou a criação de um mercado cativo por produtos nacionais e por emprego nos setores disponíveis.

Cano (1998) destaca que o Estado de São Paulo, no início do século XX, já conseguia produzir internamente os alimentos simples que antes importava; e emparelhado com a agricultura, o complexo cafeeiro, ao longo dos anos, conseguiu expandir-se e diversificar-se; fazendo nascer a economia urbano-industrial calçada na economia cafeeira. Pode-se dizer que o grande crescimento das atividades industriais no Estado de São Paulo ocorreu devido à presença de grandes empresas industriais de capital estrangeiro, da integração entre o setor agroexportador e o setor de comércio/serviços e, é claro, dos inúmeros investimentos estatais, aumentando assim, a competitividade do setor (industrial), principalmente no mercado interno.

Para Cano (1998), o dinamismo do complexo cafeeiro possibilitou a ampliação e o transbordamento de parte de seu excedente, para o setor urbano-industrial, que começava a ganhar força em alguns pontos do território brasileiro, inclusive no Estado de São Paulo. Aqui cabe ressaltar a importância da mão de obra livre e assalariada tanto no processo de concentração produtiva quanto na própria industrialização do país; através da formação e estímulo ao mercado de trabalho e de consumo brasileiro.

Nesse sentido, Wilson Cano (1998) destaca os saltos quantitativos do setor industrial do Estado de São Paulo no início do século XX. O primeiro salto, entre 1905 e 1913, aconteceu devido ao maior dinamismo dos setores têxtil e de laticínios, principalmente. Já o segundo salto, a partir de 1920, aconteceu com a implantação diversificada de segmentos mais avançados como cimento, e alguns bens de produção menos complexos. Como descrito por Funari (2008) “com base industrial diversificada para os padrões nacionais, a economia paulista pôde se aproveitar do isolamento supracitado, levando sua produção a diferentes regiões do território brasileiro e mesmo a outros países” (FUNARI, 2008, p. 9).

Para se ter uma ideia sobre a questão da concentração industrial, no final da década de 1930, “São Paulo já concentrava em seu território 34,2% da siderurgia nacional; 69,7% do ramo de indústria mecânica; 60,2% da produção de materiais elétricos e de comunicação; 85,4% da indústria de materiais de transporte e 44,3% da indústria química nacional” (CANO, 1998, p.103).

Pode-se dizer que com este processo de concentração produtiva, de alguma forma, a economia paulista passou a encadear a expansão industrial e acumulação de capital no país, o que impôs diversos efeitos na articulação e integração entre as diferentes regiões do Brasil. segundo Cano (1998) estes efeitos podem ser entendidos com base nos chamados efeitos de inibição/bloqueio, estímulo e destruição nas economias regionais³; efeitos estes derivados da articulação e a concorrência com a economia paulista.

Porém, dentro desse contexto é importante ressaltar que a visão sobre como se iniciou a industrialização no Brasil e no Estado de São Paulo varia entre os autores e escolas de pensamento econômico. Por exemplo, para Suzigan (2000) a industrialização no Brasil surgiu a partir de diferentes interpretações. Uma delas, (i) “teoria dos choques adversos”, pressupõe que a industrialização no país aconteceu a partir de crises no setor

³ Ver Caiado (2002).

importador e crises econômicas internacionais, visão também defendida Tavares (1972). Outra interpretação, (ii) “Industrialização promovida por políticas governamentais” descreve que a industrialização nacional aconteceu devido ao grande montante de subsídios, políticas fiscais e proteção tarifária, ofertados pelo governo às “indústrias nascentes”.

Já a ótica da industrialização liderada pelas exportações (iii), ótica também defendida por Furtado (1977) e Dean (1991), defende a ideia de que as exportações de café possibilitaram a formação de capital e o desenvolvimento das habilidades necessárias para que as primeiras indústrias aparecessem, ainda que de maneira bastante isolada. Mas, de uma maneira geral, boa parte dos autores acredita que, de algum modo, o complexo cafeeiro possibilitou a emergência e o desenvolvimento industrial; aporte teórico que corrobora a visão de mundo defendida nesta dissertação.

Pode-se dizer que o período que vai de 1930 a 1970 marca não somente o processo de industrialização e a grande concentração produtiva no estado de São Paulo, mas também um período de grande integração e consolidação do mercado nacional. Cano (1985) subdivide o período, entre os anos de 1930 a 1955, denominado por ele como período da “Industrialização restringida”, e entre os anos de 1956 a 1970, denominado de período da “Industrialização pesada”, devido ao forte investimento estatal em áreas estratégicas para o país e com forte efeito de encadeamento tanto no emprego quanto nos salários.

Já Fausto (2006) apresenta como primeira fase deste processo de industrialização o período que vai até 1930 e o segundo, mais caracterizado pelo processo de substituição de importações, de 1930 a 1964. Furtado (1977), também segue na linha de Fausto, porém relacionando o início da segunda fase por volta dos anos de 1920. Seguir-se-á esta subdivisão elaborada Celso Furtado na continuidade da apresentação do processo de industrialização no país e na região em estudo.

Suzigan (2001) descreve que para Celso Furtado a industrialização por substituição de importações somente seria possível se o país tivesse passado pela primeira fase de industrialização induzida pela expansão das atividades agroexportadoras. Celso Furtado ainda descreve que a industrialização via Processo de Substituição de Importações (PSI) "foi um fenômeno dos anos trinta e do período de guerra, isto é, da fase em que a contração da capacidade para importar permitiu que se utilizasse intensamente um núcleo industrial surgido na fase anterior (SUZIGAN, 2001, p.11).

Pode-se dizer que o final da década de 1920 não fora um bom período para muitos países, inclusive para o Brasil. Os diversos estrangulamentos externos, termo usado por Tavares (1974), como a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929; o declínio das exportações de café e a diminuição da capacidade de importar, por exemplo, acabaram por induzir uma mudança no centro dinâmico da economia brasileira, representada por uma passagem da economia, essencialmente, agrário-exportadora para um novo sistema econômico baseado na atividade industrial de trabalho assalariado.

Tavares (1974) descreve que o início do PSI se dá em uma situação de desequilíbrio externo contínuo e, também, de desequilíbrios internos entre oferta e demanda. Com a capacidade para importar restringida tem-se o estímulo à produção interna e as possibilidades para a expansão da oferta interna estiveram ligadas à três fatores: (i) maior utilização da capacidade produtiva já instalada; (ii) produção de bens e serviços relativamente independentes do setor externo e (iii) instalação de unidades produtivas substituidoras de bens anteriormente importados (TAVARES, 1974, p. 42).

Este processo de substituição se inicia normalmente pela produção de bens de consumo final. A instalação de unidades industriais para a produção de mercadorias antes importadas tende a gerar a expansão no mercado interno desses mesmos bens; o que acaba por economizar divisas internacionais e estimular o crescimento do mercado interno e do próprio setor industrial, até certo ponto.

Nesse sentido, assim como Furtado (1977) para Abreu (1989) o processo de industrialização brasileira passou a ser conduzido, portanto, por um Processo de Substituição de Importações (PSI), caracterizado por uma industrialização voltada ao mercado interno e dependente de políticas governamentais de proteção à indústria brasileira em relação aos concorrentes internacionais.

De acordo com as premissas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para o sucesso do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos e para o término da dependência em relação aos países com maior dinamismo e centralidade econômica seria necessário a integração regional e à industrialização, via PSI. Nesse sentido “o Processo de Substituição de Importações, pensado no contexto de integração econômica regional, seria um processo de transição a um objetivo maior – o de alcançar uma estrutura produtiva mais eficiente com vistas a permitir um melhor posicionamento das economias latino-americanas no comércio internacional” (BENATTI, 2010, p.35)

Pode-se dizer que este processo esteve muito atrelado às políticas econômicas adotadas por Getúlio Vargas, quando, por exemplo, o governo brasileiro começou a comprar o excedente de café dos produtores (já que o país vinha passando por uma superprodução de nos últimos anos), juntamente com a aplicação de impostos sobre as exportações e destruição do excedente. Tal política, denominada de fiscal expansionista dos gastos públicos foi utilizada como medida de manutenção do produto, da renda e do emprego no Brasil. Tais medidas possibilitaram, gradativamente, a mudança do centro dinâmico da economia brasileira, com vistas à construção de uma matriz industrial no país.

É importante, dentro desse contexto, destacar o papel de Getúlio Vargas no processo de desenvolvimento nacional, ainda que tardio e vagaroso. Segundo Saviani Filho (2013) foi no início do Estado Novo que Vargas buscava acabar com a dicotomia entre os “dois Brasis” (um político e o outro econômico) que não estavam conseguindo se conciliar. Dentro do projeto desenvolvimentista, Vargas tinha como pretensão consolidar a economia nacional e superar a pobreza brasileira, via diversas políticas integradoras, inclusive através do PSI. Dentro das políticas econômicas a serem adotadas, Saviani Filho (2013) ressalta que Vargas via que o capital nacional seria a saída para financiar o projeto de desenvolvimento (via crédito do Banco do Brasil), e acreditava que até o capital estrangeiro seria necessário para a consolidação dos projetos desenvolvimentistas.

Segundo Vieira (2009) o PSI alcançou bons resultados no Brasil; e no Estado de São Paulo o coeficiente de exportação passou de 23,9%, em 1939, para 15% em 1950, e para 9,2% em 1955. Além disso, o comércio interno passou a ser de grande importância, e como o Estado de São Paulo se tornara um grande produtor em diversos setores, passou a ser um grande beneficiado com tal comércio, devido ao aumento das exportações para o mercado inter-regional, e também com um aumento de suas vendas para o próprio estado.

Nesse sentido, pode-se dizer que a industrialização brasileira na primeira metade do século XX esteve baseada no capital privado interno e no capital estatal. O Estado, como grande financiador e produtor direto de insumos básicos e infraestrutura, e as empresas transnacionais, concentrando-se nos segmentos mais dinâmicos da indústria de transformação, foram os protagonistas deste processo.

É importante ressaltar que, concomitantemente a este processo de industrialização houve também um processo de modernização da agricultura no Brasil,

também dependente da importação de bens. Esta modernização acabou por estimular um aumento na produção agrícola do país, ao passo que também estimulou conflitos agrários e deslocamento da força de trabalho para os centros urbanos, segundo Vieira (2009, p.81) “para viverem em áreas densamente povoadas e com alto índice de vulnerabilidade social, como por exemplo, em favelas dos grandes aglomerados urbanos”.

Contudo, este projeto de modernização não aconteceu de forma uniforme em todo o território brasileiro. Na realidade, houve uma concentração dos investimentos nas regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-oeste. Além disto, a opção pelo estímulo ao desenvolvimento de uma economia urbano-industrial por parte do governo brasileiro acabou transferindo recursos do campo para o financiamento do projeto de desenvolvimento nacional.

Assim, se por um lado, o modelo de industrialização brasileira possibilitou maiores níveis de crescimento econômico e agregação de valor aos produtos, reorganização produtiva, maior diversificação do mercado de trabalho, acesso à infraestrutura e aumento da autonomia nacional. Por outro, acabou incentivando a concentração dos investimentos industriais na região sudeste e aprofundando as disparidades sociais e regionais; além do mais, permitiu a exploração massiva e sem regulação aos recursos naturais, proporcionou a apropriação econômica excessiva da indústria sobre o campo, concentração de terras e aumento da precarização do trabalho rural.

O que se pode dizer é que a modernização da agricultura brasileira foi, na realidade, uma “modernização desigual e conservadora”, com destaque para contemplação dos programas do governo a grandes proprietários de terras, o direcionamento para as exportações e a prioridade de aplicação das políticas governamentais para a agricultura nas regiões mais desenvolvidas do país (GONÇALVES NETO, 1997). O resultado dessas práticas, associado ao consumo de produtos industriais pela agricultura nacional e até mesmo à formação de uma industrialização da agricultura brasileira, impulsionou nos anos de 1970 a formação de diversos complexos agroindustriais, em meio ao Processo de Substituição de Importações.

Com a segunda fase do Processo de Substituição das Importações, que se baseava na expansão do setor de bens de consumo duráveis, o período do Milagre Econômico (1967-1973) atingiu níveis de crescimento econômicos jamais vistos antes na economia

brasileira, com ampliação do investimento industrial, aumento da capacidade para importar e das exportações e o aumento do influxo de capitais externos no país (ABREU, 1989).

Contudo, Abreu (1989) descreve que um crescimento mais satisfatório teria sido possível com uma política salarial menos restritiva, maior liberdade individual e uma maior participação social nas decisões e nos frutos do crescimento, já que os trabalhadores, de uma maneira geral, não se beneficiaram do crescimento da renda real do país de forma proporcional a sua evolução. Os salários, no caso em que não sofreram declínio, cresceram, na maioria das categorias, a taxas muito inferiores à da produtividade ou do produto per capita (ABREU, 1989).

O Período do milagre econômico teve seu fim por volta de 1973, e junto com ele, o primeiro choque do petróleo. Diante de uma crise internacional, as decisões econômicas internas pós-período do milagre, acarretaram em uma diminuição do crescimento, cujos custos foram o retorno da inflação e acumulação de dívida externa, o que influenciaria na condução da política econômica brasileira à partir dos anos 1980.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento, considerado como o último suspiro do processo de substituição de importações, fora aprovado em dezembro de 1974. Abreu (1989) descreve que tal plano continha uma estratégia de crescimento rápido, liderado pelas substituições das importações nos setores de bens de capital e intermediários e com devida consideração as exportações. Os principais investimentos foram feitos nos setores de insumos básicos (siderurgia, petroquímica, metais não ferrosos, papel e celulose), bens de capital e energia (petróleo, energia elétrica, álcool).

O plano tinha como intuito modificar o perfil da indústria brasileira e estancar o processo de concentração produtiva que já vinha ocorrendo no Estado de São Paulo; processo este que aumentava as disparidades regionais e a concentração de renda. Assim, segundo Cano (2008) o II PND pode ser considerado como o início do processo de desconcentração produtiva no Brasil, que avançou até meados da década de 1990.

Porém, Diniz (1993) acredita que houve, na verdade, uma “desconcentração concentrada” ou como ele mesmo denomina “desenvolvimento poligonal”. Esta desconcentração não aconteceu de forma homogênea e o desenvolvimento das atividades produtivas começou a se concentrar em regiões pertencentes ao polígono produtivo (algumas regiões do Estado da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e algumas regiões do Centro-Oeste).

Já Caiado (2002) acredita que o processo de desconcentração produtiva acabou estimulando o “Processo de Interiorização (da indústria) Paulista”; ou seja, investimentos industriais realizados em municípios do interior paulista (como Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos, São José dos Campos, entre outros); com ações em infraestrutura, investimentos e articulação da agricultura com a indústria.

No geral, pode-se dizer que à curto prazo, o II PND pareceu ser uma boa estratégia, mas de acordo com Fishlow (1986) o grave erro brasileiro foi não ter compreendido a natureza cíclica do capitalismo e não ter percebido que o ciclo de expansão havia se esgotado, e que o momento era propício para ajustamentos e políticas econômicas não expansionistas. Embora a intenção do II PND fosse fortalecer a iniciativa privada doméstica, mais uma vez o governo se encarregou dos investimentos pesados.

Entre 1974 e 1976, investimentos privados foram financiados basicamente com crédito subsidiado pelo governo. Houve grande crescimento das empresas estatais, que passaram a liderar a industrialização, como a Eletrobrás, Siderbrás, Petrobrás, Embratel e outras. Segundo Abreu (1989) este foi o período de maior intervenção estatal na economia, tanto por meio de investimentos diretos como pela concessão de subsídios ao setor privados.

Políticas econômicas “tapa buracos” caracterizaram o final da década de 1970 e permitiram os desequilíbrios resultantes dentro de certos limites. Para Abreu (1989) tais “políticas” foram suficientes para assegurar uma tranquila transição para o Governo Figueiredo. Devido ao Segundo Choque do Petróleo, em 1979, o governo brasileiro foi obrigado a retirar os subsídios aos exportadores para reduzir seu gasto. Para compensar o déficit da balança comercial, a taxa de câmbio foi fortemente desvalorizada em dezembro de 1979. A desvalorização cambial fez com que as importações de petróleo ficassem mais caras, contribuindo para o aumento da inflação, um dos maiores problemas a ser enfrentado durante a década de 1980 (ABREU, 1989).

O subcapítulo a seguir se aproxima mais de uma análise regional da formação e história econômica da Região de Governo de São José dos Campos, que vai desde meados do século XIX até a década de 1970. A contextualização feita neste presente subcapítulo servirá como orientação no entendimento da dinâmica e das políticas da região em estudo, em consonância com as diretrizes e políticas nacionais para o período.

2.2. História econômica e urbana na Região de Governo de São José dos Campos

2.2.1. Da formação do “Complexo Cafeeiro” à Crise do Café

Pode-se dizer que em meados do século XVIII, com a diminuição das atividades de mineração e com o surgimento de caminhos de acesso mais fácil para Minas Gerais e Rio de Janeiro, os municípios do Vale do Paraíba paulista perderam sua relativa importância e, somente no século XIX, com a formação do complexo cafeeiro com mão de obra escrava, a região teve um novo impulso.

Pode-se dizer que o início da expansão cafeeira no Brasil se deu no estado do Rio de Janeiro, contudo, fora na região do Vale do Paraíba que o café encontrou melhores condições para a sua produção. Assim, durante o período de 1830 a 1870 o Vale do Paraíba paulista foi considerado como o centro da economia cafeeira do estado; sendo grande responsável pelas exportações brasileiras de tal produto em meados do Século XIX.

Segundo Carvalho (2005) no Vale do Paraíba paulista, a produção de café fora responsável pelo início da expansão urbana, propiciando o surgimento de várias vilas e cidades, com certa infraestrutura de serviços, funções administrativas, instituições de ensino, casas de crédito e unidades hospitalares. Contudo Ricci (2006) descreve que a produção de café na região apresentou uma heterogeneidade ao longo dos anos, de modo que alguns municípios sofreram uma diminuição nas suas produções a valores quase irrelevantes, enquanto outros conseguiram manter a produção cafeeira com maior dinamismo econômico; sendo estes os Municípios de Areia, Bananal, Jacareí, Pindamonhangaba, São José do Barreiro e Taubaté.

Dentre os municípios da Região de Governo de São José dos Campos, somente Jacareí conseguiu manter um bom nível de produção cafeeira e certo dinamismo econômico, os outros também tiveram sua relação com o café, porém com um peso relativo muito menor para dinamização econômica local e para as exportações brasileiras; o que não diminuiu a importância destes municípios para a economia regional, principalmente. Contudo, pode-se dizer que a grande maioria dos municípios do Vale do Paraíba acabou sendo influenciada pela cultura cafeeira, sendo pela própria produção do café ou pela criação de um mercado cativo por empregos e produtos,

diversificação das atividades produtivas, constituição de núcleos urbanos e entreposto comercial, por exemplo.

O Município de Paraibuna, por exemplo, viveu o seu auge durante os anos de 1830 a 1870, sob forte influência do ciclo do café. A área rural se expandiu e diversas fazendas foram construídas, assim como, casarões no centro da cidade, que de certa forma, impulsionavam o comércio e a formação de pequenos núcleos urbanos. De acordo com Carvalho (2005), no auge da produção do café, Paraibuna chegou a registrar 34 fazendas produtoras de café e 87 outras fazendas de culturas diversificadas. E segundo Ricci (2006) em 1854, o município registrou uma produção de quase 119.000 arrobas de café, representando 4% da produção total da região do Vale do Paraíba, e um terço da produção de Taubaté, por exemplo, um dos maiores produtores da região durante o Século XIX e início do Século XX.

O Município de Jacareí, no início do século XIX, dedicava-se essencialmente à criação de alguns animais e à produção de alimentos no gênero de subsistência, como o arroz, feijão e o milho, principalmente, voltado ao mercado interno. Porém, segundo Luna (1988) em fins da década de 1820, o município começou a produzir café em pequenas quantidades e os alimentos de subsistência acabaram perdendo importância relativa no município, se mantendo como meio de vida para alguns pequenos produtores e como cultura complementar dos próprios cafeicultores.

De acordo com Luna (1988), em 1854, o Município de Jacareí produziu 240.000 arrobas de café (o dobro da produção de Paraibuna para o mesmo ano), sendo um dos municípios com maior produção para a região naquele ano. Já para os anos de 1920, a produção caiu drasticamente, com somente 21.880 arrobas produzidas, indicando claramente o declínio da produção cafeeira na região do Vale do Paraíba e o estancamento da atividade motriz da economia brasileira durante o Século XIX. Porém, o fluxo de renda e a infraestrutura deixada pelo complexo cafeeiro foi capaz de viabilizar recursos para o fomento ao desenvolvimento de outras atividades, entre elas a indústria têxtil, que teve grande contribuição para o processo de industrialização nos Municípios de São José dos Campos e Jacareí, principalmente.

No Município de Jambuí a produção cafeeira também fora de suma importância em meados do Século XIX, quando o município passou por uma fase de crescimento econômico e populacional. Mesmo com a formação de um pequeno núcleo urbano no final do Século XIX e crescimento de outras atividades ligadas ao setor cafeeiro, a prosperidade econômica da produção de café no município começa a

declinar, devido a um conjunto de fatores, entre eles, a lei do Ventre Livre, a proibição do comércio de escravos, o esgotamento das terras do Vale do Paraíba e a precariedade das vias de transportes. Tais fatores parecem ter sido responsáveis também pelo declínio da produção de café em outros municípios vale-paraibanos.

Nesse sentido, pode-se dizer que a dependência do café como principal atividade motriz da economia regional acabou levando a um esgotamento da produtividade da terra, devido à baixa qualidade das técnicas de manuseio e diversificação de culturas. A própria abolição da escravidão, usualmente considerada como principal responsável pelo fim cafeicultura no Vale do Paraíba foi, em grande parte, a última medida, em uma economia e em um sistema de produção que já se encontrava em declínio. O fim do período da cultura cafeeira acabaria por afetar o sistema regional nos níveis econômico e social como um todo; pois não havia, naquele momento, outra atividade agrária capaz de representar as necessidades da região e que pudesse garantir continuidade ao mesmo dinamismo do período anterior.

Já o Município de São José dos Campos, segundo Papali (1996), nunca obteve o papel de destaque na produção de café na região do Vale do Paraíba, embora tenha apresentado um quadro de crescimento na produção cafeeira entre 1850 e 1886, sendo este último o seu ápice, quando chegou a produzir 250.000 arrobas de café (RICCI, 2006). De qualquer forma, São José dos Campos não chegou a conhecer os famosos barões do café do Vale do Paraíba, como nos Municípios de Jacareí, Paraibuna e Taubaté, por exemplo. Para Souza (2015), na realidade, o que parece ter sido destaque para São José dos Campos foi o desenvolvimento das fábricas de beneficiamento de café, algumas ligadas à exportação do produto que certamente se encontravam entre os ramos de negócios mais lucrativos para o município.

Nesse sentido, Lessa (2001) descreve que São José dos Campos iniciou seu processo de industrialização com pouca ligação com o “complexo cafeeiro”, diferente de outros municípios valeparaibanos. De fato, essa fase industrializante acabou acontecendo muita mais por questões climáticas e de estratégias de segurança nacional do que pelo mercado cafeeiro. O poder de atração e fixação da população que a terra não tinha, foi substituído pela forçosa propaganda do clima. “Os ares de São José dos Campos conseguiram transformar uma situação desfavorável em oportunidades” (SOUZA, 2015, p.116).

Assim, no início do século XX, São José dos Campos entrava no chamado “Período Sanatorial”, quando a cidade passou a ser procurada por suas condições

climáticas favoráveis à prevenção e ao tratamento de tuberculose. Souza (2015) destaca que uma cidade sanatorial, portanto, deveria ter condições para acomodar e tratar os doentes, e para isso seria necessário a criação de redes de abastecimento de água, esgoto, energia e a regularização das vias de acesso e de transporte; iniciando-se, assim, um processo de concentração de investimentos, população e de infraestrutura, que posteriormente seriam absorvidos pelo setor industrial.

Pode-se dizer, portanto, que foi pela profilaxia e pelo tratamento à pacientes com tuberculose, em geral da classe média brasileira, que o Município de São José dos Campos passou a se modernizar e um determinado contingente populacional buscando tratamento no município acabou impulsionando as oportunidades para o planejamento estatal e urbanístico. A modernização do município pôde ser vista nas inúmeras construções imobiliárias, estruturas urbanas e bairros planejados, pela limpeza das ruas e alargamento das avenidas, além do crescimento industrial.

Nesse sentido, Vianna (2004, p. 107) coloca que não era suficiente somente controlar ou combater a tuberculose, era necessário utilizar tal potencialidade na condução do progresso e do desenvolvimento local. Assim, foi com a condição sanatorial que São José dos Campos se destacou como importante cidade na região do Vale do Paraíba e não somente pela produção cafeeira.

Com relação à população, até a fase sanatorial, São José dos Campos não conseguia atrair e manter uma população fixa, já que o oeste paulista, novo produtor e exportador de café brasileiro, pareciam oferecer mais oportunidades de renda e emprego. Foi somente com a proposta sanatorial que São José dos Campos começou a ser atrativa, recebendo uma migração populacional que daria origem a intensa urbanização dos anos de 1960 e que acabaria por movimentar a economia local e regional.

Todo o crescimento populacional joseense seria de grande importância na formação e desenvolvimento das atividades industriais, que já haviam começado em alguns municípios da região desde os anos de 1920, concomitantemente ao período sanatorial em São José dos Campos. Segundo a Prefeitura de São José dos Campos (2012), na intenção de atrair novos investimentos industriais para o município, a Lei Municipal de 13 de maio de 1920, concedia isenção de impostos por um período de 25 anos e terreno gratuito. Assim, grandes investimentos tanto de capital estatal, segundo Souza (2015), capital esse impulsionado por Getúlio Vargas, por meio do estímulo à

indústria de base, quanto de capital privado, acabaram atraindo pessoas que estavam em busca de emprego e melhores condições de vida. O que se pode inferir aqui

Dentro desse contexto, pode-se dividir o processo de industrialização joesense em três grandes fases: a primeira fase situa-se entre os anos de 1920 e o final da década de 1940. Já a segunda fase vai de 1950 até 1970; e por fim, a terceira fase se inicia na década de 1970 (VIEIRA, 2009). Na primeira fase, em sintonia com o processo de crescimento industrial brasileiro, as indústrias instaladas em São José dos Campos representavam o setor de louças, cerâmica, têxtil e de laticínios. Assim, Souza (2015) descreve que no final dos anos 1920 tem-se, portanto, a instalação da Fábrica de Meias Alzira, a Cerâmica Santo Eugênio (1921) e Cerâmica Santa Lúcia (1922); a Tecelagem Parahyba (1925), Fábrica de raion de Matarazzo (1930), Cerâmica Conrado Bonádio (1936) e na década de 1940 a indústria de Louças Irmãos Weiss.

Para Souza (2015) uma das características nesta fase de tais indústrias foi o emprego em grande escala de mão de obra feminina e infantil, junto a um perfil assistencialista por parte dos empregadores. A tecelagem Parahyba, por exemplo, que chegou a deter 70% da produção nacional de cobertores caracterizou-se por tal perfil, observado mediante a construção de uma vila operária, escola da fábrica e cooperativa de alimentos para seus empregados (SOUZA, 2015).

No Município de Caçapava, de acordo com Ribeiro (2006) as primeiras tentativas de industrialização foram realizadas ao final do Império e início da República, favorecendo a concentração de pequenas empresas e oficinas, cuja matéria prima principal era proveniente do setor agrícola, como moinhos de fubá, engenhos de aguardente, olarias, pequenas fábricas de farinha de mandioca e milho, máquinas de beneficiamento do café e arroz, além de pequenas oficinas mecânicas; e assim se manteve por uma boa parte do Século XX. A industrialização, de fato, somente se iniciaria na década de 1970 no município.

Já em Jacareí, as primeiras indústrias estiveram relacionadas ao setor têxtil, que começou a se desenvolver na região no início do Século XX, devido às bases, a infraestrutura e a mão de obra, deixadas pela consolidação do complexo cafeeiro. Dentre tais indústrias, é importante destacar o dinamismo da Malharia Nossa Senhora da Conceição S/A, uma das mais importantes fábricas de meias no Brasil na época. Outras fábricas têxteis instaladas em Jacareí no início do século passado, segundo Ricci (2002) foram a Companhia de Tecidos de Malha “Filhinha” S/A (1906), Sociedade Anônima Jacarehy Industrial (1911), Fábrica de Meia Elvira (1915), Fábrica de Meia

Vitória (1920), Fábrica de Meias Alice (1920), entre outras. Todas essas indústrias acabaram por consolidar a cidade de Jacareí, no mais importante centro industrial da região no início do Século XX, contando com a maior quantidade de indústrias têxteis da região do Vale do Paraíba Paulista (RICCI, 2002)

Dessa forma, pode-se dizer que a atividade industrial têxtil na região se desenvolveu, primeiramente pelas iniciativas de investidores locais, e, posteriormente pelo transbordamento da atividade industrial paulistana, que acabou induzindo a transferência da produção têxtil para o Vale do Paraíba. De acordo com Ricci (2002) no início da era Vargas a região já podia ser caracterizada como um centro de indústrias têxteis, com uma pauta diversificada de produtos e com caráter promissor de desenvolvimento.

Dando sequência à apresentação cronológica da histórica econômica da região em estudo, o subcapítulo a seguir traz informações importantes a respeito do processo de industrialização regional e, principalmente, do Município de São José dos Campos; município este que apresentou o maior dinamismo industrial da Região do Vale do Paraíba para quase todo século XX.

2.2.2. Processo de Industrialização: 1930-1980

Em âmbito nacional, pode-se dizer que a crise de 1929 acabou influenciando a perda do dinamismo cafeeiro, já que as exportações do produto caíram drasticamente no período em questão. Concomitantemente às políticas econômicas que estavam sendo adotadas no período, este acontecimento, de certa forma, ajudou a impulsionar o crescimento das atividades industriais em algumas regiões do Brasil, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste do país.

O Município de São José dos Campos, por exemplo, passou a receber investimentos estatais e a fazer parte das estratégias governamentais, criando-se a infraestrutura básica que viabilizaria a consolidação de um município urbano-industrial, a partir, também, da condição sanatorial. Como resultado dessa política, Reani (2011) descreve que em 1935, o Município de São José dos Campos já possuía lei de zoneamento urbano, que dividia a cidade em três zonas: residencial, comercial e sanatorial; marcando o início das intervenções urbanísticas no município.

Á partir disto, com relação aos aspectos demográficos, na década de 1940, São José possuía 36.702 habitantes, sendo que 60% destes viviam no campo. Já entre 1950 e

1970 houve um aumento de 237% da população total, passando de 44.804 habitantes para 150.884, respectivamente, e um aumento de aproximadamente quatro vezes da população urbana, que passou de 26.600 para 134.896 habitantes. Já com relação aos aspectos industriais, em 1940, o município contava com 45 indústrias; e em 1980 este número havia passado para 351 organizações no setor industrial joseense (SOUZA, 2015).

Assim, pode-se dizer que para autores como Vieira (2009), Ricci (2006) e Papali (1996) a maior parte do intenso processo de urbanização municipal esteve relacionado ao crescimento industrial e as oportunidades no mercado de trabalho do setor, que estavam acontecendo na região e no próprio município, já que o mercado de trabalho possui uma relação bastante estreita com a questão dos fluxos migratórios. Estes fatores propiciaram o posterior desenvolvimento da indústria na região, fomentado por inúmeros investimentos públicos e privados, benefícios fiscais e implantação de importantes instituições de ensino e pesquisa no município.

Para se ter uma breve ideia sobre a dinâmica industrial em São José dos Campos para meados do século XX, a tabela 1 traz informações a respeito do número de indústrias instaladas no município de 1940 a 2000.

Tabela 1: Instalação de Indústrias no Município de São José dos Campos – 1940-2000

ANO	NÚMERO DE INDÚSTRIAS
1940	45
1950	65
1960	72
1970	284
1975	368
1980	351
1985	454
1996	865
2000	988

Fonte: Souza (2015)

O que se pode inferir é que os principais fatores que colaboraram para o perfil industrial do município foram: incentivos fiscais oferecidos pela prefeitura, localização privilegiada, investimentos públicos e estratégias militares. Além do mais, é preciso destacar que esse aumento no número de indústrias instaladas no município, também, esteve ligado ao processo de interiorização das atividades industriais, devido à saturação industrial na Região Metropolitana de São Paulo. Este processo, denominado por Cano (2008) de desconcentração produtiva, pode ser resultante da diminuição de oferta de

terras e recursos naturais, fraco dinamismo dos sindicatos e aumento dos benefícios fiscais oferecidos por outros municípios no estado, por exemplo. Pode-se dizer que esse acontecimento, sobretudo após a segunda guerra mundial, criou diversos centros dinâmicos em municípios em um raio de aproximadamente 100 km da capital paulista (HENRIQUE, 2014).

Industrialização e expansão urbana marcaram o período entre 1950-1980 em São José dos Campos. A segunda fase de industrialização municipal se inicia, portanto, a partir da década de 1950 e vai até final dos anos 1960, concomitantemente a segunda fase do Processo de Substituição de Importações no Brasil. Pode-se dizer, portanto, que o parque industrial deste município, nesta segunda fase de expansão industrial, tomava novos rumos e passou a se caracterizar pela diversidade da produção. Segundo dados da Prefeitura Municipal (2012) as principais indústrias que se instalaram no município foram: Johnson e Johnson (1953); Ericsson (1954); General Motors (1957), Bendix (1957); Eaton (1959); e ainda no final dos anos 1950, desponta uma indústria no setor aeronáutico, a Avibrás (1957).

Para além desse contexto, pode-se dizer que três fatores podem ser colocados como essenciais para a continuidade do processo de industrialização no Município de São José dos Campos: a criação do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) em 1950, atualmente denominado de Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), que lhe conferiu ao município o perfil industrial e tecnológico; a construção da Rodovia Presidente Dutra em 1951 e a criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), em 1969, um projeto implantado com recursos públicos do governo federal no Município de São José dos Campos.

Dentro desse quadro, Vianna (2004) descreve que o DCTA, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), também foram instituições determinantes para a mudança econômica e institucional local e regional. Souza (2015) acrescenta, também, que o DCTA, o INPE e a Embraer formam o núcleo do Complexo Tecnológico-Industrial-Aeroespacial de São José dos Campos.

A partir desse núcleo, o município passou a ter, já na década de 1960, um arranjo produtivo científico-tecnológico, que vinha concentrando um bom número de empresas de diferentes portes que atuavam no segmento. Nesse sentido, é importante destacar que todos esses fatores contribuíram para o aumento do emprego e aumento das oportunidades para a mão de obra com maior qualificação; fatores que

impulsionavam alguns investimentos focalizados em educação e qualificação profissional.

É importante observar que o processo de industrialização em outros municípios do Vale do Paraíba também aconteceu concomitantemente à industrialização brasileira e joseense, de uma maneira menos intensa, mas com importante papel na diversificação produtiva regional. A tabela 2 traz informações a respeito do número de estabelecimentos e operários em alguns municípios do Vale do Paraíba, no sentido de demonstrar o dinamismo industrial nos diferentes municípios já para os anos de 1950.

Tabela 2: Número de estabelecimentos e operários na indústria do Vale do Paraíba em 1959

Município	Estabelecimentos industriais		Operários		Operários por estabelecimento
	Total	%	Total	%	Total
Aparecida	33	4	671	3	20,33
Areias	3	0,3	7	0,03	2,33
Caçapava	50	6	762	3	15,24
Jacareí	62	8	2.562	12	41,32
Lorena	56	7	711	3	12,70
M. Lobato	7	0,9	1	0,004	0,14
Santa Isabel	15	1	638	3	42,53
S.J. Campos	72	9	4.254	20	59,08
Taubaté	157	20	6.047	29	38,52

Fonte: Vieira (2009)

Os municípios com maior destaque nos setores industriais foram: Caçapava, Jacareí, Lorena, São José dos Campos e Taubaté, municípios estes que estão ao longo da Rodovia Presidente Dutra e que acabaram absorvendo os estímulos econômicos e de infraestrutura para a região.

Contudo, se para algumas localidades o crescimento industrial representou um impulso nas atividades econômicas e no mercado de trabalho; para os municípios menores, os efeitos da industrialização foram menos positivos para o desenvolvimento de tais localidades. Pois além de perderem parte considerável da sua força de trabalho, para os municípios com mais atividades urbano-industriais, continuaram com uma economia de subsistência e dependente dos municípios com maior dinamismo industrial e de circulação de bens e serviços, como São José dos Campos e Taubaté, as quais,

juntas, representavam 49% da mão de obra industrial da região em 1959 (VIEIRA, 2009).

A terceira fase da industrialização em São José dos Campos inicia-se a partir dos anos de 1970, representando outro marco na história da cidade. A criação da Embraer, em 1969 (justamente no período da ditadura militar), vai acentuar o perfil da cidade em relação à alta tecnologia. E nessa terceira fase, indústrias como a Panasonic do Brasil, em 1970, Kodak Brasileira em 1972 e Indústrias Monsanto no ano de 1975 começaram a fazer parte do aglomerado industrial do município.

Assim, pode-se dizer que o novo ciclo industrial do Município se caracterizou pelo atendimento dos desejos estratégicos dos militares no poder e pelo próprio caráter do processo de substituição de importações nesta última fase. Nesse contexto, para ressaltar o papel do Estado no processo de industrialização, a Prefeitura Municipal passou novamente a fornecer políticas de incentivos, e como destaca Henrique (2014), em 1979 foi aprovado um projeto de lei fomentando a instalação de indústrias no município, onde as mesmas ficaram isentas por dez anos dos impostos territoriais e sobre serviços de qualquer natureza (ISS).

Além do mais, é importante lembrar o papel da desconcentração produtiva que estava acontecendo na cidade de São Paulo desde os anos 1970. Este processo de desconcentração, em dado momento, acabou resultando na interiorização das atividades industriais paulistas; e cidades como São José dos Campos acabaram por entrar em uma nova onda industrializante, porém, voltada à indústria de transformação.

Nessa terceira fase da industrialização, Vieira (2009) descreve que dentre os fatores responsáveis pelo crescimento das atividades industriais no município, pode-se destacar a política de desenvolvimento urbano-regional, que criou condições para a atração de investimentos, associada também a uma política nacional desenvolvimentista, como os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PND).

Dentro desse quadro, em 10 de outubro de 1970 foi inaugurado no Município o Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (CODIVAP), sendo um dos pioneiros no Brasil; consórcio este que surgiu de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de São José dos Campos e a Universidade de São Paulo (USP), e que tinha como objetivo, segundo Vieira (2009) implantar políticas públicas nas áreas de: infraestrutura, saúde e recuperação ambiental e reduzir os desníveis econômicos na região, já que existiam inúmeras dificuldades de se executar políticas públicas regionais.

A transformação de São José dos Campos em meio técnico-científico informacional é evidente. Como colocado por Vianna (2004), o município não apenas participou da remodelação do território nacional, baseada na combinação de ciência, tecnologia e informação, como também, amparada pelo Estado, se tornou um polo de inovação nacional, o que acabou por se tornar uma potencialidade municipal, com grandes repercussões futuras na dinamização local e regional e no fortalecimento institucional.

O capítulo a seguir busca descrever as principais transformações econômicas e do mercado de trabalho durante os anos de 1980 e 1990, mais brevemente para o âmbito nacional e mais focalizado para a Região de Governo de São José dos Campos.

CAPÍTULO 3 – ECONOMIA, INDÚSTRIA E MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 1980 E 1990.

No Brasil, a partir da década de 1980, as mudanças no âmbito econômico, determinadas por inúmeras tentativas de estabilização da economia e implantação do modelo de integração ao capital internacional (baseado na doutrina do neoliberalismo), apontam para prioridade das regras de mercado e da iniciativa privada, levando as empresas a buscar por ajustes aos padrões produtivos e gerenciais e novas formas de organização de produção e de trabalho.

Nesse sentido, percebe-se uma tendência nas políticas e nas práticas adotadas em nível nacional e, de forma menos acelerada, em nível regional a partir dos anos de 1980. Tais transformações se refletiram tanto no sistema econômico nacional quanto no mundo do trabalho, implicando no aumento do desemprego e na precarização das relações e condições de trabalho, por exemplo.

Este capítulo pretende, portanto, fazer uma contextualização da situação econômica do país para as décadas de 1980 e 1990 e através de uma revisão de literatura, entender quais foram os principais fenômenos da época que influenciaram a dinâmica socioeconômica e do mercado de trabalho nacional, com implicações à nível regional; no caso a Região de Governo de São José dos Campos.

3.1. Economia Brasileira: Panorama

Pode-se dizer que os sinais da desaceleração econômica no Brasil ficam evidentes à partir de meados de 1970. A Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) decidiu reorganizar o mercado internacional do combustível, promovendo duas elevações nos preços internacionais do produto, em 1973 e 1979. Os preços do petróleo aumentaram 12 vezes nesse intervalo, criando sérias dificuldades econômicas e de comércio internacional para os países importadores, entre eles o Brasil.

Segundo Abreu (1989) a situação de instabilidade macroeconômica com que a economia brasileira se defrontou na década de 1980, caracterizado por elevado endividamento externo, desestruturação do setor público, inflação ascendente e perda de dinamismo econômico com períodos curtos de crescimento, foi originado em grande

parte devido a alguns erros de diagnósticos e as consequentes políticas econômicas adotadas, principalmente após o primeiro choque do petróleo.

Pode-se dizer que com relação às políticas econômicas, as mesmas vinham sendo direcionadas para dois objetivos principais. Por um lado, buscava-se alcançar estabilidade econômica, através dos vários planos adotados durante a década, como o plano Cruzado, Verão e Bresser⁴, por exemplo. E por outro lado, buscavam-se os saldos positivos na balança comercial para o fechamento do balanço de pagamentos a cada ano. Segundo diversos autores da literatura econômica, como Bresser-Pereira (2006) e Fishlow (1986), a década de 1980 fora praticamente perdida, mas com a redemocratização e a formulação de uma nova constituição, os anos 1990 foram idealizados como uma década de esperança e crescimento para a economia brasileira.

Porém é preciso ressaltar que devido à falta de investimentos mais concretos durante os anos 1980, no Brasil, a economia encontrava-se fragilizada para a retomada do crescimento. Nesse sentido, algumas ideias “neoliberais” começaram a guiar as políticas econômicas e os rumos da economia brasileira, e de acordo com Souza (2009) as principais propostas que passaram a sintetizar tal pensamento para os países periféricos foram: Estado “mínimo”, abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatizações e flexibilização das relações de trabalho.

Segundo Bresser-Pereira (1997) a crise que se instalou no Brasil nos anos de 1980, em grande medida, aconteceu devido à crise do Estado nacional-desenvolvimentista e intervencionista; que passou a ter cada vez menos o controle e a capacidade de implementação e articulação de políticas econômicas. Concomitantemente a este processo, o fenômeno da globalização acabou por criar uma pressão adicional para a reforma do Estado, com uma participação cada vez menor na intervenção da economia.

A abertura comercial tinha como intuito o fim das barreiras protecionistas entre os países, ou seja, importação e exportação com menos taxas e impostos tende a tornar os mercados mais acessíveis. Já a desregulamentação dos mercados significou o fim de regras que impediam ou limitavam o movimento do capital internacional, principalmente o capital especulativo. Por fim, a flexibilização das relações de trabalho, com maiores impactos a partir de 1994, acarretou na diminuição e/ou erradicação de direitos trabalhistas e previdenciários, com maior o enfraquecimento dos sindicatos,

⁴ Ver Kon (1994).

aumento do desemprego e favorecimento às empresas transnacionais para se instalarem no país e reduzirem seus custos.

É importante destacar que tais medidas estavam diretamente relacionadas aos critérios estabelecidos durante o Consenso de Washington⁵. Bresser-Pereira (2006) relata que a partir dos anos de 1990 os países da América Latina observaram a deterioração de suas contas, devido à abertura comercial, privatizações e desvalorização de suas moedas. Assim, pode-se dizer que, uma estratégia econômica anteriormente nacional-desenvolvimentista entre 1930 e 1980, passou a ser conduzida por uma agenda neoliberal com vistas à proteção da propriedade privada e promoção de mercados competitivos.

Portanto, pode-se concluir que, o aumento do comércio mundial, dos financiamentos internacionais e dos investimentos diretos de empresas multinacionais criou um espaço de competição internacional cada vez mais acirrado. Nesse sentido, as lógicas mercantis ganharam muito mais espaço a nível mundial, o que levou vários países à abertura comercial e a desregulamentação de seus mercados, com grandes implicações econômicas e sociais na década seguinte (BRESSER-PEREIRA, 1997).

Assim, durante os anos de 1990, a economia brasileira iniciou um processo de transformação estrutural para se integrar ao mercado mundial; e no caso do Brasil, a globalização e a reestruturação produtiva já se iniciaram com a abertura econômica de 1990, além das diversas privatizações que aconteceram com empresas estatais que se encontravam em dificuldade de financeira e de gestão (NAKANO, 1994).

Souza (2009) descreve alguns danos causados pela política liberal adotada em vários países na América Latina, sendo à precarização das relações de trabalho um dos fatores que levou milhões de trabalhadores para o subemprego, devido ao fechamento de inúmeras indústrias no continente latino-americano. Além da desnacionalização e da desindustrialização, o aumento da dívida externa fora outra consequência dessas transformações econômicas na América Latina na década de 1990 (SOUZA, 2009).

Na Região de Governo de São José dos Campos, para além de todos os fatores mencionados acima, a situação econômica regional foi agravada pela crise dos complexos aeroespacial e bélico, pressionando a elevação dos patamares de desemprego, fruto da desativação de plantas industriais e de empresas prestadoras de serviços para esse setor.

⁵ Ver Bresser-Pereira (1992).

Pode-se dizer que a mudança do regime militar para um governo civil, em meados da década de 1980, fez com que os investimentos públicos que eram destinados quase que completamente à pesquisa e desenvolvimento pelos militares fossem cortados com essa mudança, praticamente cancelando o investimento do governo nas estatais.

Tantas mudanças nas políticas econômicas e nos investimentos públicos e privados, tanto em um cenário nacional quanto regional, acabaram propiciando uma crise econômica no Município de São José dos Campos, com repercussões em termos de dinâmica local e regional; fato este que será melhor demonstrado nas subcapítulos seguintes.

3.2. Desconcentração Produtiva Brasileira e Paulista: O processo e seus desdobramentos

Considerando que industrialização e urbanização sempre estiveram articuladas, a expansão da rede paulista de cidades seguiu acompanhada pelo processo de formação da indústria brasileira. A capital paulista passou a concentrar de forma crescente a produção industrial a partir de 1930, principalmente, por meio da acumulação de capital durante a formação e desenvolvimento do complexo cafeeiro brasileiro. Conforme Lemos et al. (2003), este processo de industrialização acabou por consolidar a hegemonia paulista, ao mesmo passo que fez emergir uma hierarquia urbano-industrial extremamente desigual.

Pode-se dizer que essa dinâmica concentradora das atividades industriais na cidade de São Paulo, comparada a outras regiões do país, passou a perder intensidade na maior parte dos setores produtivos de bens intermediários e de capital na virada dos anos 1960 para 1970. Este processo pode ser denominado de desconcentração produtiva, conceito este que, desde os anos 1980, tem fomentado debates acadêmicos nos principais centros de ensino e pesquisa em economia regional no Brasil. Dentre os principais autores deste debate, encontram-se os precursores Wilson Cano e Carlos Roberto Azzoni.

Segundo Cano (1998) dentre os principais fatores para esta desconcentração da produção industrial paulista podem ser atribuídas às políticas econômicas e regionais por parte do Estado brasileiro, expansão da fronteira agrícola (desde 1930), II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), intensificação do processo de urbanização nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do Brasil, aumento dos investimentos públicos e privados em outras regiões brasileiras e a crise socioeconômica dos anos 1980.

Cano (2008) descreve que este processo de desconcentração produtiva pode ser entendido como um ganho de participação, seja no setor primário, secundário ou terciário, de uma região em relação à outra, previamente mais concentrada ou com maior participação nestes mesmos setores. Assim, Cano (2008), para compreender o processo de desconcentração após 1970 subdivide tal processo em três fases: a primeira seria de desconcentração produtiva virtuosa, que vai de 1970 até 1980; a segunda fase, desconcentração espúria, compreendendo o período de 1980 a 1990; e por fim, a desconcentração branda que se verifica no período pós 1990.

Esta desconcentração virtuosa, conceito este explicado em capítulo anterior, está associada, portanto, a momentos de maior dinamismo econômico em um contexto nacional e marcada por altas taxas de crescimento em várias regiões brasileiras. “No entanto, apesar dos excelentes resultados de São Paulo, que cresceu na média de 8,2% ao ano, este foi abaixo da média nacional, que foi de 9%” (MORAES, 2017, p.66).

Este processo de desconcentração produtiva possuía dois sentidos principais. Um no sentido do estado de São Paulo para as demais regiões brasileiras e outro no sentido da RMSP para o interior. Entre 1970 e 1980, fase virtuosa da desconcentração, a participação da RMSP no PIB da indústria de transformação sofreu um declínio de 43,5% para 33,6%. Ao passo que a participação do interior paulista saltou de 14,7% para 20,2%, no mesmo período, se tornando a segunda região mais industrial do Brasil, atrás apenas da Grande São Paulo (PACHECO, 1998).

De acordo com Pacheco (1998) isto não significava que o estado de São Paulo estivesse “perdendo” indústrias para regiões periféricas, pelo contrário, a matriz industrial do estado continuava crescendo a altas taxas no período de 1970 a 1980, porém significava que outras regiões passaram a contar com maiores investimentos, ampliando sua capacidade produtiva acima da capacidade paulista. Contudo, é importante ressaltar que mesmo dentro deste processo de desconcentração, as decisões de como, onde e quanto seria produzido nas regiões periféricas vinham, em grande parte, das empresas com capital sediado no próprio Estado de São Paulo, o que de certa forma ainda estimulava a dependência de várias regiões brasileiras ao dinamismo econômico paulista.

Em um debate com Redwood (1985) e Townroe y Keen (1984), Carlos Roberto Azzoni descreve que o Brasil não estava passando por uma “Reversão da Polarização”, como defendido por tais autores; o que estava ocorrendo, na verdade, era uma desconcentração concentrada, “representada pela expansão geográfica da área mais

industrializada do país, para os municípios localizados num raio de aproximadamente 150 km do centro da Região Metropolitana de São Paulo e os centros urbanos de maior porte situados razoavelmente próximos à RMSP, sobretudo no sul de Minas e na região de Curitiba” (CAIADO, 2002, p.32).

Azzoni (1986) descreve que devido às economias de escala, economias de aglomeração e às economias de urbanização não haveria a possibilidade de o Brasil estar passando por uma reversão da polarização, já que não teriam se formado áreas de crescimento industrial autônomas em relação ao poder de atração e fixação da Região Metropolitana de São Paulo. A interpretação de Azzoni sobre o processo de desconcentração produtiva estimulou a construção de outras visões sobre tal processo, considerando economias e deseconomias de aglomeração, campo aglomerativo e a proposta de reversão da polarização. Seus principais representantes estão no Cedeplar (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) da UFMG.

De acordo com Caiado (2002) as principais críticas à interpretação de Azzoni foram feitas por Negri (1994), Diniz (1991) e Pacheco (1996). Tais autores acreditam que o conceito de desconcentração concentrada “não explica o surgimento de novos espaços dinâmicos fora do “campo aglomerativo” (Raio de 150 km à partir da RMSP)” (CAIADO, 2002, p.34).

Como descrito por Negri (1994), a interpretação de Azzoni subestima uma série de novas contribuições da moderna organização industrial, além do papel do Estado, principalmente no que se refere aos investimentos públicos diretos e suas implicações. Além do mais, Negri (1994) acredita que os efeitos regionais da relação entre economias e deseconomias de aglomeração são muito mais fortes nas esferas locais e regionais do que em uma esfera mais ampla, o que não explicaria, por si só, a desconcentração produtiva que vinha ocorrendo no Brasil.

Já Diniz (1991, 1993, 2002) ao analisar as políticas macroeconômicas de caráter industrial e regional descreve a existência de uma reversão da polarização da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) que vinha acontecendo até então. Para o autor, em uma primeira fase, esta reversão estaria acontecendo sentido interior do Estado de São Paulo; já na segunda fase o que se podia ver era uma relativa reconcentração no que ele denominou de polígono produtivo. Caiado (2002), destaca que somente o grupo do CEDEPLAR (UFMG) insiste na teoria da reversão da polarização.

Diniz (1993) acredita que, de fato, houve uma desconcentração concentrada no Brasil, mais não somente dentro do que Azzoni chamou de campo aglomerativo; para

Diniz o que se poderia ver era um “desenvolvimento poligonal”. Para o autor, o processo de desconcentração produtiva estava acontecendo de uma forma muito mais reduzida do que se tinham imaginado, ficando mais restrito ao interior paulista e a uma área que vai de Belo Horizonte a Porto Alegre, passando pelo Estado de São Paulo. Para o autor, a reversão da polarização estaria acontecendo concomitantemente a uma relativa aglomeração no polígono, como descrito acima.

Segundo Diniz (1993), o conceito de desenvolvimento poligonal pode ser construído à partir de cinco fatores principais, sendo estes: (i) deseconomias de aglomeração na Região Metropolitana de São Paulo; (ii) políticas econômicas por parte do Estado brasileiro; (iii) busca por recursos naturais; (iv) concentração social e espacial da renda e (v) unificação do mercado. Para o autor, apesar de estes fatores terem contribuído de forma distinta para a dinâmica econômica brasileira, em conjunto, acabaram produzindo um novo padrão de dispersão produtiva (DINIZ, 1993).

Nas palavras de Wilson Cano (2006):

“... o crescimento vertiginoso e caótico da RMSP, além de outros efeitos negativos, certamente lhe trouxe deseconomias de aglomeração e perdas relativas de competitividade, vis-à-vis o desenvolvimento de outras Regiões Administrativas. Reforça isto, o agravamento da questão ambiental, que tem levado o governo estadual, através da CETESB, a fiscalizar e examinar com grande rigor, o funcionamento ou a intenção de expansão ou instalação de novas plantas industriais na região”. (Cano, 2006 p. 18).

Assim, no que diz respeito a Região Metropolitana de São Paulo, Diniz e Diniz (2004) reconhecem que a região não estava passando por um processo de desindustrialização, mas por uma reestruturação produtiva, com intensas mudanças na dinâmica do mercado de trabalho, no desenvolvimento industrial e na composição da estrutura de produção brasileira; processo este que será melhor detalhado posteriormente.

Ainda dentro da discussão a respeito da nova configuração da estrutura produtiva que vinha se formando, pode-se dizer que por volta da década de 1970, ao longo da fase de desconcentração virtuosa, se iniciava um movimento conhecido pela literatura em economia regional como processo de interiorização da indústria paulista, conceito descrito no Capítulo 1 desta dissertação.

Esta afirmação pode ser corroborada pelos números: a RMSP perdeu participação relativa no valor adicionado da indústria de transformação, ou seja, de 74,7% em 1970 para 56,6% em de 1985. Por outro lado, no interior observa-se um salto de 25,3% para 43,3% para o mesmo período (Tabela 3).

Pode-se dizer que desde o início dos anos de 1960, a cidade de São Paulo perdeu espaço na indústria de transformação, enquanto outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo e do interior do estado aumentaram sua participação no valor de transformação industrial paulista. A título de exemplo, a região administrativa de Campinas aumentou sua participação de 15,1% para 19,2% do VTI no período entre 1970 e 1985. Com menos destaques estão as regiões administrativas de São José dos Campos (5,4% para 6,3%) e as de Sorocaba (de 4,0% para 4,9%). Já a Baixada Santista, fora a exceção, sendo que a participação no VTI total do Estado de São Paulo passou de 4,3% para 2,6% (CAIADO, 2002).

Tabela 3: Mudanças espaciais da indústria de transformação do Estado de SP

Localidade	Valor de Transformação Industrial (Em %)				
	1959	1970	1975	1980	1985
RMSP	73,8	74,7	69,4	62,9	56,6
Capital - SP	54,8	48,1	44,0	34,8	29,8
RMSP – Exceto SP	19,0	26,6	25,4	28,1	26,8
Interior	26,2	25,3	30,6	37,1	43,4
Total do Estado SP	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fibge – Censos Industriais de 1959, 1970, 1975, 1980 e 1985. Citado por Negri (1996).

Nesse sentido de desconcentração e interiorização industrial paulista, Negri (1996) descreve que a criação de alguns programas, como o de Cidades Médias, de Interiorização do Desenvolvimento (PROINDE) e a Política de Descentralização Industrial, tinham como intuito levar o crescimento industrial para o interior do Estado de São Paulo. Deve-se, portanto, ressaltar o papel das políticas públicas como importante instrumento de desenvolvimento regional desde os anos de 1970, período em que se iniciou o II Plano Nacional de Desenvolvimento; plano este elaborado dentro de um contexto nacional-desenvolvimentista e de desconcentração regional.

Contudo, pode-se dizer que à partir dos anos de 1980, a economia brasileira passou a enfrentar uma crise fiscal e financeira por parte do Estado Nacional, com grandes impactos socioeconômicos nos anos seguintes. Todos os entraves econômicos da época foram atingindo os diversos territórios do país de forma gradual, inclusive, os governos estaduais, ocasionando uma queda ainda maior dos investimentos em infraestrutura econômica e social. A diminuição do PIB brasileiro chegou a 14% entre 1980 a 1983.

A desconcentração que havia sido virtuosa até então, passa a ter um caráter espúrio, o que ocorre geralmente em contextos de baixo dinamismo econômico nacional. De fato, a participação do estado no PIB nacional caiu de 38% para 34% entre 1980 e 1994. No PIB da indústria de transformação, passou de 54,4%, em 1980, para 49,2%, em 1990. Ainda, a desconcentração continuou a apresentar o vetor no sentido para o interior do estado, tendo a participação da RMSP caído de 34% para 26%, ao passo que o interior cresceu de 20% para 23% (CAIADO, 2002).

Pacheco (1998) destaca que mesmo com esse caráter “espúrio”, podia-se perceber continuidade da desconcentração, uma vez que todas as demais regiões continuaram a crescer acima da média nacional; é importante lembrar que a continuidade dessa desconcentração se deve muito ao próprio movimento que já havia começado nas décadas anteriores.

Outro fato a ser destacado é que o final da década de 1980 marcaria, novamente, um novo ciclo de políticas econômicas no país (tanto internas quanto externas), já que os acontecimentos mundiais, como o fim da União Soviética e da própria guerra fria levariam a uma nova lógica socioeconômica mundial. Para além desses fatores, a pressão dos organismos e instituições internacionais por menos intervenção estatal, mais abertura comercial e mais disciplina fiscal, acabaram por findar com as pretensões nacionais-desenvolvimentistas e do planejamento centralizado por políticas estatais.

Com a redemocratização do Brasil e a eleição do Presidente Fernando Collor, abriu-se de vez as portas para a experiência neoliberal e para o desmonte das políticas públicas principalmente, de cunho regional. Além disso, a revolução tecnológica-informática, a expansão da globalização, entrada de empresas transnacionais, as desnacionalizações e as mudanças político-institucionais no Brasil, modificaram o contexto brasileiro e trouxeram complexos desafios de desenvolvimento nacional e regional.

Nesse sentido, a respeito do processo de desconcentração produtiva, Cano (2008) descreve que a partir dos anos de 1990, este processo passou a acontecer de uma maneira mais branda, mas ainda com um caráter espúrio. O autor ao analisar a desconcentração para o período em questão divide sua análise, primeiramente, para o período compreendido entre 1985 e 1996 e, em segundo lugar, analisa o período que vai de 1996 a 2004. Cano (2008) descreve que para o primeiro período, a desconcentração se apresentou de forma mais branda, tendo alguns segmentos industriais em São Paulo passado até mesmo por uma reconcentração. Já entre 1996 e 2004, dentro de um novo

contexto político e econômico, a desconcentração parece ter se acelerado, principalmente, após os anos 2000 (MORAES, 2017).

Moraes (2017) reforça:

“Entre 1985 e 1996, ao analisar a participação dos segmentos da indústria de transformação de forma desagregada, Cano (2008) evidencia que os grandes ganhadores em termos de participação nacional foram os estados de Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina, apresentando ganhos de forma diversificada entre bens de consumo duráveis, não duráveis e de capital” (MORAES, 2017, p. 84).

A conclusão que pode ser feita aqui, é que esse cenário que vai de 1985 a 1996, portanto, tendia a corroborar a tese de Diniz (1993) sobre uma possível reconcentração no que o autor vai chamar de polígono produtivo.

Dessa forma, Moraes (2017) acrescenta:

“Entretanto, apesar de sua tese do desenvolvimento poligonal ainda estar viva nas análises e estudos regionais atuais, é importante ressaltar, conforme já citado, que há fortes indícios de que a partir da segunda metade da década de 1990 e ao longo dos anos 2000, ao contrário do que previa o autor, a desconcentração produtiva voltou a ter um caráter, de certa forma, mais virtuoso, se acelerando e se expandindo para áreas muito além dos limites poligonais delimitados por Diniz, inclusive em segmentos de alta tecnologia” (MORAES, 2017, p. 84).

É claro que a área circunscrita no polígono produtivo ainda continuou concentrando boa parte da estrutura produtiva brasileira, contudo percebe-se que após os anos 2000 iniciaram-se novas dinâmicas econômicas e de estruturação socioespacial, fatores estes que demonstram a importância da continuidade dos estudos regionais e territoriais como forma de contribuir no melhor entendimento das dinâmicas de reestruturação produtiva nacional e regional.

Nesse sentido, o subcapítulo a seguir traz informações importantes à respeito do processo de reestruturação produtiva no Brasil e, de uma forma mais focalizada, para a Região de Governo de São José dos Campos. Além disso, o subcapítulo contextualiza, também, questões atreladas ao mercado de trabalho regional, já que o mesmo tem uma relação bastante estreita com a questão da reestruturação produtiva nacional.

3.3. Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho: Região de Governo de São José dos Campos

Vieira (2009) acredita que na história econômica do capitalismo, a busca pelo desenvolvimento econômico sempre esteve associada à industrialização. Porém, para muitos países a industrialização, sonhada e pensada como redentora da formulação de um projeto nacional para tais países em desenvolvimento, capaz de alavancar a inclusão econômica, social, política e cultural, se mostrou frustradora desses ideais e, um estímulo às disparidades de renda, dos desequilíbrios regionais e da concentração fundiária.

Nesse contexto, Caiado (2006) descreve que as transformações econômicas e sociais em curso, principalmente à partir dos anos de 1990, refletiram em mudanças no que se pode chamar de nova Divisão Regional do Trabalho no Brasil, com destaque para o papel da desconcentração das atividades agroindustriais (parte do processo de desconcentração produtiva nacional) e da reestruturação produtiva, no quadro do novo paradigma técnico-econômico, com o crescente aumento das inovações tecnológicas, mudanças na estrutura e no mercado de trabalho e a passagem do neoliberalismo de pensamento político para política econômica.

Como descrito por Kon (1997) desde a década de 1970, em diversos lugares ao redor do mundo, principalmente nos países de crescimento industrial e tecnológico avançado, com fábricas quase que totalmente automatizadas e também pelo uso de maquinário, fertilizantes e pesticidas na agricultura, o resultando tem sido o aumento de pessoas trabalhando no setor terciário. Kon (1997) corrobora essa afirmação ao descrever que a reestruturação produtiva das economias de diferentes níveis de desenvolvimento, pode ser associada ao grau de inovação tecnológica e velocidade de difusão nos processos produtivos e organizacionais, principalmente ligados ao setor terciário. Em outras palavras, o processo de reestruturação produtiva acabou por conduzir o crescimento da tercearização em vários lugares do mundo.

Em países em desenvolvimento esse processo tem acontecido de maneira mais lenta e os “padrões de reestruturação verificados no início do desenvolvimento estão relacionados ao crescimento tanto do setor secundário quanto de serviços, à medida do decréscimo das ocupações rurais” (KON, 1997, p. 155). Já em países com maior grau de desenvolvimento é observado um crescimento apenas nas ocupações de serviços, enquanto que as atividades do setor industrial diminuem.

Para corroborar tal afirmação, Comin (2003) descreve que desde a segunda metade dos anos 1980 a indústria de transformação no Brasil perdeu peso no total do valor adicionado estadual, enquanto o setor de serviços tem aumentado sua parcela. Esse fenômeno reflete não somente as menores taxas de crescimento do investimento industrial no Estado em relação aos demais, mas também devido às transformações do setor industrial durante os períodos de flutuação econômica.

De acordo com Caiado (2006), nas duas últimas décadas intensificaram-se as tendências de reestruturação da base econômica produtiva no Brasil, sendo visível a reestruturação do mercado de trabalho e a dispersão espacial das atividades produtivas e da população. E as justificativas para explicar tais transformações na estrutura produtiva, segundo Caiado (2006) podem estar relacionadas à: (i) desindustrialização e crise global do capital; (ii) surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho que se desenvolveu devido às mudanças tecnológicas baseadas nas formas flexíveis de organização do trabalho e dos processos produtivos; (iii) redução nos custos de mão de obra; (iv) desenvolvimento do setor de alta tecnologia e (v) reorganização das forças produtivas.

Em países como o Brasil, o período entre 1989 e 1998, como descreve Caiado (2002) foi o período em que houve alterações mais significativas na estrutura produtiva setorial do PIB, além de considerável aumento da terceirização. Os segmentos com maiores reduções relativas foram a agropecuária e a indústria de transformação. “Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (consultoria, propaganda e marketing, contabilidade, entre outros) foram os segmentos dos serviços que mais aumentaram-na”. (CAIADO, 2002, p. 98).

Assim, pode-se dizer que, o processo de terceirização no Brasil tem transformado a estrutura produtiva das localidades, inclusive o desempenho econômico de diversos municípios e regiões. Apesar das modificações na estrutura produtiva impactarem efetivamente na renda, no produto e no emprego, nesta pesquisa, será apresentado somente os resultados de tais modificações pela ótica do emprego; já que para a década de 1990, os dados a respeito do produto nacional e agregados da indústria, por exemplo, não são disponibilizados em séries históricas; o que dificulta uma análise mais concreta dos efeitos da reestruturação produtiva sobre o produto e a renda regional.

Assim, a tabela 4 traz informações a respeito das modificações na estrutura dos empregos formais na RGSJC durante a década de 1990. Tais informações tendem a representar os efeitos das transformações das atividades econômicas na região. Pode-se

perceber, portanto, que houve uma diminuição da participação relativa do setor industrial na composição do emprego regional; concomitantemente a um aumento dos empregos formais no setor terciário, principalmente.

Tabela 4: Evolução do emprego formal por ramos de atividade na RGSJC (1991 -2000)

Anos	Agricultura	Indústria	Construção C.	Comércio	Serviços	Total
1991	1.593	65.647	5.211	19.261	44.256	135.968
1994	2.295	56.786	7.170	21.311	53.690	141.252
1997	2.926	53.582	7.641	24.019	62.056	150.224
2000	2.888	59.498	5.906	28.552	68.054	164.898

Fonte - Fundação Seade (2017)

Bernardes (2002) destaca que, com relação à indústria, o setor de material de transporte fora o principal responsável pelo declínio do nível de emprego industrial na região em estudo durante os anos de 1990, embora nas indústrias de metal-mecânica, de material elétrico e de comunicações as reduções tenham sido bastante significativas também.

Assim, Bernardes (2002) complementa:

“A eliminação de postos de trabalho na indústria metal-mecânica deveu-se a um intenso processo de reestruturação produtiva e ao nível de encomendas imposto pelas grandes montadoras, mas traz uma relação com o movimento de desnacionalização das empresas com o ingresso de multinacionais no país” (BERNARDES, 2002, p.122).

Para além disso, o processo de reestruturação produtiva já em curso, aliado às políticas econômicas adotadas no período, acabou por influenciar a pré-falência da Embraer, a falência da Engesa e a concordata da Avibrás; empresas que foram de grande importância econômica para o município de São José dos Campos. Toda essa situação ocasionou uma demissão em massa de milhares de trabalhadores dessas e de outras empresas ligadas ao setor. A conclusão de tal situação para a Embraer fora a privatização da empresa, assim como boa parte das políticas econômicas do período em questão (HENRIQUE, 2014).

Nesse sentido, Bernardes (2002) descreve:

“Entre 1990 e 1996, o setor aeronáutico suprimiu cerca de metade da sua força de trabalho, correspondendo, em termos absolutos, à eliminação de aproximadamente 13 mil postos de alta especialização que exerciam alguma ocupação relacionada ao arranjo produtivo aeronáutico. Somente a

EMBRAER foi responsável pela eliminação de 8 mil postos de trabalho” (BERNARDES, 2002, p.109).

Portanto, a partir de meados de 1990, entrando em uma nova fase, a Embraer passou por um profundo processo de reestruturação, com o objetivo de aumentar a eficiência e a competitividade internacional. Com isso, a empresa retomou suas contratações e entrou em uma nova fase de comércio e expansão. Com a implementação de novas estratégias de gestão, produção e comercialização, a empresa passou a deter os ativos que lhe permitiria exercer o poder de comando sobre a sua cadeia produtiva global, o que fortaleceu sua posição competitiva no mercado internacional. Essa nova dinâmica da Embraer, de certa forma, ajudou a economia municipal e regional a retomar certo nível de crescimento econômico e dinamismo do mercado de trabalho à partir de meados de 1990.

Pode-se dizer que, principalmente a partir da segunda metade dos anos 90, a *performance* dinâmica da economia do Município de São José dos Campos esteve fortemente associada ao comportamento de indústrias de alta e média intensidade tecnológica, como o setor de telecomunicações e, em especial, o segmento aeronáutico, cuja produção registrou um desempenho econômico favorável. Enquanto entre 1995 e 1999 o contingente de empregados na indústria automobilística diminuiu de 12.868 para 9.252 pessoas, no mesmo período, o número de empregos na indústria aeronáutica aumentou de 3.968 para 7.717. Além do mais, do total de investimentos anunciados para a Região de São José dos Campos para meados de 1990, 62% destes, foram prometidos pelas indústrias aeronáutica e automobilística.

Contudo, como destaca Bernardes (2002) “A ampliação da base da capacidade instalada empresarial através de novos investimentos vem ocorrendo simultaneamente a um processo de intensa subcontratação da produção, dos serviços e mão de obra, gerando intensa insegurança nas relações de trabalho” (BERNARDES, 2002, p.111).

Essa afirmação ilustra os resultados das transformações econômicas e produtivas em curso no Brasil, com vistas para a flexibilização das relações de trabalho e reorganização da estrutura produtiva. “Pesquisas sobre o período pós-privatização da EMBRAER têm revelado que o regime de regulação das relações industriais tem sido marcado pela ruptura do diálogo entre a empresa e os sindicatos, passando aquela a determinar unilateralmente as condições laborais, os reajustes salariais e a administração do nível de emprego” (BERNARDES, 2002).

Pode-se dizer que como resposta às crises nas economias, a ideologia neoliberal ganha força e procura a sua maneira reorganizar o capital, privatizando, flexibilizando, desregulamentando os direitos trabalhistas e promovendo uma reestruturação produtiva. Nesse sentido, é importante ressaltar que estes fatores citados anteriormente instigam uma análise sobre articulações que vão além do “mercado de trabalho” propriamente dito, como por exemplo, as questões relacionadas à sociologia do trabalho.

Em todos estes processos descritos acima, os trabalhadores acabam sendo prejudicados, já que perdem a maior parte de seus direitos trabalhistas. Além das fragmentações com as novas categorias que surgem na fábrica, tais trabalhadores são induzidos a se submeterem à nova lógica do capital, constituindo, o que Alves (2000) denomina como sendo o novo (e precário) mundo do trabalho.

De acordo com Praun (2014), em busca de altas taxas de lucro e de produtividade nas empresas privadas, tem-se o resultado: ampliação dos diferentes modos da precarização, das terceirizações e da informalidade; tudo isso potencializando ainda mais os acidentes, as mutilações e até mesmo, as mortes, gerando uma sociedade de trabalhadores adoecidos. A autora ainda descreve que além da destruição do corpo físico e produtivo, ampliam-se as diversas manifestações de sofrimento psicológico e emocional, assédio moral e suicídios no trabalho. Os ritmos intensos da produção, as recorrentes condições de insegurança no trabalho e as competições entre os próprios trabalhadores acabou por conformar uma vida cotidiana que é produtiva para o capital e destrutiva para a humanidade que vive de trabalho (PRAUN, 2014).

Essas afirmações tendem a demonstrar que estes processos relacionados à reestruturação produtiva induziram uma piora na qualidade e no ambiente de trabalho e, também na composição dos salários, que passou a ser menor devido a diminuição dos postos de trabalho e do aumento da mão de obra industrial de reserva; com um aumento da demanda por emprego tem-se uma diminuição dos salários. Para além da quantidade de postos de trabalhos é necessário resgatar o trabalho como atividade humana criativa e os laços de solidariedade nos ambientes laborais e sindicais, movimentos estes que possam fazer frente aos contraditórios movimentos do capital e do “mercado de trabalho”.

Dando continuidade à análise da composição do emprego da RGSJC durante os anos 1990, a tabela 5 traz informações sobre a participação dos empregos formais por setor de atividade no total dos empregos formais da região. O que pôde ser observado é uma diminuição da participação da indústria nos empregos formais, e um aumento em

todos os outros setores, com destaque para o setor de serviços; fato que ilustra os efeitos do processo de terceirização na região.

Tabela 5: Participação dos empregos formais por setor de atividade no total dos empregos formais na RGSJC (Em %)

Anos	Agricultura	Indústria	Construção C.	Comércio	Serviços
1991	1,07	44,19	3,51	12,97	29,79
1994	1,57	38,83	4,9	14,57	36,71
1997	1,95	35,65	5,08	15,98	41,29
2000	1,75	36,08	3,58	17,31	41,27

Fonte - Fundação Seade (2017)

Na década de 1990, a ampliação da oferta de emprego no setor comercial ocorreu, de maneira preponderante, no segmento varejista e em estabelecimentos de porte reduzido. Já nos serviços, a maioria dos novos empregos foi gerada em atividades de caráter social (saúde e educação). Bernardes (2002) destaca que a expansão do emprego no setor terciário, embora tenha atenuado os efeitos da redução do emprego industrial, não foi suficiente para compensar os postos de trabalho eliminados naquele setor. O resultado foi o declínio de 13,1% no nível geral do emprego formalizado na RGSJC, o que correspondeu à destruição de 16.125 postos de trabalho entre 1989 e 1999, isso demonstra os impactos sobre o emprego decorrente das transformações na estrutura produtiva regional (BERNARDES, 2002).

Com os dados apresentados ao longo deste subcapítulo pôde-se depreender que as décadas de 1980 e 1990 marcaram diversas mudanças nas políticas econômicas e no desempenho dos setores produtivos brasileiros. Assim, pode-se dizer que a trajetória histórica da Região de Governo de São José dos Campos, com vistas à construção de um território industrializado e urbanizado, trouxe grandes consequências econômicas, sociais e produtivas para a integração e o desenvolvimento regional.

Nesse sentido, o próximo capítulo traz informações demográficas, econômicas e sociais da RGSJC para um período mais recente, que vai dos anos 2000 a 2017; tais informações têm o intuito de descrever a dinâmica regional e construir um diagnóstico socioeconômico como forma de colaborar no planejamento regional contemporâneo, frente às transformações econômicas e produtivas iniciadas desde os anos de 1970.

CAPÍTULO 4: REGIÃO DE GOVERNO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: DINÂMICA SOCIOECONÔMICA CONTEMPORÂNEA (2000-2017)

4.1. Contexto Metropolitano: População e Estrutura urbana

A criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) foi proposta pelo Projeto de Lei Complementar n. 66, de 2011, e sua efetiva criação aconteceu em 2012 através da Lei Complementar n. 1166, de 2012. A região é composta por 39 municípios da área do Vale do Paraíba e Litoral Norte Paulista, os quais se mantiveram subdivididos nas 5 sub-regiões definidas na denominação anterior: Região Administrativa de São José dos Campos.

Figura 2: Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte



Fonte: Emplasa (2016)

Tais sub-regiões são organizadas por numeração e nomeadas de acordo com a metrópole (sub) regional. A saber, as sub-regiões são: Região de Governo de São José dos Campos (sub-região 1); Região de Governo de Taubaté (sub-região 2); Região de Governo de Guaratinguetá (sub-região 3); Região de Governo de Cruzeiro (sub-região 4); Região de Governo de Caraguatatuba (sub-região 5).

Segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), para o ano de 2017, a RMVPLN apresentou uma projeção de 2.425.293 habitantes, representando 5,4% da população do Estado de São Paulo. Somente a Região de

Governo de São José dos Campos representa quase 45% da população total da Região Metropolitana (Tabela 6); e este fator pode ser explicado pelo dinamismo econômico e industrial da RGSJC, que acabar por atrair maior fluxo demográfico, econômico e de investimentos da Região Metropolitana.

Tabela 6: População Total, Urbana e Rural por Sub-regiões da RMVPLN

Região	População Total		População Urbana		População Rural	
	2000	2017	2000	2017	2000	2017
Sub-região 1	851.175	1.051.791	807.765	1.000.551	43.410	51.240
Sub-região 2	491.511	595.114	443.013	562.436	48.498	32.678
Sub-região 3	308.074	340.112	279.366	311.648	28.708	28.464
Sub-região 4	113.969	125.321	100.711	113.390	13.258	11.931
Sub-região 5	223.769	312.955	217.623	305.494	6.146	7.461
RMVPLN	1.988.498	2.425.293	1.848.478	2.293.519	140.020	131.774
Estado SP	36.974.378	43.674.533	34.538.004	42.090.776	2.436.374	1.583.757

Fonte: Fundação Seade (2017)

Ainda com relação aos aspectos demográficos da RMVPLN, para 2017, é importante destacar que 94,5% da população total regional está concentrada em áreas urbanas e, portanto, somente 5% da população da RMVPLN está vivendo em áreas rurais (tabela 7); o que representa o caráter urbano da Região Metropolitana. Por outro lado, a Região ainda possui municípios cuja participação da população rural é bastante elevada, e o grau de urbanização ainda é baixo, como: Areias, Cunha, Jambeiro, Natividade da Serra, Monteiro Lobato, Silveiras, Paraibuna, entre outros.

Tabela 7: Densidade demográfica e Taxa de Urbanização

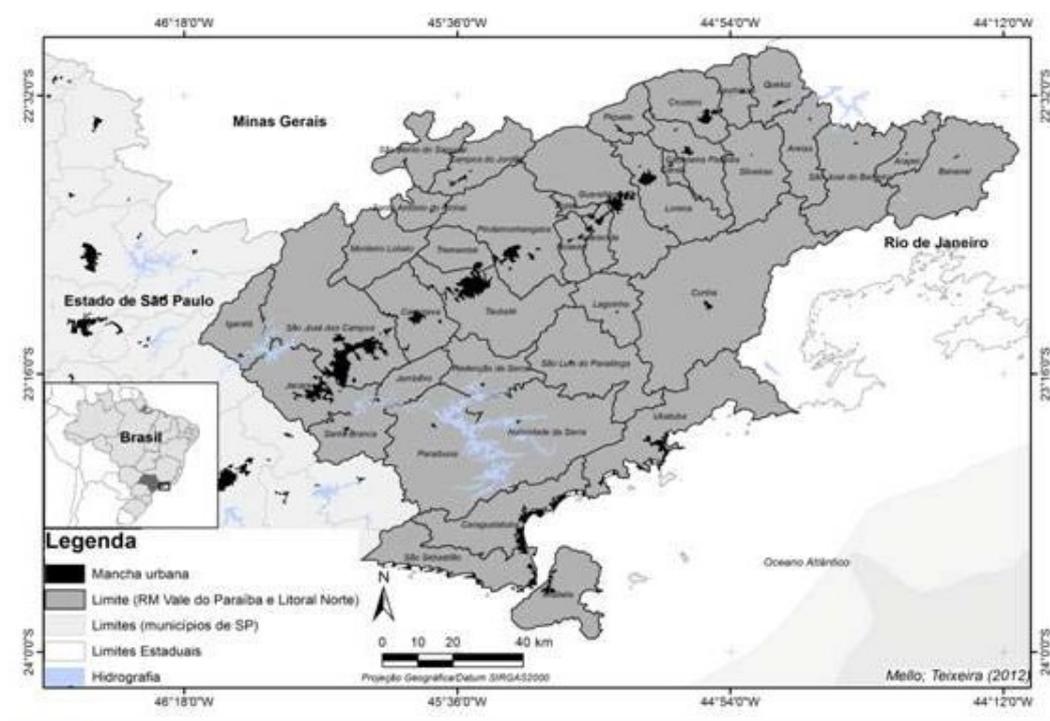
Região	Área (Km ²)	Densidade Demográfica (hab/km ²)		Grau de Urbanização (%)	
		2000	2017	2000	2017
Sub-região 1	3.824,59	222,58	269,84	94,9	95,1
Sub-região 2	4.237,89	115,98	140,43	90,13	94,51
Sub-região 3	3.385,38	91	99,52	90,68	91,45
Sub-região 4	2.786,61	40,93	44,58	88,37	90,26
Sub-região 5	3.188,47	114,89	115,89	97,25	97,63
RMVPLN	16.177,91	-	149,91	-	94,57

Fonte: Fundação Seade (2017)

Fato este, que representa a importância do incentivo à diversificação da estrutura produtiva regional, no sentido de preservar a identidades dos territórios, que apesar de estarem em uma mesma região política-administrativa possuem especificidades e saberes locais bastante distintos.

Ainda com relação à questão de urbanização, a Figura 3 apresenta outro mapa da RMVPLN e o que é interessante observar é a mancha urbana formada na região. Percebe-se que essa formação urbana acabou acontecendo, principalmente, as margens da Rodovia Presidente Dutra, e os Municípios com maiores aglomerados urbanos são: São José dos Campos e Taubaté; sendo tais municípios os que apresentam maior crescimento urbano-industrial, maior participação na composição do emprego e da mão de obra e os que receberam maiores volume de investimentos dentre todos da região em questão.

Figura 3: Mancha Urbana da RMVPLN



Fonte: Mello (2016)

É possível dizer que esta formação populacional e de caráter majoritariamente urbano, acabou acontecendo devido à formação e consolidação do complexo cafeeiro, posteriormente, devido às políticas adotadas durante o Processo de Substituição de Importações e, para um período mais recente, devido ao processo de desconcentração produtiva e de interiorização da indústria paulista; processos estes ocorridos ao longo do

Século XX e com grandes impactos na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

O subcapítulo a seguir procura contextualizar a dinâmica demográfica para a Região de Governo de São José dos Campos, região objeto de estudo desta dissertação. Estes aspectos demográficos tendem a ajudar na construção do zoneamento socioeconômico regional, proposto como instrumento na condução de políticas públicas e para o planejamento urbano-regional.

4.2. Aspectos Demográficos da Região de Governo de São José dos Campos (RGSJC)

De acordo com a Fundação Seade, para o ano de 2017, a RGSJC apresentou uma projeção de 1.051.791 habitantes, representando 43% da população da RMVPLN e 2,4% da população do Estado de São Paulo. Dentro desse contexto, pode-se dizer que, praticamente, metade da população urbana residente na RMVPLN, encontra-se na Sub-Região 1, sendo que os Municípios de São José dos Campos, Jacareí e Caçapava detém a maior parcela da população total regional (Tabela 8).

Tabela 8: População Total da RG de São José dos Campos em 2017

Município	Total	Homens	Mulheres	Urbano	Rural
Caçapava	89.483	44.231	45.252	76.565	12.918
Igaratá	9.169	4.669	4.500	7.696	1.473
Jacareí	223.207	108.826	114.381	220.124	3.083
Jambeiro	5.989	3.066	2.923	2.867	3.122
Mont. Lobato	4.364	2.253	2.111	1.922	2.442
Paraibuna	17.976	9.062	8.914	5.419	12.557
Santa Branca	14.059	6.984	7.075	12.401	1.658
S. J. Campos	687.544	336.338	351.206	673.557	13.987
RGSJC	1.051.791	515.429	536.362	1.000.551	51.240
RMVP	2.425.293	1.192.315	1.232.978	2.293.519	131.774
Estado de SP	43.674.533	21.254.164	22.420.369	42.090.776	1.583.757

Fonte - Fundação SEADE (2017)

. Com relação à população total da região em questão, para o ano de 2017, basicamente, 49% da população total da RG era do sexo masculino e 51% do sexo feminino. E, somente, 4,9% da população total da região residiam no meio rural; os outros, quase, 95% da população se encontravam dentro dos perímetros urbanos.

A Tabela 9 contém dados referentes à evolução da população total nos municípios da Região de Governo de São José dos Campos e as taxas de crescimento populacionais para os anos de 2000 a 2017. De modo geral, no intervalo 2000/2017, a RGSJC apresentou um crescimento de 23,56% no período todo.

Tabela 9: População e Taxas de Crescimento Anual- Anos 2000, 2010 e 2017

Municípios	População Total			Taxa de Crescimento (%)
	2000	2010	2017	2000-2017
Caçapava	76.027	84.676	89.483	17,70
Igaratá	8.271	8.826	9.169	10,85
Jacareí	191.011	211.040	223.207	16,85
Jambeiro	3.985	5.336	5.989	50,28
Monteiro Lobato	3.613	4.116	4.364	20,78
Paraibuna	16.988	17.385	17.976	5,81
Santa Branca	12.982	13.757	14.059	8,29
S. J. dos Campos	538.298	629.106	687.544	27,72
RGSJC	851.175	974.242	1.051.791	23,56

Fonte - Fundação Seade (2017)

O Município de Jambeiro obteve um crescimento de 50,28% e São José dos Campos um aumento de 27,72%; estes são os municípios cujos crescimentos populacionais ficaram acima da taxa de crescimento regional. Com relação à Jambeiro, pode-se dizer que, por um lado, este aumento populacional esteve atrelado ao crescimento industrial municipal. No início dos anos 2000, o município recebeu investimentos para a construção de um distrito industrial ligado diretamente com a Rodovia dos Tamoios, fato este que possibilitou a expansão do setor industrial e da população residente no município, inclusive no meio rural.

Já os municípios de Igaratá (10,85%), Jacareí (16,85%), Caçapava (17,7%) e Monteiro Lobato (20,78%), ficaram abaixo da média da região. Os municípios de Santa Branca (8,29%) e Paraibuna (5,81%) obtiveram a menor taxa de crescimento populacional da Região de Governo no período entre 2000 e 2015.

A tabela 10 traz informações a respeito da população rural e urbana da RGSJC, e o que se pode verificar com relação às taxas de crescimento da população urbana da RGSJC de 2000 para 2017, é que os municípios com maior variação foram: Jambeiro (48%), Igaratá (31%), Monteiro Lobato e São José dos Campos (26%). E os com menor taxa de variação foram Paraibuna (2,5%) e Santa Branca com (6%). Já com relação à população rural, o município-sede obteve o maior destaque, com um crescimento de 112%, contrariamente à Igaratá e Jacareí que tiveram suas populações rurais diminuídas, as quais, possivelmente migraram para municípios limítrofes ou para zonas urbanas dos próprios municípios.

Tabela 10: População Urbana e Rural da RGSJC – Ano 2000 e 2017

Município	Urbana		Taxa de Crescimento (%)	Rural		Taxa de Crescimento (%)
	2000	2017		2000	2017	
Caçapava	66.651	76.565	14,87	9.376	12.918	37,77
Igaratá	5.862	7.696	31,28	2.409	1.473	-38,85
Jacareí	183.109	220.124	20,22	7.902	3.083	-60,98
Jambeiro	1.931	2.867	48,47	2.054	3.122	51,99
Monteiro Lobato	1.514	1.922	26,95	2.099	2.442	16,34
Paraibuna	5.288	5.419	2,47	11.700	12.557	7,32
Santa Branca	11.696	12.401	6,02	1.286	1.658	28,92
S.J. dos Campos	531.714	673.557	26,67	6.584	13.987	112,43
RGSJC	807.765	1.000.551	23,86	43.410	51.240	18,03

Fonte: Fundação Seade (2017)

O Município de São José dos Campos continua passando pelo processo de crescimento urbano industrial, e pelo fato de possuir grande população, a taxa de variação da população urbana registrada é inferior, por exemplo, à de Igaratá, município limítrofe que tem o aumento de sua população urbana relacionada ao espraiamento do município-sede da região de governo. O mesmo não acontece com os Municípios de Paraibuna e Santa Branca, uma vez que não fazem fronteira com SJC. Observando a variação da população rural em SJC, é possível inferir que as forças aglomerativas e a pressão pelo uso da terra, têm influenciado moradores dos municípios vizinhos e de zonas urbanas a ocupar espaços rurais do município-sede.

Outra percepção interessante diz respeito à população rural do Município de Paraibuna, a segunda maior da região. O fato de não possuir fronteira com o município sede, como dito, e de possuir extensão territorial elevada, fez com que a infraestrutura urbana contemple atualmente pequena proporção do município.

Em relação às classes dos municípios, a região caracterizou-se por ter, em 2017, três municípios com população entre 5 mil e 10 mil habitantes, dois municípios com população entre 10 mil e 20 mil habitantes e apenas o Município de Caçapava com até 100 mil habitantes. Por outro lado, a região caracteriza-se pela existência de dois grandes municípios em termos de população, para a região em questão e, até mesmo para o Estado de São Paulo; sendo um município com população entre 100 mil e 500 mil habitantes e um município com mais de 500 mil habitantes.

Assim, a distribuição mais diversificada dos municípios da região de São José dos Campos por porte populacional favorece a coexistência e inter-relação entre prefeituras com graus diferenciados de margem de tomada de decisão, de recursos disponíveis e de organização institucional. Essa diversidade institucional no governo local, em âmbito regional pode significar um elemento importante na implementação de políticas públicas, particularmente as de transferências de renda e geração de renda, cuja condução é bastante influenciada pelas condições locais, tanto institucionais quanto de recursos humanos.

Outra característica observada na Região de Governo está ligada ao seu caráter urbano. Tanto no ano de 2000 quanto no ano de 2017 observou-se que, praticamente, 95% da população regional localizavam-se nos limítrofes da zona urbana (Tabela 11). Os municípios, com maior densidade demográfica e maior atividade industrial são os que possuem maior grau de urbanização, sendo eles: Caçapava, Jacareí, Santa Branca e São José dos Campos; tais municípios são os maiores responsáveis pelo caráter urbano-industrial da região de estudo, assim como demonstrado para os anos de 1980/1991.

Por outro lado, a Região ainda continua com municípios cuja participação da população rural é bastante elevada, e o grau de urbanização ainda é baixo, como Monteiro Lobato, Jambeiro e Paraibuna, município este, onde mais de 50% de seus habitantes residiam no campo no ano de 2015. Fato este, que representa a importância do incentivo à diversificação da estrutura produtiva regional, no sentido de preservar a identidades dos territórios, que apesar de estarem em uma mesma região política-administrativa possuem especificidades e saberes locais distintos.

Tabela 11: Densidade demográfica e taxa de urbanização – Ano 2017

Municípios	Área (km ²)	Densidade Demográfica (Habitantes/km ²)		Grau de Urbanização (Em %)	
		2000	2017	2000	2017
Caçapava	368,99	205,53	242,51	87,6	85,56
Igaratá	292,95	28,20	31,3	70,8	83,93
Jacareí	464,27	415,18	480,77	95,8	98,62
Jambeiro	184,41	21,69	32,48	48,5	47,87
Monteiro Lobato	332,74	10,86	13,12	41,9	44,04
Paraibuna	809,58	20,98	22,2	31,1	30,15
Santa Branca	272,24	47,21	51,64	90,1	88,21
S.J. dos Campos	1.099,41	489,53	625,38	98,8	97,97
RGSJC	3.824,59	222,58	275,01	94,9	95,13

Fonte - Fundação Seade (2017)

Os dados apresentados acima apontam outra heterogeneidade regional; segundo Pereira (2002) no Município de São José dos Campos, o crescimento urbano-industrial se deve à atração de um bom contingente de população, a maior parte originada, possivelmente, de migrações intra-regionais das localidades rurais próximas. Ou seja, se por um lado o município-sede conseguiu alcançar maiores níveis de crescimento econômico, alguns municípios do entorno perderam parcelas populacionais, além de e viram aumentar

4.3. Análise de Dados Estatísticos Socioeconômicos

4.3.1. Dados Econômicos

Com relação à economia regional, na tabela 12, pode-se observar que os municípios de Caçapava, Jacareí e São José dos Campos são os que apresentarem os maiores PIB no ano de 2015; municípios de caráter mais urbano-industrial, localizados ao longo da via Dutra e com maiores portes populacionais. Além do mais, o Município-sede possui um elevado Produto Interno Bruto, graças à atuação de uma de suas empresas transnacionais, a Embraer (empresa responsável pelo dinamismo do setor aeroespacial brasileiro) no mercado nacional e internacional; além de outras empresas

de grande porte, das instituições de ensino, pesquisa e extensão e do setor de comércio e serviços cada vez mais especializados.

Tabela 12: Produto Interno Bruto – Ano 2015

Município	PIB Municipal		PIB Per Capita (mil reais)
	(mil reais)	% PIB da RGSJC	
Caçapava	3.547.468,57	6,87	40.154,26
Igaratá	164.329,04	0,32	18.107,88
Jacareí	10.665.065,8	20,67	48.454,89
Jambeiro	275.824,36	0,53	47.197,87
Monteiro Lobato	54.277,15	0,11	12.628,47
Paraibuna	254.493,08	0,49	14.290,14
Santa Branca	244.064,85	0,47	17.459,39
S. J. dos Campos	36.398.100,25	70,53	54.119,06
RGSJC	51.603.623,09	100	50.003,03

Fonte - Fundação Seade (2015)

Segundo informações da Fundação Seade, a RGSJC em 2015, obteve um Produto Interno Bruto a preços correntes de R\$ 51.603.623,09 mil reais. Sendo o Município de São José dos Campos responsável por quase 70% do Produto Interno Bruto regional. Os municípios de Jacareí e Caçapava, também, contribuem para o elevado PIB da região. O Município de Monteiro Lobato é que possui menor participação na formação do PIB regional e do PIB per capita. Ao se analisar os dados regionais, pode-se perceber uma acentuada concentração do PIB nominal nos municípios que estão localizados ao longo da Rodovia Presidente Dutra, fator este determinante para o elevado grau de dinamismo econômico de todo o Vale do Paraíba, tanto paulista quanto fluminense.

A Tabela 13 descreve dados importantes acerca do Produto Interno Bruto dos municípios em estudo, fazendo uma comparação entre os anos de 2002 e 2015, como forma de compreender a dinâmica econômica dos municípios nos últimos anos. Um fato relevante que se pode destacar, ao observar a tabela 13, é que o município de São José dos Campos, sozinho, representava quase 75% de todo o PIB regional no ano de 2002; e aproximadamente 70% no ano de 2015. Assim, concentrando parte elevada do PIB regional, o município-sede vem determinando o crescimento econômico da RGSJC e a relação população-produto, ainda, apresentam-se desfavorável para os demais

municípios e, desta forma, estes dependem economicamente da capacidade do município sede em dinamizar a estrutura produtiva da região.

Tabela 13: Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) nos municípios da Região de Governo de São José dos Campos

Município	2002 ⁶		2015		Taxa de variação do PIB (Em %)
	% PIB RGSJC	Mil Reais	% PIB RGSJC	Mil Reais	
Caçapava	6,32	2.594.276,59	6,87	3.547.468,57	36,74
Igaratá	0,20	84.342,55	0,32	164.329,04	94,84
Jacareí	17,88	7.346.418,27	20,67	10.665.065,8	45,17
Jambeiro	0,45	184.003,46	0,53	275.824,36	49,90
M. Lobato	0,10	39.415,74	0,11	54.277,15	37,70
Paraibuna	0,46	187.202,50	0,49	254.493,08	35,95
Santa Branca	0,68	277.485,56	0,47	244.064,85	-12,04
S.J. dos Campos	73,93	30.379.165,70	70,53	36.398.100,25	19,81
RGSJC	100	41.092.310,39	100	51.603.623,09	25,58

Fonte - Fundação Seade (2002 e 2015)

Outro fator que se pôde perceber na tabela acima é que o maior crescimento do PIB nos municípios da região em estudo ocorreu no Município de Igaratá, provavelmente, devido a um aumento do dinamismo do setor industrial nos últimos anos (assim como no Município de Jambeiro); fator perceptível na tabela apresentada a seguir. O único município que obteve decréscimo do PIB foi Santa Branca, município que apresentou, também, a maior diminuição na participação da agropecuária, ao mesmo tempo, que apresentou o maior aumento na participação do setor de serviços regional. Essa transição de dinamismo entre os setores pode estar ligada ao decréscimo do PIB do Município de Santa Branca.

Já com relação ao Município de São José dos Campos, pode-se dizer que o médio crescimento do PIB entre 2002 e 2015 pode estar relacionado ao desempenho do econômico de grandes empresas do setor automobilístico, principalmente, devido ao fechamento de uma das oito unidades da General Motors (GM) no Município, que

⁶Para o ano de 2002 foi feita correção da inflação a preços correntes de 2015, utilizando o IGP-DI do período, com um índice de correção de 2,25%.

resultou em demissões de quase 1300 funcionários entre 2012 e 2014. Além disso, a geração de empregos formais na indústria com carteira assinada fechou o ano de 2013 com o menor desempenho em cinco anos (Jornal O Globo, 2014).

A tabela 14 traz dados estatísticos sobre a participação dos principais setores produtivos no valor adicionado total de cada município. O que se pode notar, primeiramente, é que houve uma diminuição da participação da agricultura no valor adicionado total em todos os municípios que compõem a região em estudo, principalmente, nos Municípios de Igaratá e Santa Branca, localidades em que a agricultura ainda se faz importante na estrutura produtiva municipal e na vida das famílias que compõe a agricultura dessas localidades.

Esses dados referentes ao setor agropecuário tendem a demonstrar uma clara mudança na estrutura produtiva regional, reflexo do processo de reestruturação produtiva e de tercearização, iniciadas no Brasil a partir dos anos de 1990; processos estes que impactaram, também, o setor industrial e o setor de serviços.

Tabela 14: Participação dos setores no Valor Adicionado Total - RGSJC

Municípios	Participação Agropecuária no Valor Total Adicionado (%)		Participação Indústria no Valor Total Adicionado (%)		Participação Serviços no Valor Total Adicionado (%)		Participação Adm. Pública no Valor Total Adicionado (%)	
	2002	2015	2002	2015	2002	2015	2002	2015
	Caçapava	0,73	0,43	51,9	45,03	47,37	54,54	8,57
Igaratá	9,74	1,81	12,59	17,37	77,67	80,83	31,77	26,61
Jacareí	0,75	0,33	54,34	47,46	44,91	52,21	9,51	8,77
Jambeiro	2,56	2,48	66,01	53,9	31,42	43,61	7,86	13,46
M. Lobato	9,2	5,97	6,69	8,65	84,11	85,37	32,19	35,52
Paraibuna	7,4	4,4	20,99	19,48	71,76	76,12	25,5	32,15
Santa Branca	16,26	3,01	38,19	32,89	45,55	64,1	15,88	23,88
S.J.Campos	0,07	0,04	52,74	43,14	47,19	56,81	6,57	8,06
RGSJC	0,42	0,19	52,61	43,87	46,97	55,94	7,45	8,74

Fonte: Seade (2017)

Como será demonstrado mais adiante, analistas que estudam a dinâmica do setor agrícola têm chamado a atenção para a mudança de padrão do trabalho no campo, com o crescimento de atividades não-agrícolas. As famílias residentes no campo optam entre combinar duas ou mais ocupações, assumindo a condição de pluriativos, ou escolhem a

troca de ocupação, deixando o trabalho agrícola e passando a ocupar outras atividades não-agrícolas mesmo residindo no meio rural (SCHNEIDER, 2009).

Indo de encontro a esta ideia, pode-se inferir que o crescimento de atividades não-agrícolas está ligado ao processo de terceirização da economia brasileira; no qual há um aumento da participação do setor de serviços no total da estrutura produtiva, enquanto há uma queda da participação do setor industrial e, também, no setor agropecuário. Devido aos processos ocorridos durante os anos de 1980 e 1990, pode-se perceber um claro aumento na participação do setor de serviços na estrutura produtiva dos municípios e da região em estudo, em detrimento de uma diminuição da participação do setor industrial e agropecuário.

Cabe aqui destacar o Município de Santa Branca, no qual percebeu-se uma abrupta diminuição na participação da agropecuária ao mesmo tempo que apresentou o maior crescimento no setor de serviços entre 2002 e 2015 na RGSJC. Igaratá, Santa Branca e Monteiro Lobato são os municípios que exemplificam as questões apresentadas nos parágrafos anteriores.

Com relação à participação do setor industrial no valor adicionado total pode-se dizer que os municípios que apresentaram maiores quedas foram os Municípios de Jambeiro (-12,2%) e São José dos Campos (-9,6%), sendo que todos os dois tiveram um aumento na participação do setor de Serviços. O que se pode perceber, portanto, é que o processo de industrialização na região se consolidou de forma bastante concentrada, gerando profunda desigualdade intraregional.

Poucos municípios, localizados ao longo da Rodovia Presidente Dutra, têm concentrado a formação demográfica e do PIB regional. Os municípios menores e com menor dinamismo econômico passaram a gravitar em torno desses centros, utilizando-se de seus serviços e comércios, provocando grandes volumes de movimentos pendulares para estudo, moradia e trabalho.

4.3.2. Dados Sociais

Ainda no sentido de construção de um diagnóstico socioeconômico regional, este subcapítulo traz informações importantes sobre os aspectos sociais da região, como questão de desenvolvimento humano e acesso a saneamento básico, por exemplo. Dessa forma, a tabela 15 traz informações a respeito do índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da RGSJC para o ano de 2010.

Tabela 15: IDHM – ano de 2010

Município	IDHM	IDHM Longevidade	IDHM Educação	IDHM Renda
Caçapava	0,788	0,858	0,755	0,754
Igaratá	0,711	0,855	0,616	0,683
Jacareí	0,777	0,837	0,749	0,749
Jambeiro	0,756	0,860	0,690	0,727
Monteiro Lobato	0,710	0,826	0,627	0,692
Paraibuna	0,719	0,815	0,642	0,709
Santa Branca	0,735	0,828	0,678	0,706
São J. dos Campos	0,807	0,855	0,764	0,804
Estado de SP	0,783	0,845	0,719	0,789

Fonte - Fundação Seade (2017)

De acordo com Atlas Desenvolvimento Humano de 2013, o IDHM de uma localidade pode variar entre 0 e 1, sendo considerado baixo quando está entre 0 e 0,499, médio quando está entre 0,500 e 0,799, e alto entre 0,800 e 1 (PNUD,2013). O Município de São José dos Campos foi o único da região em estudo que apresentou um IDHM alto (inclusive maior do que a média para o Estado de São Paulo), no ranking brasileiro, o município ocupa o 24º lugar. Os outros municípios apresentaram um IDHM médio, sendo Igaratá o município que apresentou o menor índice na RGSJC.

Como indicado pela tabela 16, a Região de Governo de São José dos Campos vem apresentando uma taxa de mortalidade infantil, que vem caindo sistematicamente, assim como acontece no Brasil e no Estado de São Paulo. A região de estudo apresentou níveis de mortalidade infantil abaixo da média estadual no ano de 2000, que correspondeu a 15,39 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos e caiu para 11,72 no ano de 2014, representando uma queda de quase 35%.

Em 2000 os municípios da RGSJC com maiores taxas de mortalidade infantil foram Igaratá, Jacareí e, principalmente, Monteiro Lobato, com taxas de respectivamente: 29,41; 20,07; e 39,22 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos (Tabela 16).

Tabela 16: Taxa de Natalidade e Mortalidade

Município	Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil habitantes)		Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	
	2000	2014	2000	2014
Caçapava	17,97	10,89	19,03	14,68
Igaratá	29,41	21,91	20,55	15,18
Jacareí	20,07	9,80	18,52	15,43
Jambeiro	- ⁷	14,08	16,56	12,37
Monteiro Lobato	39,22	53,57	14,12	13,14
Paraibuna	17,79	4,67	16,54	12,07
Santa Branca	15,06	14,18	14,23	13,12
S. J. dos Campos	13,09	12,22	15,41	10,12
RGSJC	15,39	11,72	18,70	15,04
Estado de SP	16,97	11,43	18,92	14,66

Fonte: Fundação Seade (2017)

No final do período em análise, as taxas ficaram mais homogêneas nos municípios que compõem a região e, se concentraram em um intervalo de 4,6 a 21,9 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos; com exceção para o Município de Monteiro Lobato que obteve um aumento em sua taxa de mortalidade infantil, mesmo após um período de 14 anos.

Já a tabela 17 traz dados referentes à Proporção de moradores abaixo da linha da pobreza e indigência por município da RGSJC. Segundo o Portal ODM (2016) para estimar a proporção de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza foi somada a renda de todas as pessoas do domicílio, e o total dividido pelo número de moradores, sendo considerado abaixo da linha da pobreza os que possuem renda per capita até R\$ 140,00. No caso da linha da indigência, este valor é inferior a R\$ 70,00 (renda suficiente apenas para a compra de alimentos).

O Município de Monteiro Lobato, obteve uma redução de quase 35%, do ano 2000 para o ano de 2010, na proporção da sua população vivendo abaixo da linha da indigência, porém ainda existiam 145 pessoas que estavam sobrevivendo nessas condições. Já o Município de São José dos Campos, no ano de 2000, possuía 6,2% de sua população vivendo com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, percentual

⁷Não há disponibilizado o dado sobre taxa de mortalidade infantil para o ano 2000 no Município de Jambeiro

que reduziu para 2,8% em 2010. Mesmo apresentando uma redução de 48,2% no período, ainda assim, eram 17.640 pessoas nessa condição de pobreza. Número este, maior do que a população dos municípios de Igaratá, Jambeiro e Monteiro Lobato, por exemplo.

Tabela 17: Proporção de moradores abaixo da linha da pobreza e indigência por município da RGSJC

Município	Acima da linha da Pobreza (Em %)		Entre a linha da pobreza e indigência (Em %)		Abaixo da linha da Indigência (Em %)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Caçapava	88,5	94,1	7,7	4,3	3,8	
Igaratá	82,6	91,4	13,5	6,5	3,9	2,1
Jacareí	89,8	94,5	7,0	3,6	3,2	1,9
Jambeiro	85,5	95,0	9,4	4,3	5,1	0,7
Monteiro Lobato	74,6	85,8	15,2	10,7	10,2	3,5
Paraibuna	82,1	88,0	11,8	9,1	6,2	2,9
Santa Branca	85,7	91,8	11,8	5,9	2,4	2,3
S. J dos Campos	90,8	95,2	6,2	2,8	3	2,0

Fonte - Portal ODM (2010)

Nesse contexto, Borges (2003) descreve que um fato importante a observar é o grande número de pessoas vivendo em situações de vulnerabilidade que concentram os municípios mais desenvolvidos, pois a própria característica da urbanização com maior aglomerado de pessoas na cidade, torna mais complexa a pobreza urbana tendo em vista que as exigências são maiores para o próprio sustento. Como é o caso de São José dos Campos, que comporta um elevado número de pessoas pobres apesar de apresentar baixo índice de pobreza em relação à população total municipal e até mesmo regional.

Pode-se dizer que, observando os dados abaixo, o desequilíbrio regional tem se perpetuado devido ao modelo de desenvolvimento concentrador de renda e investimentos nos municípios de maior dinamismo econômico, o que causou um esvaziamento e uma alteração tanto nas variáveis de fluxo quanto nas de estoque dos municípios menores, criando mais um entrave ao desenvolvimento destes.

Com relação ao saneamento básico, a RGSJC vem apresentando bons indicadores no tratamento de esgoto sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo.

Percebe-se, portanto, que os três indicadores aumentaram ao longo dos anos, quase que na totalidade dos municípios, como demonstrado na tabela 18.

Tabela 18: Saneamento básico na RGSJC – 2000/2010

Município	Abastecimento de Água (Em %)		Coleta de Lixo (Em %)		Esgoto Sanitário (Em %)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Caçapava	95,6	98,1	98,6	99,8	91,3	92,1
Igaratá	74,4	76,4	86,4	97,7	42,3	50,5
Jacareí	95,1	97,5	99,2	99,5	85,2	91,6
Jambeiro	95,7	99,1	98,7	99,6	94,0	94,9
Monteiro Lobato	92,6	89,3	99,5	99,6	84,3	77,9
Paraibuna	99,7	98,4	99,6	99,8	91,7	86,7
Santa Branca	84,2	87,6	92,9	98,5	80,6	79,5
S. J. dos Campos	96,1	98,4	99,2	99,8	90,2	93,3
RGSJC	95,5	97,8	99,1	99,7	88,6	92,2

Fonte - Censo Demográfico (2010)

Os municípios de Monteiro Lobato, Santa Branca e Igaratá, principalmente, foram os que apresentaram os menores níveis de atendimento na região de estudo, inclusive percebe-se uma diminuição no nível de abastecimento de água e de esgoto sanitário nos Municípios de Monteiro Lobato e Paraibuna entre os anos de 2000 e 2010.

Depois de descrever e refletir sobre alguns dados sociais da região em estudo, o subcapítulo a seguir tem o intuito de contextualizar a dinâmica do mercado de trabalho regional, como forma de enriquecer o diagnóstico socioeconômico proposto nesta dissertação.

4.3.3. Informações sobre o Mercado de Trabalho Regional

Pode-se dizer que este subcapítulo pretende descrever a configuração do mercado de trabalho na RGSJC entre os anos 2000 e 2015. Além de fazer uma análise para os oito municípios, traz também uma contextualização entre o rural e o urbano sob a ótica do mercado de trabalho e composição do emprego.

Assim, a tabela 19 traz importantes informações a respeito da composição do mercado de trabalho regional. Primeiramente, pode-se observar que com relação aos empregos formais na agropecuária somente o município de Paraibuna obteve um

pequeno aumento no período de 2000/2015. Todos os outros Municípios viram seus empregos formais no setor primário caírem, com destaque para Igaratá que apresentou uma diminuição de quase 6% nos empregos formais do setor.

Tabela 19: Participação percentual dos setores nos empregos formais da RGSJC

Municípios	Participação dos Empregos Formais da Agropecuária (%)		Participação dos Empregos Formais da Indústria (%)		Participação dos Empregos Formais do Comércio (%)		Participação dos Empregos Formais dos Serviços (%)	
	2000	2015	2000	2015	2000	2015	2000	2015
	Caçapava	3,14	1,84	42,96	41,74	17,81	18,44	34,43
Igaratá	13,74	6,99	38,1	20,75	10,17	19,62	37,88	43,09
Jacareí	2,66	2,25	34,16	28,89	15,95	19,07	44,16	45,67
Jambeiro	8,24	5,89	42,32	57,71	1,47	5,12	29,49	21,24
M. Lobato	19,77	15,98	4,54	11,24	19,03	16,12	55,93	54,73
Paraibuna	12,42	13,37	9,57	11,92	6,79	15,62	70,99	56,01
Santa Branca	19,18	16,97	15,66	24,09	8,69	14,99	56,31	41,38
S.J.Campos	0,69	0,34	36,82	19,78	18,15	19,45	40,43	54,14
RGSJC	1,75	1,2	36,08	23,37	17,31	19,08	41,27	50,68

Fonte: Fundação Seade (2017)

No tocante ao setor primário de produção e relações do meio rural é importante destacar alguns pontos. Mesmo com as profundas mudanças ocorridas no meio rural brasileiro pós-modernização da agricultura, a qual ganha notoriedade nos anos 1960 e com as novas configurações assumidas pelos espaços urbanos, ainda é possível encontrar implícito em muitos discursos as interpretações clássicas dos conceitos rural e urbano. Essa distinção mostra esses dois espaços como espaços antagônicos, sendo o rural o sinônimo do atraso e o urbano o sinônimo de modernidade.

Esta concepção pode ser evidenciada no trabalho de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), no qual tais autores procuram delinear as diferenças fundamentais entre os ambientes rurais e urbanos, buscando uma definição sociológica desses dois espaços. Segundo os autores essa definição deveria ser composta, ou seja, uma combinação de vários traços típicos e não somente uma única característica. Portanto, algumas das diferenças fundamentais seriam: ocupacionais; ambientais; do tamanho das comunidades; de densidade populacional; de homogeneidade das populações; de

estratificação e complexidade social; de mobilidade social; de direção da migração; e por fim do próprio sistema de integração social.

A visão da dicotomia rural/urbano parece entender estes dois espaços como opostos; o que a partir de certo momento da história passa a sofrer objeções. Essas objeções partem da observação de que entre o meio rural e o urbano existiria uma gradação infinita, em outras palavras, um contínuo. Wandeley (2001) coloca que a vertente do continuum rural-urbano refere-se a uma relação que aproxima e integra esses dois pólos, onde a hipótese central, mesmo ressaltando as semelhanças e a continuidade, não destrói as particularidades destes, além de não representar o fim do meio rural (SOLARI, 1979; WANDELEY, 2001).

Dessa forma, pode-se dizer que apenas as tradicionais atividades produtivas agrícolas e pecuárias não conseguem mais explicar a dinâmica do emprego e da população rural do Estado de São Paulo. É preciso incluir outras variáveis rurais não-agrícolas, decorrentes da crescente urbanização do meio rural e da conectividade até mesmo virtual com o espaço e a cultura urbana, tais como: hospedagem comercial, turismo, lazer e outros serviços, além de um conjunto de atividades, como a piscicultura e criação de pequenos animais (rãs, canários, aves exóticas, etc.) que buscam "nichos de mercado" específicos (Graziano da Silva, 1999; Balsadi; Borin; Julio, 2001).

Muitas das pessoas residentes em zonas rurais trabalham de maneira formal em zonas urbanas (em geral nos setores industrial e de comércio/serviços), o que faz com que a cultura urbana interaja e modifique o modo de vida rural (e também o urbano, em menores proporções).

Percebe-se que atualmente as atividades produtivas agrícolas tradicionais já não são mais suficientes para explicar, por si só, a dinâmica da renda e das ocupações das famílias rurais. Como dito, o crescimento das ocupações não-agrícolas é decorrente do contínuo processo de urbanização do campo, com o transbordamento das cidades e a integração dos mercados de trabalho.

O crescimento das atividades não-agrícolas passou, portanto, a ser visto – e os dados o corroboravam – como um caminho para a redução da pobreza rural e, em consequência, da desigualdade de renda. Todavia, estas atividades apresentam elevado grau de heterogeneidade, e não é possível negar que em determinados casos reforçam a desigualdade de renda. Este contexto somado à persistência da pobreza nas áreas rurais (apesar da redução) implicou na retomada da discussão sobre o mercado de trabalho

rural, marcada, agora, por um maior ceticismo quanto às potencialidades das atividades não-agrícolas.

Assim, compreender a diversidade dos meios rurais consiste numa tarefa na qual estão envolvidos uma série de fatores que abrangem diretamente as esferas socioeconômicas, demográficas e culturais do espaço em que vem sendo desenvolvidas essas atividades agropecuárias ou não. O método de análise histórico-estrutural, nesse sentido, tem grande importância na análise dos desafios, potencialidades e demandas dos mais diversos territórios, rurais e urbanos.

Ainda com relação a tabela 19, considerando a participação dos empregos formais no setor de comércio aconteceu um aumento em sete dos oito municípios da região, com exceção de Monteiro Lobato (-3%). Já os empregos no setor de serviços apresentaram aumento nos Municípios de Caçapava, Igaratá, Jacareí e São José dos Campos e diminuição nos outros quatro municípios. Portanto é possível inferir que houve uma clara mudança na estrutura produtiva e na composição dos empregos na RGSJC

Já a Tabela 20 traz informações sobre o mercado de trabalho regional, com relações aos empregadores e aos empregados. O que se pode inferir primeiramente é que o Município de São José dos Campos, sozinho, detinha 70% das empresas atuantes na RGSJC no ano de 2015.

Tabela 20: Mercado de Trabalho: Empresas, Pessoal Ocupado e Salário Médio - Ano 2015

Municípios	Número de Empresas Atuantes	Pessoal Ocupado	Pessoal Ocupado Assalariado	Salário Médio Mensal (Em salários mínimos)
Caçapava	2.116	23.549	20.612	3,3
Igaratá	220	1.882	1.603	2,1
Jacareí	5.368	54.979	47.942	3,3
Jambeiro	218	2.906	2.654	3,1
M. Lobato	269	937	589	2,2
Paraibuna	539	3.391	2.715	2,1
Santa Branca	363	2.755	2.284	2,2
S.J.Campos	22.125	229.885	197.925	4
RGSJC	31.218	320.284	276.324	2,65

Fonte: IBGE cidades (2017)

O fato descrito acima reflete o motivo de tal município, também, possuir o maior salário médio mensal da região, uma vez que quando a demanda por mão-de-obra é elevada os preços desta (salários) tendem a subir, mantendo-se a população constante. Os Municípios de Jacareí e Caçapava também detinham uma boa parcela dessas empresas em seus municípios, contudo representavam apenas um quarto e um décimo do número de empresas em São José dos Campos, respectivamente, o que justifica as médias salariais inferiores comparativamente.

As menores médias salariais mensais são encontradas nos municípios que possuem menores números de empresas, os quais são Igaratá, Monteiro Lobato e Santa Branca. Os Municípios de Paraibuna e Jambuí, apesar de possuir pessoal ocupado semelhantes, apresentam números de população muito diversos o que influencia na remuneração dos trabalhadores. Uma vez que a demanda por mão de obra é semelhante nestes dois municípios, mas a oferta de mão de obra é bastante superior no município de Paraibuna, os salários de Jambuí são superiores. Além disso, percebe-se claramente a presença da informalidade no mercado de trabalho regional, sendo que mais de 12% do pessoal ocupado na RGSJC não era trabalhador assalariado. Em geral, os municípios de maior população e produto, são os que mais contribuem negativamente.

Dando continuidade às análises do mercado de trabalho regional, a tabela 21 traz informações sobre o rendimento médio mensal desagregado por setores na RGSJC.

Tabela 21: Rendimento médio mensal por setor na RGSJC – Ano de 2015

Municípios	Agropecuária	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio e Serviços	Administração Pública
Caçapava	R\$ 1.147,73	R\$ 3.964,56	R\$ 3.567,59	R\$ 1.868,50	R\$ 2.613,21
Igaratá	R\$ 1.040,92	R\$ 1.991,95	R\$ 2.093,12	R\$ 1.464,63	R\$ 1.915,19
Jacareí	R\$ 1.364,53	R\$ 4.213,50	R\$ 1.922,30	R\$ 1.902,36	R\$ 3.222,31
Jambuí	R\$ 1.648,53	R\$ 3.637,66	R\$ 2.469,71	R\$ 1.468,54	R\$ 2.092,31
M. Lobato	R\$ 1.119,84	R\$ 1.557,97	R\$ 1.484,50	R\$ 1.780,43	R\$ 1.679,63
Paraibuna	R\$ 1.147,27	R\$ 1.769,77	R\$ 1.618,10	R\$ 1.509,48	R\$ 1.669,02
Santa Branca	R\$ 1.234,56	R\$ 2.320,54	R\$ 1.490,62	R\$ 1.520,40	R\$ 1.930,55
S.J. Campos	R\$ 1.345,96	R\$ 6.514,69	R\$ 2.041,90	R\$ 2.078,88	R\$ 6.681,55
RGSJC	R\$ 1.191,15	R\$ 2.979,10	R\$ 1.982,10	R\$ 1.650,42	R\$ 2.011,43

Fonte: RAIS (2015)

De primeira vista, pode-se perceber que os maiores salários pagos foram no setor industrial e no setor da construção civil. Para a Administração Pública o destaque fora para São José dos Campos. Já com relação ao rendimento médio mensal do setor agropecuário no ano de 2015, pode-se destacar o Município de Jambuí, que obteve o maior rendimento para este setor, decorrente principalmente da silvicultura e da suinocultura. Para se ter uma ideia, no ano de 2015, o Município de Jambuí detinha um rebanho efetivo de quase 24.000 suínos; São José dos Campos, o segundo maior produtor somente detinha 3.500 suínos. Percebe-se, portanto, que tal atividade tem representado uma boa parcela das atividades agropecuárias do município, influenciando a formação dos salários para este setor.

Já no setor industrial os maiores salários foram encontrados nos Municípios de Caçapava, Jacareí e São José dos Campos decorrente do caráter urbano-industrial e da maior oferta de trabalho nas inúmeras indústrias de tais municípios, principalmente na indústria de transformação.

Pode-se dizer que essa diferença entre os salários pagos ao setor agropecuário e ao setor industrial, por exemplo, tem influenciado nos movimentos migratórios e na composição do próprio mercado de trabalho, o que por consequência, influencia as relações entre os espaços rurais e urbanos, tornando-os, muitas vezes, complementares mais também opostos.

A título de exemplo, segundo dados do Seade (2017) para o ano de 2010, o Município de São José dos Campos apresentou um saldo migratório anual de 2.797 habitantes, enquanto Jacareí apresentou um saldo de somente 19 habitantes; realidade bem diferente das décadas anteriores, como já descrito anteriormente. Já os municípios de Igaratá, Paraibuna e Santa Branca obtiveram um saldo migratório negativo para o ano de 2010.

De uma maneira geral, é possível perceber que Jacareí e São José dos Campos foram os municípios que obtiveram os maiores saldos migratórios nas últimas quatro décadas na RGSJC corroborando a hipótese de que os municípios de maior caráter urbano-industrial tendem a receber esses fluxos migratórios, possivelmente, pela maior abrangência do mercado de trabalho, maior infraestrutura, maior oferta de bens e serviços especializados, sendo estes públicos ou privados.

Ainda com relação às migrações é importante ressaltar as migrações pendulares que acontecem na própria Região de Governo, devido ao processo de concentração

geográfica da demanda por mão de obra em algumas regiões privilegiadas, como é o caso de São José dos Campos. Pode-se dizer, portanto, que muitas das migrações que aconteceram e ainda acontecem na região estão atreladas aos movimentos do mercado de trabalho, sejam as migrações inter ou intra-estaduais, intra-regionais e/ou pendulares. Nesse sentido, as relações entre os espaços rurais e urbanos também acontecem devido aos movimentos migratórios e do mercado de trabalho regional.

Já com relação ao rendimento médio mensal no setor de Administração Pública, destaca-se o Município de São José dos Campos, que abriga um grande número de instituições públicas de grande porte e que necessitam de um bom contingente de mão de obra qualificada e com maior grau de escolaridade, como no DCTA, ITA, INPE, entre outros. Este fator eleva a remuneração paga aos trabalhadores deste setor, o que tende a estimular, ainda mais, a desigualdade de renda dentro do próprio município e entre os municípios.

Este fato pode ser percebido na tabela 21, no qual o salário médio mensal em São José dos Campos, no ano de 2015, foi de R\$ R\$ 6.681,55. Já no Município de Paraibuna, o mesmo setor, obteve um rendimento médio mensal de R\$ 1.669,02. Estes dados corroboram a afirmação do parágrafo anterior.

Essa composição do emprego regional durante os anos de 1990 evidencia a existência de núcleos polarizadores e de núcleos polarizados, e tal hierarquia demonstra uma relação de dependência entre os municípios dessa Região de Governo, já há algumas décadas, sendo que os municípios de São José dos Campos e Jacareí tendem a polarizar os demais, por apresentarem um comércio mais sofisticado e diversificado, mais oportunidades de emprego em diferentes setores (principalmente na indústria de transformação), assim como acesso à educação, lazer e prestação de serviços, muito

O Município de Caçapava caracteriza-se como um município intermediário, que ainda busca muitos serviços tanto em São José dos Campos como em Taubaté, mas que apresenta uma boa infraestrutura na área de saúde pública, o que leva a população de Jambuí a buscar ali este serviço. Já os municípios de Monteiro Lobato, Paraibuna e Jambuí parecem depender economicamente de São José dos Campos, enquanto os municípios de Santa Branca e Igaratá têm apresentado maior relação de dependência com Jacareí.

Pode-se dizer que São José dos Campos se desenvolveu sob a disciplina sanitária e, em seguida, se estruturou sob uma organização de cunho militar; essa hierarquização e sistemas de poder, as relações sociais e os interesses econômicos,

geraram uma segregação do espaço urbano, como coloca Vianna (2004, p.180) “encobrendo o que não pode ser revelado, a lógica econômica desenhou o território; sua apropriação, no entanto, se deu sob a ideologia de desenvolvimento, apaziguadora e disciplinadora, que encobriu as desigualdades que o constituíram e ainda o alimentam”.

4.4. Metropolização da Região de Governo de São José dos Campos: Apontamentos e Desafios

A análise da evolução de diferentes indicadores demográficos e socioeconômicos que leva a percepções sobre algumas heterogeneidades regionais tende a instigar à formulação de algumas questões sobre o desenvolvimento regional. Nesse sentido, alguns apontamentos sobre o planejamento regional em tempos de globalização devem ser destacados em correlato àqueles ligados às questões sobre o desenvolvimento regional ou aos problemas relacionados. Assim, é necessário identificar alguns desafios que se apresentam na contemporaneidade, dentro do recorte territorial em estudo.

O que se pôde depreender ao longo desta dissertação é que o conjunto de municípios agrupados sob a designação de Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte têm apresentado uma vasta extensão de diferenças e desigualdades locais e regionais, para além dos aspectos somente demográficos. Em segundo lugar, a própria RGSJC, também vem apresentando diferenças estruturais e socioeconômicas entre os municípios que compõem essa sub-região, principalmente, devido aos processos já descritos.

Pode-se dizer que uma das principais características da rede urbana paulista é o processo de conurbação, com formação de aglomerações urbanas e regiões metropolitanas. Nessas áreas registra-se com mais frequência, conurbações entre dois ou mais municípios, constituindo mancha urbana única, como é o caso dos municípios localizados ao longo do eixo da Rodovia Presidente Dutra.

É importante ressaltar que esse processo de conurbação e de grande adensamento populacional passou a acontecer após o período de desconcentração produtiva e interiorização da indústria paulista. Pode-se dizer que o Município de São José dos Campos e Jacareí foram os maiores beneficiados da região em estudo, pois acabaram absorvendo as atividades produtivas que se deslocavam para o interior paulista, principalmente, entre os anos de 1970 e 1980.

Na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte outros municípios também se beneficiaram, como: Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Taubaté; todos

localizados ao longo da Rodovia Dutra. Esta reflexão reforça o argumento da necessidade de se analisar e principalmente de constituir estruturas de planejamento para as aglomerações, tratando-as como espaço urbano metropolitano de interrelações complexas.

Segundo pesquisas da Fundação Seade, a tendência da evolução da dinâmica ocupacional do Estado de São Paulo é de concentração ainda maior nas regiões metropolitanas, as quais constituem a macrometrópole paulista (nova organização urbano-regional paulista) formada pelo quadrilátero Sorocaba, Campinas, Santos e São José dos Campos. Nesse sentido, pode-se dizer que atendendo à alguns requisitos, a RMVPLN passou a conhecer o processo de metropolização, mesmo que ainda de forma lenta, principalmente por estar localizada exatamente ao lado da maior Região Metropolitana do País e no caminho para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Davidovich (2001) descreve:

“A análise empírica tem revelado que a presença de aglomerações urbanas como as de São Paulo e Rio de Janeiro tem determinado um efeito de "contaminação" de um entorno que se define a certa distância da região metropolitana por efeito da acessibilidade; entorno esse estruturado pela desconcentração de indústrias e de atividades diversas, atendendo a complementaridades técnicas entre o pólo principal e os outros centros e, também, à elevação de custos de reprodução na metrópole, em função do congestionamento, do preço do solo urbano ou da violência, entre outros problemas” (DAVIDOVICH, 2001, p.68).

Esta análise de Davidovich (2001) cabe à região de Governo de São José dos Campos, uma vez que a mesma se encontra justamente entre as duas maiores regiões metropolitanas do Brasil. Nos termos de Santos (1994), pode-se denominar este processo de metropolização contemporânea da desmetropolização, processo este que tem acontecido devido a uma menor participação das metrópoles na estrutura produtiva nacional e um aumento da participação das cidades médias, além da própria estrutura de vida que tem se consolidado nessas cidades, como em São José dos Campos.

Assim, pode-se dizer que a Região do Vale do Paraíba vem conhecendo, à ritmos lentos, o processo de metropolização regional, desde a década de 1970 e, nesse contexto, São José dos Campos acabou por assumir o papel de “metrópole” regional. Tal fato pode ser verificado pelo caráter do seu setor terciário que tem sustentado o grande fluxo comercial e de relações entre o município e as cidades que estão ao seu entorno, fato este que tem se mostrado importante no processo de metropolização da região. O adensamento e a conurbação das cidades da região, mais especificamente as

que estão ao longo da rodovia Dutra, acabou por criar uma rede de cidades com boa margem de articulação em prol de dinâmicas de crescimento.

Entretanto, esse processo de modernização das atividades produtivas não foi acompanhado por grandes mudanças nas condições de vida para a maioria da população. Ao invés disso, pode-se dizer que a especialização das funções, em algumas áreas, produziu heterogeneidades dos espaços ocupados, o que acaba por aumentar as desigualdades regionais e sociais.

Apesar da criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) e da intensa dinâmica entre os municípios dessa região, nota-se a ausência de um instrumento de análise integrada, ou seja, de uma efetiva política regional articulada. Mesmo com a existência do Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (CODIVAP) criado em 1970, pode-se dizer que o consórcio parece ter afetado pouco o desenvolvimento da região de forma direta.

A lei complementar da região metropolitana demonstra como a mesma será organizada e estruturada. Não demonstra quais as políticas públicas poderão ser utilizadas no sentido de ajudar na diminuição das disparidades socioeconômicas e demográficas da região. É necessário, portanto, o comprometimento dos prefeitos da região para a construção de um planejamento integrado entre cidades, minimizando desigualdades sociais e melhorando questões como o transporte público intermunicipal e uso do solo (O VALE, 2011).

Assim, Mamede (2008) recomenda que as atividades de planejamento regional, desde os diagnósticos até a execução das ações propostas, sejam construídas à partir de uma microrregião e as interações entre as microrregiões que compõem uma região. Nesse sentido, seria interessante que a RMVPLN construísse ações diferenciadas para as cinco sub-regiões que a compõem, de forma a minimizar as heterogeneidades estruturais e regionais.

Assim, a criação de um comitê por região de governo da RMVPLN, onde cada município fosse responsável por construir um diagnóstico municipal destacando suas demandas, potencialidades e desafios, por exemplo; de maneira a construir políticas públicas para o fortalecimento dessas regiões de governo e diluir os efeitos da divisão do trabalho e do neolocalismo competitivo.

Nesse contexto, com relação ao uso e ocupação do solo, Costa (2007) propõe a aplicação de instrumentos urbanísticos que viabilizem, por exemplo, a redução de parte dos vazios urbanos em áreas que já possuem alguma infraestrutura; legalização dos

assentamentos precários; formação de um estoque de terrenos públicos; geração de recursos para habitação de interesse social e de equipamentos de saúde pública; quem sabe até uma política integradora de uso do solo em nível metropolitano. De uma maneira geral, se trata de entender quais seriam os interesses e as questões do desenvolvimento metropolitano, de maneira a garantir a efetividade das políticas públicas locais e de caráter regional.

Como a RGSJC é a região que detém a maior parte da atividade industrial da Região do Vale do Paraíba, é importante destacar que a localização das atividades produtivas e de implantação de indústrias, principalmente, as de médio e grande porte, e de unidades de produção potencialmente poluidoras, segundo Costa (2007) não deve ser realizada de maneira desarticulada e alheia aos interesses de toda a população, e sim de forma planejada e integradora por meio de agentes e instituições interdisciplinares que atuem, por exemplo, nas secretarias de planejamento, de desenvolvimento econômico e social e nas instituições de ensino e pesquisa dos diferentes municípios.

É importante ressaltar tal fato, pois na RGSJC é possível perceber que o município-sede se mantém como a principal localização de empregos e serviços, atraindo o maior fluxo comercial e populacional da região metropolitana e maior número de empresas e indústrias que querem se localizar no município, por exemplo. O que acaba por levar a dependência econômica do município-sede em dinamizar a estrutura produtiva da região. Mas, nas palavras de Leme e Biderman (1997, p. 49) “a relação de complementaridade com a economia paulistana gerou núcleos potentes e altamente concentrados em termos da produção industrial, mas sem grande poder de irradiação, gerando assim certo desequilíbrio regional”.

Pode-se dizer que a RGSJC se consolidou com um sistema urbano articulado, fruto de uma divisão territorial do trabalho entre o campo e a cidade e entre as cidades com recursos diferentes (população, infraestrutura, emprego). Contudo, as políticas regionais e de planejamento urbano têm de incentivar a instalação de novos empreendimentos e a manutenção dos já existentes, mas é necessário envolver não apenas as pequenas e médias empresas, mas também as cooperativas e associações, fortalecer a agricultura familiar, que possui bastante importância para alguns municípios da RGSJC; incentivos ao comércio e aos serviços, de maneira a diversificar a estrutura produtiva da região como um dos mecanismos de desenvolvimento regional.

Dentro desse contexto, para superar pelo menos em parte alguns desafios ao desenvolvimento da região é necessário que a gestão do planejamento regional passe a

ir além dos aspectos e interesses econômicos e políticos, já que a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) não foi criada para reproduzir apenas um “status regional”; e nesse sentido é necessário superar as disputas políticas locais e regionais. Se isso puder ser feito, tem-se a possibilidade de uma diminuição das disparidades intra-regionais e da fragmentação regional pela disputa do poder político, com maiores oportunidades para o desenvolvimento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que a população mundial, nas últimas décadas, cresceu de forma acentuada, e aliada ao processo de industrialização, influenciou a formação de diferentes processos e problemáticas nas diversas localidades ao redor do mundo. No Brasil, não foi diferente, porém esses processos não aconteceram de forma homogênea no território nacional, e, por isso, as regiões brasileiras tiveram uma dinâmica social e de crescimento econômico tão diferentes umas das outras.

Diversos estudiosos com o pensamento voltado para a América Latina começaram a perceber e entender, ao longo do Século XX, que o desenvolvimento econômico pautado na industrialização, de fato, reproduz no Brasil um modelo de ações e resultados diferentes daqueles que orientaram o desenvolvimento dos países de capitalismo avançado. Assim, pode-se dizer que o processo de industrialização e de urbanização tem proporcionado a formação de diferentes dinâmicas socioeconômicas nos territórios brasileiro, também, tem impactado no desgaste dos recursos naturais, aparecimento de inúmeras externalidades negativas e deseconomias de escala.

Assim, esta dissertação teve por objetivo analisar e detalhar a dinâmica socioeconômica contemporânea da Região de Governo de São José dos Campos, frente às transformações econômicas, produtivas e urbanas, iniciadas no Brasil a partir dos anos de 1970. Tal região foi escolhida para o estudo devido a sua representação e importância socioeconômica, tanto para a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, quanto para o Estado de São Paulo. Além disso, por a RGSJC abrigar a “metrópole” regional dentre 39 municípios, se faz de grande importância o estudo sobre tal município, sua importância para a região ao entorno (e vice-versa) e os processos pelos quais a região tem enfrentado nas últimas décadas, como os processos de conurbação e metropolização, por exemplo.

Dessa forma, esta dissertação buscou, inicialmente, estudar através de uma revisão bibliográfica, os conceitos e teorias atrelados aos processos de industrialização e urbanização no Brasil; processos estes que tiveram grande impacto na região em estudo. Os conceitos descritos neste primeiro capítulo foram: desconcentração produtiva e interiorização da indústria paulista, metropolização, desindustrialização e uma tipologia de desenvolvimento regional por Antônio Carlos Brandão.

Após isso, mostrou-se ao longo do capítulo II, com base em bibliografia clássica e de renome no Brasil, como a consolidação do complexo cafeeiro paulista possibilitou

a instituição de relações capitalistas que favoreceram o desenvolvimento concentrado das atividades produtivas na região Sudeste. Na sequência, buscou-se um detalhamento do Processo de Substituição de Importações e seus desdobramentos num contexto nacional. Por fim, apresentou-se a formação histórica e econômica da Região de Governo de São José dos Campos até o final da década de 1970.

O capítulo III teve como intuito descrever os principais processos ocorridos desde os anos de 1970 até o início da década de 2000, diferente do capítulo 1, que procurou descrever os conceitos. Dentre esses processos descritos estiveram: desconcentração produtiva (e seus derivados), interiorização da indústria paulista, reestruturação produtiva e introdução do neoliberalismo no Brasil. Além disso, buscou trazer uma reflexão sobre a questão da reestruturação produtiva e mercado de trabalho, mais focalizada para a RGSJC, que durante essas duas décadas enfrentou problemas e dificuldades em sua economia e mercado de trabalho devido à conjuntura socioeconômica nacional.

Por fim, o último capítulo buscou fazer uma análise mais recente para a Região de Governo de São José dos Campos, que vai dos anos 2000 até 2017. É importante lembrar que nem os dados são disponibilizados continuamente e, de uma maneira geral, buscou-se apresentar aqui os dados mais atualizados. Neste capítulo o intuito foi realizar um diagnóstico socioeconômico da RGSJC, contemplando análises de cunho econômico, social e do mercado de trabalho regional.

Ainda neste último capítulo buscou-se destacar as questões atreladas ao lento processo de metropolização que vem acontecendo na RGSJC, além de outros desafios ao desenvolvimento regional tanto em nível de sub-região quanto em nível metropolitano. Contudo, reafirma-se aqui que a ideia não foi apresentar respostas a todas as diversas variáveis que se apresentam, nem apontar conclusões e caminhos definitivos sobre os rumos da região em estudo. O intuito desta dissertação foi levantar, principalmente, novos questionamentos sobre a temática abordada, desconstruir as “certezas” conceituais e indicar os principais desafios ao desenvolvimento da RGSJC e também de sua Região Metropolitana.

Nesse sentido, percebeu-se que os principais desafios da Região de Governo de São José dos Campos estão ligados aos processos de urbanização excludente, industrialização desordenada e poluidora e ao processo de metropolização. Além destes fatores, é importante destacar que a literatura econômica destaca a existência de um Sistema Regional de Inovação (SRI) na Região do Vale do Paraíba, que até certo ponto,

funciona muito bem, com geração de ótimos resultados, majoritariamente, para o Município de São José dos Campos.

Toda a relevância do município de São José dos Campos como polo tecnológico, científico e industrial pode ser atribuída as suas instituições de ensino e pesquisa, suas empresas de base tecnológica e ao forte processo de interação entre a governança local, as empresas e diferentes instituições públicas e privadas.

Tanto empenho para a consolidação da inovação como estratégia de competitividade e desenvolvimento local fez com que São José dos Campos, principalmente, conseguisse criar e fortalecer um sistema regional de inovação; porém com maior parte dos benefícios direcionados somente para o município-sede. Os municípios ao entorno, ainda parecem continuar dependentes de São José, com relação a renda, emprego, diversificação da estrutura produtiva e desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação.

O que pode se inferir é que a indústria, apesar de ter se mostrado como o motor da urbanização regional, não foi capaz de incorporar algumas áreas à dinâmica moderna de região em questão. Em outras palavras, a indústria também acabou respondendo, em grande medida, pela fratura do tecido urbano.

Assim, como estratégias para os desafios apresentados, poderia haver mais incentivos dos governos federal e estadual nos municípios ao entorno de São José, no sentido de fortalecimento institucional da educação, ciência e tecnologia, como novos *campus* universitários, mais projetos de extensão relacionados aos processos inovativos e a criação de parques tecnológicos (abrigoando outras “vocações territoriais”), por exemplo, não somente no município-sede.

Tal assunto não fora tratado nesta dissertação, contudo, é um assunto de grande importância no desenvolvimento regional, uma vez que diversos estudos têm apontado uma disfunção nesse SRI. Sem dúvida o desenvolvimento deste sistema de inovação pode ser de grande contribuição na construção da dinâmica socioeconômica regional.

Pensando em um sentido mais amplo, para além da própria Região de Governo destacada neste trabalho, é necessário se pensar nesse SRI num contexto metropolitano, uma vez que a institucionalização desta região fora feita como forma de entrelaçar e respeitar as possibilidades, os desejos e os desafios dos municípios que compõe essa Região Metropolitana.

Nesse sentido, o que se propõe aqui como sugestão de pesquisas futuras está relacionada à elaboração e sistematização das dinâmicas demográfica, socioeconômica

e, até mesmo, do mercado de trabalho da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Seria interessante que esta análise fosse feita de acordo com cada uma das cinco sub-regiões da RMVPLN. Estes estudos seriam de grande contribuição, uma vez que tenderiam a ampliar o olhar sobre o recente território metropolitano e, por outro lado, apontar as especificidades das regiões como forma de respeito e valorização aos saberes locais, vocações territoriais e a diversidade regional.

Afinal, é exatamente isto que motiva os estudos e as pesquisas em um contexto de desenvolvimento regional e territorial; a valorização e a busca por localidades mais equilibradas, diversificadas e com respeito à cultura, à participação social e a própria vida humana.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1989.

ALVES, G. **O novo (e precário) Mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

AZZONI, C. R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: IPE-USP, 1986.

BALSADI, O.V.; BORIN, M.R.; JULIO, J.E. **A agropecuária paulista**. São Paulo: Fundação Seade, 2001. **Mimeografado**.

BENATTI, A.S. **Processo de substituição de importação: uma estratégia de desenvolvimento para a América Latina Experiências comparadas – Brasil e México (1929-1980)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2010.

BENKO, G; LIPIETZ, A (Orgs.). **As regiões ganhadoras: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras (Portugal): Celta Editora, 1994.

BERNARDES, R.; OLIVEIRA, A. **Novos Territórios Produtivos, Mudança Tecnológica e Mercado de Trabalho: O Caso de São José dos Campos. Dados [online]**. 2002, vol.45, n.1, pp.99-137. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582002000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 de fevereiro de 2017

BORGES, L.S. **Mapa da pobreza urbana de São José dos Campos/SP-2000**. Dissertação (Mestrado Planejamento Urbano e Regional) – UNIVAP. Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2003.

BRANDÃO, C. (2016). **As Ausências e Elos Faltantes das Análises Regionais no Brasil e a Proposição de uma Agenda de Pesquisas de Longo Prazo**. (Relatório Final de Pesquisa IPEA, mimeo).

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico, 2000**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 17 de Novembro de 2016.

_____. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 17 de Novembro de 2016.

_____. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 21 de Outubro de 2016

_____. **Censo Industrial**. São José dos Campos: vários anos. Disponível em: <<http://www.seculoxx.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 de Novembro de 2016

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal? In A Crise do Estado: Ensaios sobre a Economia Brasileira**. São Paulo, Nobel, 1992.

_____. **Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: MARE, **Cadernos MARE**, n. 1, 1997.

_____. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 2 (102), pp. 203-230 abril-junho/2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? In: FÓRUM DE ECONOMIA DE SÃO PAULO, 4., 2008, São Paulo. **Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

CAIADO, A. S. C. **Desconcentração industrial regional no Brasil (1985-1998): pausa ou retrocesso?** 2002. 269 f. Tese (Doutorado em Economia) – UNICAMP. Universidade de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, 2002.

CAIADO, M. C. S.; PIRES, M. C. S. **Campinas metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros**. In: CUNHA, J. M. P. da (Org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006, p. 275-304.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995**. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp. 2a . ed., 1998.

_____. **A desconcentração espacial da indústria paulista**. Boletim Regional, Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, 2006.

_____. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Unesp, 2008.

CORDEN, W. M; NEARY, J. P. (1982) “**Booming sector and de-industrialization in a small open economy**”. *Economic Journal* 92: 825-848.

CARVALHO, J.L. **Proposta de ordenamento territorial da microbacia do Ribeirão da Fartura, Município de Paraibuna - SP**. 2005. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – UNIVAP. Universidade do Vale do Paraíba. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, São José dos Campos, 2005.

COMIN, A; AMITRANO, C. Economia e Emprego: A Trajetória Recente da RMSP. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 66, pp. 53-76. 2003

COSTA, P. E. O. (2007). **Legislação urbanística e crescimento urbano em São José dos Campos**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – USP. Universidade de São Paulo, 2007.

DAMIANI, A. L. **A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica**. Terra Livre, v. 15, São Paulo, 2000, p. 21-37.

DAVIDOVICH, F. **Metrópole e território: metropolização do espaço no Rio de Janeiro**. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 8., 2001. **Anais...** Santiago, p.499-505, 2001.

DEAN, W. **A Industrialização de São Paulo**. 4.ed. – São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.

DEDECCA, C., MONTALI, L. & BAENINGER, R. (org.). (2009, março). **Regiões Metropolitanas e Polos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais**. Polo Econômico de São José dos Campos. São Paulo/Campinas: UNICAMP/FINEP/NEPP/NEPO/IE.

DINIZ, C. C. **Dinâmica Regional da Indústria no Brasil: Início de Desconcentração, Risco de Reconcentração**. Tese de Titular. Belo Horizonte, UFMG, 1991.

_____. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG. nº 3, set. 1993, pp. 52-6.

_____. **Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos**. Painel “Distribuição de Renda – Redução das Disparidades Regionais, Seminário Painéis sobre o Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro, BNDES, 23-9-2002.

_____. E Diniz, B.C. A Região Metropolitana de São Paulo: reestruturação, reespecialização e novas funções. **In Caminhos para o Centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**. São Paulo, Convênio Emurb/Cebrap/Cem, 2004.

DRACH, D. C. **Componentes Estruturais da Desindustrialização: uma análise da economia brasileira para o período 2003-2013**. (Dissertação de Mestrado) Campinas, SP: UNICAMP. 2016.

EMPRESA PAULISTA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO (EMPLASA). Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. 2016. Disponível em: <<https://www.emplasa.sp.gov.br/RMVPLN>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo, 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.

FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P. G. M.; Almeida, J. S. G. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?**. São Paulo: IEDI, novembro, 2005, mimeo.

FISHLOW, A. A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974/84. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 16, n. 3, dez. 1986.

FUNARI, A. P. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: análise do Paraná – 1970-2005**. (Dissertação de Mestrado). Campinas: UNICAMP. 2008.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/>>. Acesso em 27 de outubro de 2016

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Desmembramento dos Municípios Paulistas. 2016. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/visualizacao/desmembramentosp/>>. Acesso em 15 de março de 2017

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES N, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J.F. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp – Instituto de Economia, 1999.

HENRIQUE, M. A. Desenvolvimento Econômico Regional: uma análise a partir da história econômica de São José dos Campos – SP. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**, São José dos Campos, v.5, n. 2, p.55-75, 2014.

HIRSCHMAN, A. O. The Strategy of Economic Development. Yale University Press. 1958.

KON, A. Quatro Décadas de Planejamento Econômico no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, FGV, São Paulo, Vol 34 n. 3, Maio/Junho, 1994.

_____. Reestruturação produtiva e terceirização no Brasil. **Revista de Nova Economia**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG. v.7, n. 1, p.149-181,1997.

LEME, M.C.; BIDERMAN, C. O mapa das desigualdades no Estado de São Paulo. **Novos Estudos**, v. 49, p.181-211, nov.1997.

LEMOS, M. B. et al. A dinâmica urbana das regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 213-244, 2003.

LENCIONI, S. **Reconhecendo metrópoles: sociedade e território**. In: SILVA, C. A. et al. (Org.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LESSA, S. N. **São Jose dos Campos: O Planejamento e a Construção do Pólo Regional do Vale do Paraíba**. Campinas, 2001. Tese (Doutorado em História) – UNICAMP. Universidade de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

LUNA, F. V. Estrutura e Posse de Escravos e Atividades Produtivas em Jacaréi (1777 a 1829). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, (28): 23-35, 1988.

MAMEDE, J. A. G. **Análise do Desenvolvimento do Cone Leste Paulista desde a criação da Codivap: impactos observados e necessidades futuras**. 2008. 141f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – UNITAU. Universidade de Taubaté, Taubaté, 2008.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva, **Revista da Fundação Seade**, 14(4), out-dez, pp. 21-33, 2000.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Trad. Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

MORAES, S.R. **Desconcentração Produtiva no Brasil: olhares sobre o período 2000-2015**. 2017. 232f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – UNB. Universidade de Brasília. Brasília. 2017.

MOURA, R; KORNIN, T. **Metropolização e governança urbana: Relações transescalares em oposição a práticas municipalistas**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 26. *Anais...*, Caxambu (MG), 2002.

MOURA, R. **Morfologias de Concentração no Brasil: o que se configura além da metropolização?** In: Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.107, p.77-92, jul./dez. 2004.

MOURA, R. et al. **A realidade das áreas metropolitanas e seus desafios na federação brasileira: diagnóstico socioeconômico e da estrutura de gestão**. In: Anais

Seminário Internacional Desafio da Gestão das Regiões Metropolitanas em Países Federados. Brasília, 2004.

MOURA, R. A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea. **EURE**, vol.38, n.115, setembro de 2012.

NAKAHODO, S. N. e JANK, M. S. **A falácia da doença holandesa**. Documento de Pesquisa. São Paulo: Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais. 2006.Mimeo

NAKANO, Y. Globalização, Competividade e novas regras do comércio mundial. In: **Revista de Economia Política**, vol. 14. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NASSIF, A. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** Revista de Economia Política, São Paulo, v. 28, n.1, p. 72-96, mar. 2008.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp/Instituto de Economia, 1994.

O Globo. Indústria em São José encerra 2013 com pior saldo de emprego em 5 anos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2014/01/industria-em-sao-jose-encerra-2013-com-pior-saldo-de-emprego-em-5-anos.html>> Acesso em: 10 de Novembro de 2016.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**, Curitiba,v.5, n.2, p.37-48,mai/ago, 2002.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2 (118), p. 219-232, abr./jun., 2010.

O VALE, Jornal O Vale, entrevista com o Paulo Romano Reschilian, Dia 27 de outubro de 2011.

PACHECO, C. A. **Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional**. Economia e Sociedade. n.6, junho, 1996, p. 113-140.

_____. **A fragmentação da nação**. Tese de Doutorado. Campinas, Ed. Unicamp/Instituto de Economia, 1998.

PAPALI, M. A. **Vestígios de um Cotidiano: trabalhadores escravos, lavradores, negociantes e coronéis em São José dos Campos (1870-1888)**. Dissertação de Mestrado em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

PEREIRA, F. M. & LEMOS, M. B. **Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano/industriais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002. (mimeo)

PEREIRA, P. C. X. **São Paulo: globalización y transición metropolitana. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008**. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

PORTAL ODM. Acompanhamento brasileiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/>>. Acesso em 10 de Fevereiro de 2017.

PRAUN, L. **Não sois máquina: reestruturação produtiva e adoecimento na General Motors do Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Estadual de Campinas, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. São José dos Campos em dados 2012. São José dos Campos: PMSJC, 2012.

REANI, R. T.; MACHADO, R. P. P. A influência do meio no planejamento urbano: o caso de São José Dos Campos- SP. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-17, 2011.

REDWOOD, III, J. “Reveisión de polarización, ciudades secundárias y eficiencia en el desarrollo nacional: una visioó teórica aplicada al Brasil contemporáneo”. *Revista EURE*, mar. 1985.

REIS FILHO, N. G. **Notas sobre a organização das regiões metropolitanas**. Cadernos de Pesquisa do Lap – FAUUSP, n. 12, mar-abril. 1996.

RICCI, F. A economia cafeeira e as bases do desenvolvimento no Vale do Paraíba Paulista. **Revista de história econômica & economia regional aplicada**. Juiz de Fora, UFJF, v. 1, n. 1, julho a dezembro de 2006.

RICCI, F. **Origens e desenvolvimento da indústria têxtil no Vale do Paraíba paulista**. 2002. 24p. Resumo de Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002

ROBIRA, R. T. **Áreas metropolitanas: espaços colonizados**. In CARLOS, Ana Fani Alessandri, CARRERAS, Carles (Orgs). *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005. Novas abordagens. GEOUSP; v.4.

ROWTHORN, R; RAMASWANY, R (1999). “**Growth, Trade and Deindustrialization**”. IMF Staff Papers, Vol. 46, N.1.

ROWTHORN, R; WELLS, J. R. (1987). **De-industrialization and Foreign Trade**. Cambridge: Cambridge University Press.

SANTOS, A. P. **De Cobaia a Feiticeiro (ou para se ler paisagens urbanas recentes em São José dos Campos)**. In: Cadernos do Circ – Centro de Informações e Referências Culturais. São José: A Cidade, A Cultura E Seu Tempo. Ano I - n° 1. São José dos Campos: Fundação Cassiano Ricardo, dezembro/1996.

SANTOS, M. (1994). “O retorno do território”. In: SANTOS, M. et alii (org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo, Hucitec/ Anpege.

SÃO PAULO. Lei nº. 1.166 de 09 de janeiro de 2012. **Cria a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, e dá providências correlatas**. Assembleia Legislativa do Estado de Rio de São Paulo. São Paulo, 2012.

SAVIANI FILHO, H. A era Vargas desenvolvimentismo economia e sociedade. In **Revista economia e sociedade**, vol 22 n 3 p. 855-860, dez. 2013.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**. In: GRAMMONT, HubertCarton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.

SILVA, R. D. **Crescimento, Transformações e sua Importância para a Economia Nacional (1930-2000)**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SOLARI, A. B. **O objeto da sociologia rural**. In: SZWRESCSANYI, T.; QUEDA, O. *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1979. p. 03-14.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. **Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano**. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a sociologia rural*. São Paulo: Hucitec. 1981. p. 198-224.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, N. A. **Economia Internacional Contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008**. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, E. P. **A Metropolização Como Negócio: Conceitos e Determinações Emergentes do Processo de Transição da Urbanização à Metropolização**. In: VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. São Paulo. p.1-14. 2014.

SOUZA, A. A. M; ZANETTI, V; PAPALI, M. A. C. R. Políticas de desenvolvimento em São José dos Campos, SP: da cidade sanatorial à cidade tecnológica. **Geotextos (Online)**, v. 11, p. 107-129, 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/13565/10292>>. Acesso em: 25 de outubro de 2017

STREET, J. H. The Latin American "Structuralists" and the Institutionalists: Convergence in Development Theory. *Journal of Economic Issues*, v. 1, n. 1/2, pp. 44-62, 1967.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**, São Paulo, HUCITEC/UNICAMP, 2000.

SUZIGAN, Wilson. **Industrialização na visão de Celso Furtado**. São Paulo: Instituto de Economia; Unicamp, 2001. (Artigo).

TAVARES, M. C. (1972) **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro, Zahar, 9ª edição.

TAVARES, M. C. (1974) **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. Tese de Livre-Docência, FEA/UFRJ. Campinas, IE/Unicamp, 3ª edição (1998).

TOWNROE, P.M. e KEEN, D. 'Tolarization Reversal in the State of Sao Paulo, Brasil', *Regional Studies*, vol. 19 pp. 45-54, 1984.

TREGENNA, F. "Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally". *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 33, 2009.

VIANNA, P. **Saúde e Cidade: uma relação inscrita no espaço e no tempo; a fase sanatorial de São José dos Campos e sua influência sobre os serviços de saúde da década de 1980**. Tese (Doutorado)- USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba na segunda metade do Século XX.** 2009. 177f. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural.** In: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Buenos Aires: CLACSO, 2001.